

**UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**O ENSINO COMERCIAL NO BRASIL: ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO
DR. FERNANDO COSTA**

Por
ANTONIO CARLOS GOMES JUNIOR

**PIRACICABA, SP
2013**

**O ENSINO COMERCIAL NO BRASIL: ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO
DR. FERNANDO COSTA**

**ANTONIO CARLOS GOMES JUNIOR
AUTOR**

**PROF. DR. CESAR ROMERO AMARAL VIEIRA
PROF. ORIENTADOR**

Este exemplar corresponde à redação final da Tese de Doutorado defendida por Antonio Carlos Gomes Junior e aprovada pela Banca Examinadora em 29/08/2013 pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da UNIMEP como exigência para obtenção do título de Doutor em Educação.

**PIRACICABA, SP
2013**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Cesar Romero Amaral Vieira
Prof. Orientador

Prof. Dr. Cesar Romero Amaral Vieira (orient. UNIMEP)

Prof. Dr. Ismael Forte Valentin (UNIMEP)

Prof. Dr. Peri Mesquida (PUC/PR)

Prof. Dr. Sérgio Marcus Tavares (UMESP)

Prof. Dr. Thiago Borges de Aguiar (UNIMEP)

AGRADECIMENTOS

Da modéstia

Quem és tu, ó homem! Que te orgulhas de tua própria sabedoria? Por que te gabas daquilo que adquiriste?

O primeiro passo para a sabedoria é saber que nasceste mortalmente ignorante; para que não sejas julgado insensato na opinião dos demais, rejeita o desatino de te julgares sábio em tua própria mortalidade.

À minha Família:

Antonio Carlos Gomes (pai in memorian), Deise Aparecida Gomes (mãe), Elis Regina (esposa in memorian), aos filhos Nathália Fernanda, Antonio Neto e Leonardo Geovani, às netas Maria Eduarda e Larissa Vitória, as alegrias e motivações da continuação.

A realização desta empreitada só foi possível graças à colaboração direta e indireta de muitas pessoas. Manifestamos nossa eterna gratidão a todas e, de forma muito especial, ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UNIMEP-Piracicaba na pessoa do Prof. Dr. Cesar Romero Amaral Vieira, meu orientador, paciente, dedicado, atencioso, amigo de toda essa jornada. Seu apoio foi fundamental. Sua vida e obra são exemplos para todos nós; à Academia da Força Aérea AFA e aos colegas de trabalho; à Biblioteca do CRCRS Contador Albino Mathias Steinstrasser; à Biblioteca Municipal de Pirassununga Chico Mestre; à Biblioteca da Associação dos Aposentados de Pirassununga; ao atual Colégio Doutor Fernando Costa, a todos que fazem parte de seu quadro pessoal; ao arquivo do jornal O Movimento; à Diretora Sra. Maria Auxiliadora Firmo da Silva Campos do Instituto de Educação de Pirassununga; à banca de aprovação do processo de seleção presidida pelo Prof. Dr. Elias Boaventura (in memorian) amigo e incentivador, Prof^ª. Dra. Raquel Pereira Chainho Gandini e o Prof. Dr. Bruno Pucci. Também aos componentes da banca da qualificação e da defesa do trabalho. Ao Prof. Israel Foguel, pesquisador e estudioso da cultura de Pirassununga, Izildinha Aparecida Tangerino e Rafael Pereira de Godoy. Nossos eternos e sinceros agradecimentos. Muito obrigado a todos. Obrigado à Deus.

RESUMO

Tratamos, neste trabalho, da Escola Técnica de Comércio Doutor Fernando Costa, no município paulista de Pirassununga, em um período de sua trajetória histórica, por meio de fontes bibliográfica, documental e jornalística. Neste estudo, pretendemos compreender as repercussões de sua existência na comunidade de Pirassununga. A análise desta questão constitui-se no objetivo geral da investigação, com os seguintes objetivos específicos: apresentar breves aspectos históricos da evolução da educação técnica comercial no Brasil; a oficialização desta modalidade de educação; e, por fim, analisar a criação e fundação da Escola Técnica de Comércio Doutor Fernando Costa e alguns fatos de seu percurso histórico de quase 60 anos. O primeiro capítulo deste trabalho apresenta fatos históricos políticos e econômicos, da colonização brasileira até a chegada da Família Real para o Brasil em 1808. Fatos que guardam alguma relação com a educação comercial. No segundo capítulo, tratamos da oficialização da educação técnica comercial no Brasil, no período republicano com o governo de Getúlio Vargas. No terceiro capítulo, abordamos de forma específica fragmentos do itinerário da Escola Técnica de Comércio Doutor Fernando Costa. A definição para investigarmos esta instituição escolar decorreu de ter sido a única Escola de Comércio em Pirassununga, com origem da iniciativa particular, para manter no período noturno o curso comercial oficial. Com o objetivo de oferecer oportunidade de estudar e conseguir uma formação profissional para muitas pessoas que trabalhavam durante o dia. Para esta investigação foram privilegiados alguns fatos com possibilidades de contribuir na análise em foco. Portanto, este estudo pretende contribuir, de alguma forma, para o conhecimento da história da educação técnica comercial no Brasil e no resgate de parte da memória desta instituição escolar no quadro da educação de Pirassununga.

Palavras-chave: Educação profissional; Educação profissional comercial; Escola de Comércio Doutor Fernando Costa.

ABSTRACT

We deal in this paper, the Technical School of Commerce “Dr. Fernando Costa”, in the city of Pirassununga - São Paulo, in a period of its historical trajectory through bibliographic, documentary and journalistic sources. In this study, we aim to understand the repercussions of its existence in the community of Pirassununga. The analysis of this question constitutes the general purpose of the research, with the following specific goals: to present brief historical aspects of the evolution of technical business education in Brazil; the officialization of this type of education and finally, to analyze the creation and foundation of the Technical School of Commerce “Dr. Fernando Costa” and some facts of its historic journey of nearly 60 years. The first chapter of this study presents historical political and economic facts of the Brazilian colonization until the arrival of the Royal Family to Brazil in 1808. Facts that keep some relationship with the business education. In the second chapter, we treat the formalization of technical business education in Brazil, during the Republican administration of President Getúlio Vargas. In the third chapter, we discuss in a specific way fragments of the itinerary of the Technical School of Commerce “Dr. Fernando Costa”. The definition for us to investigate this educational institution was due to the fact that it has been the only Business School in Pirassununga, originating from private initiative, to keep the business official course in the evening. In order to offer the opportunity to study and achieve professional graduation for many people who worked during the day. For this investigation some facts were favored with possibilities of contributing to the analysis in focus. Therefore, this study aims to contribute in some way, to the knowledge of the history of technical education business in Brazil and in the rescue of part of the memory of this institution in the context of education in Pirassununga.

Keywords: professional education, professional education business; School of Commerce “Dr. Fernando Costa”.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 ASPECTOS HISTÓRICOS DA EVOLUÇÃO DO ENSINO TÉCNICO COMERCIAL NO BRASIL	12
1.1 A formação sociopolítica brasileira	13
1.2 Sob a sombra do rei	17
1.3 Primeira formação profissional	20
1.4 As origens do ensino comercial em Portugal	21
1.5 A reorganização da colônia	30
2 OFICIALIZAÇÃO DO ENSINO TÉCNICO COMERCIAL NO BRASIL.....	38
3 FRAGMENTOS DO ITINERÁRIO DE UMA ESCOLA DE COMÉRCIO:	55
ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO DOUTOR FERNANDO COSTA.....	55
3.1 Escola de Comércio Doutor Fernando Costa	58
3.1.1 Os primeiros passos da Escola de Comércio de Pirassununga.....	60
3.2 Uma cerimônia de formatura especial	83
3.3 Novo prédio da Escola de Comércio	89
3.4 Vida cultural: memórias do cotidiano	97
3.4.1 Manifestações culturais na Escola de Comércio de Pirassununga	98
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	103
ANEXOS	109
REFERÊNCIAS	130

INTRODUÇÃO

O objeto central desta pesquisa é a Escola Técnica de Comércio “Doutor Fernando Costa” de Pirassununga, no interior paulista, uma instituição escolar criada e fundada de iniciativa particular de membros da comunidade local e com o objetivo de oferecer e manter um curso técnico profissional comercial oficial no período noturno.

Esta instituição escolar, com seu curso comercial oficial, existiu durante um período de 1943 a 2000, portanto, em um espaço de tempo de aproximadamente de 60 anos. Com este foco, a partir de uma abordagem histórica descritiva, pretendemos investigar a presença desta instituição na comunidade de Pirassununga, bem como, buscar algumas respostas que nos possibilitem compreender sua importância no cenário local e regional.

Para contribuir com a análise da questão acima que se constitui no objetivo geral desta pesquisa, propomos os seguintes passos metodológicos: apresentar um breve histórico sobre a evolução do ensino técnico comercial no Brasil e analisar a criação e desenvolvimento da Escola Técnica de Comércio “Doutor Fernando Costa”, a partir de alguns fatos ou momentos que estão inseridos no quadro de sua história.

Para este estudo, consideramos a Escola de Comércio “Doutor Fernando Costa” como uma instituição escolar que se encontra inserida em um contexto maior da vida do homem em sociedade. Nossa intenção, nesta pesquisa, é a de reunir um número considerável de informações e proceder a um levantamento histórico dos fatos que deram origem à formação e à evolução dessa instituição educativa, percebida como um sistema de práticas que, segundo Saviani (2007), se manifestam tanto na sua intencionalidade, modo de ser, como no processo de interação com um contexto historicamente determinado. No dizer de Magalhães (1999, p. 64), compreender a existência histórica de uma instituição educativa é, antes de tudo, “contextualizá-la, implicando-a no quadro de evolução de uma comunidade e de uma região, é por fim sistematizar e (re)escrever-lhe o itinerário de vida na multidimensionalidade, conferindo-lhe um sentido histórico”.

A justificativa para a investigação da Escola de Comércio de Pirassununga surgiu de reflexões em que buscamos compreender as repercussões da sua existência para a comunidade de Pirassununga. Esta escola surgiu em 1943, no período do

Governo de Getúlio Vargas, tempo em que ocorreram importantes acontecimentos em relação à regulamentação do ensino técnico comercial. O recorte temporal de nossa pesquisa circunscreve-se num período de 60 anos, muito embora parte de nossa reflexão retorne a um passado mais longínquo, na tentativa de buscar elementos que possam nos fazer compreender o período analisado.

Para este estudo, pretendemos percorrer e destacar os diferentes momentos de sua existência, sem, entretanto, fazermos propriamente uma reconstrução detalhada de sua trajetória histórica, e sim levantarmos, por meio de fontes documentais, alguns aspectos que possam permitir compreender os principais processos que deram origem à formação e à evolução desta instituição escolar, atribuindo-lhe um sentido histórico.

Partimos do pressuposto de que esta instituição escolar foi importante para a sociedade de Pirassununga, proporcionando aos jovens daquela cidade e região melhores condições de vida, ao abrir-lhes a porta de acesso aos seus bancos escolares. Nessa perspectiva, a Escola de Comércio de Pirassununga constituiu-se como fator favorável na mobilidade social de grande parte daqueles que passaram por seus bancos, e, por sua importância local e regional, inseriu-se como peça importante, no quadro da história da educação de Pirassununga.

Como o objeto de estudo é uma instituição escolar, adotamos a metodologia denominada “estudo de caso”. Segundo os autores Pedro Alcino Berviane Amado Luiz Cervo, no livro *Metodologia Científica* (2002, p. 66), estudo de caso é “uma pesquisa sobre determinado indivíduo, família, grupo ou comunidade que seja representativo do seu universo, para examinar aspectos variados de sua vida”.

Ainda para as autoras Hermengarda Alves Ludke e Marli E. D. André, no livro *Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas*:

O estudo de caso é o estudo de *um* caso, seja ele simples e específico, como o de uma professora competente de uma escola pública, ou complexo e abstrato, como o das classes de alfabetização (CA) ou de ensino noturno. O interesse, portanto, incide naquilo de único, de particular, mesmo que posteriormente venham a ficar evidentes certas semelhanças com outros casos ou situações (1986, p. 17).

Tendo consciência das limitações e da relativa profundidade desta pesquisa, resultado da pouca consistência na formação em pesquisa em história da educação do pesquisador¹, buscamos em jornais nos aproximar do objeto de pesquisa também por

¹ Graduado em contabilidade, exerce a docência nessa área desde a conclusão da graduação.

meio de uma abordagem descritiva, em consonância com outras fontes de pesquisa de caráter documental e bibliográfico que abordam o tema sugerido. Para além dos limites desta pesquisa, chamamos a atenção para a escassez de documentos e registros históricos disponíveis sobre esta temática.

Assim, deste estudo de caso, nosso trabalho apoiou-se em uma pesquisa histórico bibliográfica para tratar da questão histórica da constituição do campo do ensino comercial no Brasil e a existência da Escola Técnica de Comércio Doutor Fernando Costa. Segundo Bervian e Cervo,

A pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos. Pode ser realizada independentemente ou como parte da pesquisa descritiva ou experimental. Em ambos os casos, busca conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado existentes sobre um determinado assunto, tema ou problema (2002, p. 65).

Este trabalho está estruturado em três capítulos. No primeiro capítulo, tratamos sobre os aspectos históricos da evolução do ensino técnico-profissional comercial no Brasil. Incluímos um breve apontamento de fatos políticos, econômicos e sociais que guardam alguma relação com o surgimento desta modalidade de ensino. Para tanto, nesta abordagem histórica, nos apoiamos, entre outros, em teóricos como Caio Prado Júnior, Celso Furtado, Raimundo Faoro, Boris Fausto, Sérgio Buarque de Holanda e Marcos Carneiro de Mendonça.

No segundo capítulo, abordamos o período do regime político republicano em que ocorreu a oficialização em definitivo do ensino comercial no Brasil, *locus* do nosso objeto de estudo: a Escola de Comércio de Pirassununga. Destacamos alguns acontecimentos e itinerários do processo de oficialização, e fazemos algumas considerações gerais sobre este ensino no período, que contribuiriam para a melhor compreensão do tema abordado, sem, entretanto, ter a pretensão do esgotar o assunto.

E, no terceiro capítulo, tratamos mais especificamente da memória dessa instituição escolar, privilegiando para este estudo quatro momentos de seu itinerário histórico, a saber: os primeiros passos da Escola de Comércio de Pirassununga; a realização de uma cerimônia de formatura onde se comemorou a marca de mais de mil formandos em contabilidade no período de 1943-75; a construção do novo prédio escolar; e a vida cultural: memórias do cotidiano, tratando do clima social da escola. Privilegiamos alguns fatos de sua trajetória que podem contribuir para responder à

questão norteadora deste trabalho: sobre a importância desta instituição escolar de ensino profissional comercial na comunidade de Pirassununga. Neste capítulo, apoiamos nas reflexões de autores como António Nóvoa, Justino Pereira de Magalhães, Ester Buffa, Paolo Nosela, Israel Foguel e José Luiz Franco de Oliveira.

Para a realização desta pesquisa, buscamos, no acervo histórico dos jornais² da cidade *O Movimento*, fundado em 1932 e em circulação até os dias atuais, e *O Popular*, na coleção parcial referente a um período de janeiro de 1981 a 25 de dezembro de 1986, registros que pudessem contribuir e aclarar a história desta instituição escolar.

Ao realizarmos este trabalho, reconhecemos tratar-se de um privilégio. Permanecem ricas possibilidades de novos estudos. No entanto, como canta o poeta Cazuza, “*o tempo não para*”. Já somam 13 anos sem a Escola de Comércio de Pirassununga.

Com estes propósitos e as dificuldades naturais de memórias e arquivos em nossa sociedade, quando não temos uma forte tradição de anotar as realizações ou, caso se anote, em disponibilizar para acesso e conhecimento de todos, trabalhamos neste projeto com toda disposição e entusiasmo.

A relevância deste tema pode-se justificar em algumas considerações de ordem geral. O ensino profissional comercial brasileiro, por um período de tempo no século XX, ocupou o segundo lugar em importância no quadro da educação brasileira, após o ensino secundário (WEREBE, 1970, p. 165). Assim, em uma outra consideração, resgatar e contribuir em parte da ausência de sua memória e buscar um outro sentido, em que é possível identificar influências ou representações em seu redor e, ao mesmo tempo, contribuir de alguma forma para a história da educação brasileira.

Com estes objetivos e as dificuldades naturais de memórias e arquivos, trabalhamos neste projeto com expectativas de que, no mais íntimo desta instituição escolar, permanecem ainda muitos tesouros a serem descobertos.

² Nas edições antigas pesquisadas destes jornais, não constam a numeração de páginas.

1 ASPECTOS HISTÓRICOS DA EVOLUÇÃO DO ENSINO TÉCNICO COMERCIAL NO BRASIL

Este capítulo tem por finalidade fazer uma breve retrospectiva sobre as fases históricas do desenvolvimento da modalidade de educação denominada de “ensino técnico profissional comercial de contabilidade”, abordando, sumariamente, alguns aspectos históricos, desde a sua constituição até os primeiros movimentos para a sua regulamentação e a consolidação da profissão contábil no Brasil.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, faz-se necessário, ainda que de maneira bastante ilustrativa, abordar o cenário constitutivo da sociedade brasileira, onde se insere a formação contábil, tangenciando alguns dos principais fatos políticos, econômicos e sociais, desde os primórdios de sua organização, que guardam algum tipo de relacionamento com essa modalidade de educação.

A necessidade de nos voltarmos a esse cenário histórico, palco das origens da formação do Brasil, tem por justificativa central aclarar fatos, aparentemente já bastante estudados, mas que são fundamentais para o processo de desenvolvimento deste trabalho de pesquisa. O destaque dado a essas particularidades históricas nos auxiliará no entendimento das razões que proporcionaram o surgimento e a evolução do ensino profissional de contabilidade no Brasil.

Para facilitar o entendimento do leitor e a condução deste trabalho, decidimos considerar o horizonte espacial e temporal abarcado neste primeiro capítulo pela compreensão de três períodos sequenciais já previamente delimitados pela cronologia histórica: os períodos colonial, joanino e republicano. Do período colonial, interessa-nos os aspectos da formação sociopolítica brasileira, no espaço temporal que compreende os anos de 1500 a 1808, com destaque para o período do gabinete do Marquês de Pombal no reinado de D. José I; o segundo período, denominado joanino, que compreende a chegada da Família Real em 1808 e vai até o ano de 1889, com a Proclamação da República; e o terceiro período, que se estende a partir de 1889 e vai até as repercussões do regulamento e consolidação do ensino técnico comercial e da profissão contábil pelo governo de Getúlio Vargas. A partir desses subsídios históricos, nossa intenção é a de contextualizar esta modalidade de educação no quadro maior da história da educação brasileira, de modo a verificar como ocorreu o processo de criação e fundação da Escola

Técnica de Comércio de Pirassununga Doutor Fernando Costa, no interior paulista, objetivo principal deste trabalho de pesquisa.

1.1 A formação sociopolítica brasileira

A pesquisa sobre a evolução da contabilidade no Brasil, em geral, parte do século XIX, como início dos primeiros grandes movimentos para a regulamentação e a consolidação da profissão contábil e o surgimento dos primeiros cursos destinados à formação desses profissionais. Entretanto, sem negar este marco histórico, procuramos aqui retroceder aos séculos anteriores, no sentido de melhor averiguarmos as principais causas que deram origem a este movimento instituidor da profissão e os cursos técnicos comerciais de contabilidade. Assim, iniciamos este breve estudo da história da contabilidade no Brasil a partir da época colonial, em que já se podem observar os traços iniciais de preocupações quanto ao controle contábil das alfândegas criadas em 1530 e dos armazéns alfandegários em 1549, com a designação de Gaspar Lamego³ para ser o primeiro Contador da Casa Real, preocupações surgidas logo que Portugal assumiu o esforço de garantir o controle sobre as suas novas possessões. Muito embora a preocupação quanto ao ensino contábil, propriamente dita, só se faça presente com a chegada da Família Real Portuguesa em 1808, com a criação em 1809 das Aulas de Comércio da Corte.

Para esta abordagem, adotamos o recorte cronológico de 1500 a 1808 como sendo toda a extensão do período colonial. Seguimos, aqui, o mesmo entendimento interpretado pelo historiador Ronaldo Vainfas (2001), quando afirma que, a partir da chegada da família real ao Brasil, decretou-se o fim da relação de colônia mantida com Portugal.

No período de 1500 até por volta de 1532, Portugal praticamente não adotou nenhuma política ou processo de colonização destas terras. A princípio, não esboçou qualquer entusiasmo com o “achamento” das novas possessões (Cf. FAUSTO, 2003). Um processo de colonização em novas terras implicaria em um investimento de expressivos valores monetários e, ao mesmo tempo, uma mobilização de contingente de pessoas dispostas a mudanças para outros lugares. Nesse momento, Portugal não reunia tais condições para iniciar um empreendimento dessa monta. Seus principais interesses

³ Sá (2008) se refere ao primeiro profissional de contabilidade nomeado para o Brasil no ano de 1549 (p. 21).

voltavam-se mais para um comércio e para um mercado mais rentáveis e já em funcionamento, sem a necessidade daquele expressivo investimento inicial que caracteriza um processo de colonização. O posicionamento de Portugal com relação às terras americanas seguia o mesmo de seus vizinhos europeus com relação aos descobrimentos da época, como sugere Prado Júnior:

Tudo isto lança muita luz sobre o espírito com que os povos da Europa abordam a América. A ideia de povoar não ocorre inicialmente a nenhum. É o comércio que os interessa, e daí o relativo desprezo por este território primitivo e vazio que é a América; e inversamente, o prestígio do Oriente, onde não faltava objeto para atividades comerciais (1994, p. 23).

Portugal buscava alternativas de maiores ganhos e de lucros com o comércio em novas rotas comerciais a custo menores sem riscos e sem contrapartidas de dispêndios vultosos.

A partir desta tendência de gerenciamento das terras colonizadas, as novas possessões americanas ficaram para um segundo plano ou para um momento mais oportuno. Este período de pouco interesse estendeu-se às três primeiras décadas do século XVI, para em seguida tornar-se uma “colônia cujo sentido básico seria o de fornecer ao comércio europeu gêneros alimentícios ou minerais de grande importância” (FAUSTO, 2003, p. 47).

Com este novo atributo, iniciou-se de fato a exploração destas terras. Tratava-se da atividade extrativa da madeira pau-brasil com toda a produção e renda destinada a suprir as necessidades da Metrópole. Esse primeiro momento de exploração econômica da colônia ficou conhecido como o Ciclo do Pau-Brasil. Entretanto, esta atividade extrativista ainda não era suficiente para fazer frente aos lucros advindos das outras colônias portuguesas no Oriente.

Portugal arrendava partes da região litorânea a comerciantes que exploravam a madeira do pau-brasil. Estes pagavam uma renda fixa ao reino e, ainda, se comprometiam com a obrigatoriedade de construir feitorias como forma de proteção de áreas e de início de povoamento. Com o tempo, esta política de colonização adotada por Portugal com relação às suas terras americanas se revelou frágil e de pouco alcance na afirmação de posse dessas terras, levando Portugal a adotar outra estratégia com relação às suas novas possessões.

Alguns fatores contribuíram para que os portugueses mudassem de estratégia, entre os quais podemos citar o malogro das feitorias implantadas com os arrendatários na contrapartida da exploração do pau-brasil, a expansão ultramar espanhola e a constante cobiça e a ameaça de invasão de outros povos. Dado o despertar do interesse das outras nações europeias pelas riquezas das possessões americanas, a ocupação da América, segundo Furtado (1998, p. 6), deixa de ser um problema exclusivamente comercial e, passa a ser também, um problema de caráter político.

É nesse contexto que, no ano de 1532, chega às terras americanas a expedição de Martim Afonso de Souza. Foi esta a primeira expedição com caráter especial que imprimiu uma feição inicial de organização da sociedade nestas terras, uma organização ou estrutura de funcionamento que se fundamentava na base de garantia de posse das terras e conseqüente exploração comercial de suas riquezas. É a partir desse período que ocorre a introdução da cana de açúcar e a construção dos engenhos no Brasil, que viria a ser conhecido como ciclo econômico do açúcar.

No entanto, para explorar esse ciclo econômico em extensas terras com a lavoura canavieira, era preciso um contingente expressivo de servidores braçais. Todo o pessoal envolvido com a guarda, a navegação e a administração não estavam preparados e dispostos para um trabalho pesado de natureza agrícola. Os nativos, da mesma forma, não se adaptaram a essa nova atividade nas condições exigidas. A solução encontrada foi o recurso da mão de obra externa, com a introdução da escravidão africana, uma vez que o trabalho nestas condições já era de conhecimento dos navegadores portugueses nas Ilhas do Atlântico (VIANNA 1975, p. 236).

A armada de Martim Afonso de Sousa veio com o firme propósito de “desenvolver a exploração e limpeza da costa, infestada, ainda e cada vez mais, pela atividade dos comerciantes intrusos” (HOLANDA, 1976, p. 93). Tratava-se, portanto, de uma expedição organizadora do novo modelo de colônia que deveria ser implantada, constituída, nomeada e autorizada pelo rei, pronta e preparada para lutar pela expulsão de invasores e, ao mesmo tempo, iniciar um processo de implantação de uma organização política, administrativa e econômica na colônia. Vainfas (2001) define esta expedição quanto à sua tríplice missão: “expulsar os franceses do litoral, descobrir terras e rios e estabelecer núcleos de povoamento dotados de organização administrativa”. Dava-se início, assim, a um processo de “reorientação da política de expansão ultramarina portuguesa no qual o Brasil passava a merecer maior atenção da Coroa, ultrapassando o papel de fornecedor de pau-brasil e de escala na rota oriental”

(VAINFAS, 2001, p. 380). Era o início de um novo período, que exigia de Portugal medidas mais concretas, com o objetivo de garantir as suas posses por meio da constituição de povoamento e, ao mesmo tempo, da luta contra os invasores de além-mar. E, ainda, com a necessidade de iniciar a implantação de uma forma de organização política, econômica e administrativa.

A partir de então, com um legítimo representante do rei, iniciou-se o processo de implantação em definitivo, na colônia brasileira, de estruturas ou mecanismos de funcionamento da sociedade local. Para tanto, Portugal decidiu pelo sistema das capitânias hereditárias⁴, sistema já adotado com êxito nas colônias portuguesas na África: Ilhas da Madeira, Porto Santo, Açores, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e posteriormente na Angola (ALBUQUERQUE, 1984, p. 174).

Os donatários de capitânias, de alguma forma, estavam ligados ao poder português, o qual permitia a manutenção e a extensão do poder régio. Neste mecanismo, o donatário recebia da Coroa uma doação como possuidor da terra, com a ressalva de não ser o seu proprietário. Portanto, essa área de terra não podia ser vendida ou dividida. Qualquer modificação era prerrogativa exclusiva do rei, que tinha o direito de modificá-la ou mesmo extingui-la se este fosse o caso (FAUSTO, 2003, p. 44). Entretanto, para articular e viabilizar o funcionamento das capitânias, os seus donatários desfrutavam de amplos poderes concedidos pelo rei, tanto em relação aos aspectos econômicos como em relação aos aspectos administrativos. Os donatários constituíam-se, assim, num prolongamento da sombra do rei do outro lado do hemisfério.

Quanto às rendas das capitânias, havia ainda a participação da Coroa. Assim, no pleno exercício de participação, dentre muitos de seus direitos reservados nas capitânias, a Coroa nomeava funcionários para garantir que as rendas reais fossem recolhidas com a devida regularidade (op. cit., 2003, p. 45). Dessa forma, todo o processo de funcionamento implantado já estabelecia a condição de dependência da colônia em relação à metrópole, ou seja, das capitânias em relação à Coroa ou ao poder central. Essa condição irá caracterizar a sociedade brasileira em suas manifestações e relações em muitos setores ao longo do tempo.

⁴ As capitânias hereditárias foram uma forma ou sistema de povoamento e colonização adotada pela Coroa Portuguesa em suas terras americanas. O rei concedia uma “carta de doação” ao “capitão-mor”, com a jurisdição ou poder legal civil e criminal sobre aquele pedaço de terra. O capitão-mor tinha o direito de cobrar tributos e rendas deste território e, ainda, administrava sua capitania de forma absoluta, com a ressalva de que a posse legal da terra pertencia ao rei.

1.2 Sob a sombra do rei

Dentre todas as possíveis repercussões do processo de colonização, este trabalho de pesquisa reporta-se às questões da organização econômico-financeira e administrativa da colônia para tentar dar conta de compreender os reais motivos que estavam por detrás da necessidade de criação de um controle maior sobre as organizações financeiras oriundas das terras brasileiras; e, ainda, daqueles que permitem perceber a relação com as origens do ensino profissional de contabilidade que é implantado no Brasil. A sentença trabalhada por Faoro (2001, p. 127), de que o Brasil seria “um negócio do rei”, poderá conduzir-nos nos meandros dessa história forjada pelas relações assimétricas de poder. Segundo Faoro, “as origens impõem um destino”.

Antes de nos aventurarmos por esta abordagem histórica, é prudente explicitar o diagnóstico que atribui às mazelas da sociedade brasileira a herança cultural do colonialismo português. Este diagnóstico encontra na literatura nacional ampla referência, tanto em discursos fundamentados pela propositura liberal como conservadora, presentes no pensamento de analistas do quilate de Tavares Bastos, Oliveira Vianna, Raymundo Faoro, para citarmos apenas os mais influentes na construção do pensamento nacional. Apesar de conceberem a solução por caminhos distintos, tinham como premissa o mesmo ponto de partida: as causas da tragédia brasileira eram percebidas a partir da conformação histórica do colonialismo português. Tavares Bastos, na segunda metade do século XIX, já diagnosticara em seu primeiro trabalho, *Os males do presente e as esperanças futuras*, que “a história interna da metrópole aclara a fisionomia da colônia” (BASTOS, 1939, p. 27).

Assim, recorreremos aos argumentos do autor de *Os donos do poder* para colaborar em nossos percursos nos meandros históricos da relação colônia/metrópole. Faoro (2001) destaca alguns elementos característicos da organização colonial implantada no Brasil. Entre eles, a centralização do poder absoluto do rei e a expectativa de obtenção de recursos ou moeda para sustentação material da Coroa, como uma ação patrimonialista declaradamente de cunho fiscal. Ainda, condição de favorecimento unilateral com interesses menores em relação aos interesses da sociedade local. O patrimonialismo constitui-se, assim, em uma ordem burocrática em que se dá o predomínio absoluto do soberano sobre o cidadão e que faz parte das relações específicas de subordinação e de dominação.

Na monarquia patrimonial, o rei se eleva sobre todos os súditos, senhor da riqueza territorial, dono do comércio – o reino tem um *dominus*, um titular da riqueza eminente e perpétua, capaz de gerir as maiores propriedades do país, dirigir o comércio, conduzir a economia como se fosse empresa sua (FAORO, 2001, p. 38).

A partir desta categoria analítica estabelecida por Faoro, pode-se compreender a posição de unilateralidade estabelecida pela Coroa para com suas colônias, aquela sobrepondo com pleno atendimento de seus interesses próprios, em relação aos interesses da sociedade local.

Outro conceito-chave, ou categoria de análise fundamental para se compreender tais relações assimétricas, é o conceito de estamento. Enquanto o estado patrimonialista regula-se por seu ímpeto aquisitivo e por sua relação de domínio sobre as colônias, a ação ou “o comando se dá através de um grupo estamental representado por uma minoria que controla, deturpa e sufoca, propiciando ao Estado uma organização política e administrativa capaz de garantir os benefícios de poder, prestígio e riqueza” (VIEIRA, 2006, p. 53). Ou seja, o estado patrimonialista funda-se na organização baseada na exploração e, como extensão de seu império, o grupo de funcionários estamental comanda e controla de acordo com as demandas reais. “O funcionário é o outro eu do rei, um outro eu muitas vezes extraviado da fonte de seu poder” (FAORO, 2001, p. 197).

Os conceitos de patrimonialismo e de estamento são, assim, chaves de leitura importantes para se compreender as análises interpretativas realizadas por Faoro, no que se refere à formação do estado brasileiro e que, ainda, permanecem presentes no “caudal triturador” de nossa cultura, para usar uma expressão própria a Faoro. Trata-se de uma estrutura administrativa centrada no rei, que se revela num mecanismo de funcionamento que gera privilégios, vícios e distorções sem medidas. Faoro encontra neste sistema as origens da organização político-administrativa, que irão se perpetuar no controle da sociedade brasileira.

Neste contexto, a centralização das decisões nas mãos do rei, as dificuldades do trânsito da colônia até à metrópole e o espaço geográfico são fatores que impediam e inibiam qualquer possibilidade de autonomia. Dessa forma, a condição era de dependência, sempre a aguardar a vontade e a disposição do Estado português, em detrimento dos interesses da colônia. Numa analogia com a constituição da sociedade americana, criada pela vontade consciente de seus próprios indivíduos, Faoro contrapõe a situação de dependência e de subordinação do Estado brasileiro, que não se faz sentir

“como protetor dos interesses da população”, como um “defensor das atividades particulares” (FAORO, 2001, p. 145), mas como uma extensão das vontades da coroa. Este modelo de organização esteve sempre nas mãos de uma minoria política tradicional, típica de sistemas centralizadores, e que se prolongará por não encontrar ao longo da História nenhum tipo de resistência que lhe seja contrária aos seus interesses.

Podemos sintetizar esta forma de pensamento ao ler a transcrição dos motivos da criação de um governo-geral para o Brasil, sob o comando de Tomé de Souza, redigida por D. João III, na Introdução do *Regimento* que trouxe o primeiro Governador, datado de 17 de dezembro de 1548.

[...] vendo eu quanto serviço de Deus e meu é conservar e enobrecer as Capitâneas e povoações das terras do Brasil e dar ordem e maneira com que melhor e mais seguramente se possam ir povoando para exalçamento da nossa santa fé e proveito de meus Reinos e senhorios e dos naturais deles, ordenei ora de mandar nas ditas terras fazer uma fortaleza e povoação grande e forte em um lugar conveniente, para daí se dar favor e ajuda às outras povoações e se ministrar Justiça e prover nas coisas que cumprirem a meu serviço e aos negócios de minha Fazenda e bem das partes (MENDONÇA, 1972, p. 13).

É com este *Regimento* que o Estado Português assume de vez a colonização destas terras, formalizando um esquema vertical na administração pública colonial: o rei, o governador-geral (vice-rei), os capitães (capitâneas) e as autoridades municipais. De acordo com as análises de Faoro (2001), este modelo se perpetuará como forma organizativa no controle do Estado brasileiro. Esta nova estrutura implantada não acaba com o regime das capitâneas hereditárias, mas prolonga-se na centralização ou unidade da colônia. Portanto, no quadro de cargos desta estrutura administrativa, ficou composto o governo-geral, do provedor-mor da fazenda, do ouvidor-mor e o capitão-mor da costa.

Deste quadro estabelecido de estrutura administrativa ficou aos cuidados do provedor-mor a regularização, a guarda, a ordem e o zelo do erário régio geral; do ouvidor-mor, as questões jurídicas; e do capitão-mor da costa, a guarda e a segurança das terras. O provedor-mor era um cargo de confiança do soberano e escalonava-se acima do ofício de contador, sendo responsável geral por toda a contadoria do reino, tanto do estabelecimento das casas da Alfândega quanto dos Contos em cada capitania. Cabia a ele “fazer com que a escrituração, nas mesmas casas, fosse posta em boa ordem, lançando-se em livros separados rendas e direitos” (HOLANDA, 1976, p.111).

Nota-se, nessa nova empreitada de colonização, a preocupação e a manutenção das origens do reinado em manter a unidade, a centralização e a legitimidade da Coroa

quando todos os indicados pelo rei aceitam, confirmam fidelidade e obediência a ele. Assim, nesta governadoria, ocorre a implantação de uma estrutura planejada de exploração e de manutenção de condições de seu funcionamento, com relação às finanças reais, que amplia a fiscalização e a arrecadação para o tesouro para justificar a existência do provedor-mor. Implanta-se, portanto, o regime fiscal fazendário nesta terra e, segundo Carneiro de Mendonça(1972), “Essa ideia e a preocupação de evitar a evasão de impostos dominam todo o Regimento, a provar que naquela altura já a Metrópole conhecia o valor de suas possessões e tinha necessidade da renda delas” (1972, p. 90).

Percebemos, assim, não em menor importância, a preocupação de arrecadação e de controle da Coroa com suas rendas geradas na colônia. Firma-se sua forte posição e presença de exploração de suas posses.

1.3 Primeira formação profissional

Ainda um momento de destaque desta governadoria geral foi a chegada em 1549 dos primeiros jesuítas, que vieram na esquadra de Tomé de Souza. Os jesuítas foram os primeiros a tratar dos rudimentos de uma formação profissional nestas terras, formação dispensada àquelas pessoas que não tinham acesso a uma formação escolar e que, também, tinham de aprender alguma atividade para o trabalho e o sustento. Foram os jesuítas que introduziram o ensino das artes e ofícios necessários à vida cotidiana de seus moradores. Entretanto, uma característica desta formação foi que:

o ensino elementar das mais necessárias profissões manuais, feito pelos Padres da Companhia de Jesus, fora determinado pelas circunstâncias e não tivera caráter de sistematização, nem obedecera a nenhum plano. Tudo conforme a exigência do momento, tudo de acordo com as necessidades imediatas (MAGELA NETO, 2002, p.28).

Portanto, os jesuítas vieram para estas terras inspirados, formados e preparados para desenvolver um tipo de formação oportuno, naquele momento da colonização. Segundo Magela Neto (2002), os jesuítas eram instruídos em diversos misteres: em artes e ofícios da construção, nas belas-artes, em manufaturas, em administração de engenhos e de fazendas; eram pastores, agricultores e procuradores, especialistas em salinas e no ofício da pesca, e serviços de saúde, encanadores, bibliotecários, mestres de meninos, tipógrafos e impressores, pilotos, barbeiros e cabelereiros, em ofícios

domésticos e em artes e ofícios singulares. Entretanto, este tipo de atividade haveria de enfrentar o preconceito da sociedade portuguesa da época. O trabalho manual ou operacional era visto como algo de desprestígio. O prestígio social era com o trabalho intelectual e não o trabalho operacional ou de esforço físico. Os ofícios eram, portanto, para as pessoas menos capazes e sem condições para o bacharelismo da educação jesuítica.

A relação entre os ofícios e a formação estava fundamentada no modelo de exploração colonial adotado pelos portugueses com relação à colônia. A inserção da mão de obra escrava influenciou decisivamente a formação da nossa força de trabalho e a ideia de que se tinha sobre a relação entre trabalho escravo e atividade livre (SANTOS, 2003, p. 205). A participação do escravo em algumas atividades manuais ou operacionais contribuiu para um afastamento dos homens livres deste tipo de trabalho. Ou seja, os homens livres não faziam parte do sistema escravista e desejavam marcar ou manter a sua posição social. De forma que a questão aprofunda e encaminha para um entendimento de que trata-se de uma questão social e não de relação com a natureza do trabalho a ser realizado. De alguma maneira, essa modalidade de educação ficou com as características de um tipo de educação com uma identificação de preconceito, desprestígio ou subalternidade. Marcílio, ao estudar a história da educação em São Paulo, salienta que, “durante todo o período do Império, a educação profissional revestiu-se de um caráter assistencialista e voltada unicamente para órfãos e abandonados” (2005, p. 192). Segundo a autora, esta modalidade de ensino tinha como objetivo imediato educar as crianças desamparadas no sentido de evitar a formação de “classes perigosas” e transformá-las em indivíduos “úteis a si e à sociedade”.

Entretanto, mesmo sendo tratado com pouco entusiasmo e muito preconceito, Nascimento atesta que “o ensino profissional conseguiu superar barreiras e constituir-se em via de acesso para a formação de cidadãos e para a conquista do direito ao trabalho livre – uma das mais importantes conquistas do ser humano e que o dignifica sobremaneira” (2007, p. XXXIII). Essa modalidade de ensino, ao longo do tempo, firmou-se e construiu seu espaço no quadro da educação brasileira.

1.4 As origens do ensino comercial em Portugal

Retomando parte da trajetória histórica da colonização portuguesa, em terras americanas, com o intuito de estabelecer os antecedentes históricos do processo de

formação das aulas de comércio no Brasil, é necessário verificarmos, ainda que de modo bastante tangencial, o contexto social que teve palco no período após o fim da União Ibérica⁵ em 1640.

Após o fim da dominação espanhola, assume, no ano de 1750, o segundo governo da Coroa Portuguesa, o rei Dom José I, rei de Portugal pela dinastia de Bragança. Este recebe um país enfraquecido em sua economia, dependente das relações comerciais com a colônia brasileira, e um governo pouco prestigiado junto à sociedade portuguesa. Entretanto, Portugal precisava se firmar na condição de metrópole e estabelecer uma política em que resultasse tal reconhecimento. Era dependente da colônia, na condição da sua preservação ou equilíbrio econômico-financeiro.

Para o nosso trabalho de pesquisa, destaca-se o reinado de Dom José I como um momento importante, porque nesta monarquia ocorre a criação e a fundação de um curso comercial, com repercussões em suas colônias.

Em seu reinado, Dom José I nomeou como seu auxiliar o Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal (1669-1782), que viria a promover uma reorganização política de Portugal e de seu império, ampliando suas bases financeiras “por meio de uma política de maior arrecadação fiscal [...] expansão do comércio e da marinha, o aumento da produção agrícola e o incremento das manufaturas”. Coíbia, por um lado, “os pequenos comerciantes, mais difíceis de controlar e mais dados ao contrabando, favorecendo as grandes casas comerciais e os grandes capitalistas, através da concessão de contratos e da formação de companhias de comércio privilegiadas” (VAINFAS, 2001, p. 377). Por outro lado, “como exigia o modelo absolutista”, concentrou todo o poder na Coroa. Uma das primeiras medidas tomadas por Pombal diz respeito ao Alvará de 28/6/1759, que sancionou a expulsão dos jesuítas das terras de Portugal e do Brasil, como medida cautelar às iniciativas protagonizadas pela Companhia de Jesus, avaliadas como um empecilho aos propósitos modernizantes de Portugal, e “o controle da economia colonial, vista como o caminho da restauração da soberania comprometida e ameaçada pelas devastações da Revolução Industrial” (FAORO, 2001, p. 267).

No exercício de seu mandato, Pombal, influenciado pelo movimento do Iluminismo, implantou importantes mudanças, tanto na metrópole quanto em sua colônia americana, que marcaram o reinado de D. José I. A justificativa dessa política

⁵ Anexação de Portugal pela Espanha entre 1580 a 1640, a chamada União Ibérica resultou de longa relação entre as duas monarquias da península.

de intensas reformas estava fundamentada nas difíceis condições, nos campos político e econômico de Portugal. Quando Dom José I assumiu o governo, a situação econômica e política era extremamente desfavorável a Portugal. Essas dificuldades tiveram origem na intenção de Portugal em se livrar do domínio espanhol com a União Ibérica. Na busca de apoio em outros países para sua liberdade, Portugal assumiu e incorreu em gastos de apoio e de manutenção de tratados, dispendiosos e desfavoráveis com o tempo. “Portugal, para se libertar do domínio espanhol, tivera de aceitar tratados de aliança, onerosos, com as nações rivais da Espanha” (LAHMEYER LOBO, 1962, p. 491). Nesse contexto, as reformas implantadas por Pombal ficaram conhecidas como as reformas pombalinas. Em nosso estudo, quando tratamos destas reformas, pretendemos destacar, prioritariamente, as reformas administrativas do aparelho burocrático do reino e a do erário régio. Com relação ao campo econômico, há a criação de grandes empresas comerciais.

A autora Belloto nos adverte que:

Para reestruturar a esfera financeira, Pombal começou por abolir o Tesouro Real e implantar uma nova organização e um novo sistema de contabilidade. Assim, a Carta de Lei de 22 de Dezembro de 1761 criava o Erário Régio, que viria a ser o centro da contabilidade, receita e despesa de todos os dinheiros públicos (1986, p.281).

Com estas reformas, Pombal buscava a centralização de poderes, especialização de funções dos órgãos de governo de arrecadação, de fiscalização e de garantias de recursos para a Coroa com o erário régio. Entretanto, Pombal ainda tinha em suas mãos muitos desafios com relação à colônia americana, entre outros favorecer a obtenção de recursos para investimentos na colônia, propiciar condições para desenvolvimento econômico, a sua extensão territorial e vazio populacional, com constante cobiça e ameaça de povos estrangeiros.

Em 19 de abril de 1751, Pombal nomeia o seu irmão, o Capitão General do Estado, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, como auxiliar da administração com um importante destaque na Amazônia. Segundo Vainfas (2001, p. 388), Mendonça Furtado “também foi participante direto na criação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão tendo como inspiração a política absolutista e os princípios econômicos do mercantilismo”. Longe da sede do Governo Geral na Bahia, Mendonça Furtado defendia uma política de integração, de ocupação do espaço, substituição da mão de obra indígena pela negra, desenvolvimento e fortalecimento da economia da região.

Além das reformas administrativas na contabilidade e o erário régio, este estudo, ainda, reporta-se a uma referência especial ao gabinete de Pombal quanto à criação da empresa Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão⁶.

Retomando o percurso histórico, os dois irmãos leais a Dom José I, alinhados aos mesmos propósitos, naquele período, trocaram correspondências nas quais se confirma a importância da presença de Pombal, nos primeiros movimentos para a criação e a fundação do ensino profissional comercial, em Portugal. No livro *Aula do Commercio* (MENDONÇA, 1982, p. 14), constam cinco cartas não oficiais, de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, novo governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão, enviadas ao irmão Marquês de Pombal, aqui sumariamente descritas.

- A – Carta do Pará, de 21 de novembro de 1751⁷;
- B – Carta do Pará, de 24 de janeiro de 1754⁸;
- C – Carta do Pará, de 15 de fevereiro de 1754⁹;
- D – Projeto de Estatutos da Companhia de Comércio, do Pará, 15 de fevereiro de 1754¹⁰;
- E – Carta do Pará, de 20 de fevereiro de 1754¹¹.

A primeira carta (A), datada de 21 de novembro de 1751, é endereçada a seu irmão, Marquês de Pombal. Na carta, o governador Mendonça Furtado solicita-lhe atuar junto ao rei, levando ao seu conhecimento as grandes dificuldades enfrentadas pelo seu governo, quanto à execução dos propósitos almejados. Entre as muitas dificuldades relatadas, destacam-se a vasta extensão do território e o vazio populacional, a forte presença da Igreja, com o favorecimento e os privilégios de completa ausência de

⁶ Para tratarmos do curso comercial, apoiamo-nos no autor Marcos Carneiro de Mendonça em seu livro *Aula do Commercio* editado no Brasil no ano de 1982. Transcrição e reprodução fac-similar de documentos do arquivo Cosme Velho, com suas *anotações e comentários*, trata-se de uma edição comemorativa ao bicentenário da morte do Marquês de Pombal (1782-1982).

⁷ Carta (A) trata da extensão do Estado do Grão Pará e Maranhão, faz apontamentos sobre o Regimento das Missões do Estado do Maranhão e Pará e as relações entre os Regulares da Companhia de Jesus, os índios, os colonos e as autoridades civis locais; a exploração do comércio indígena, o comércio e o Erário Régio. Também cita o ensino adotado pelos jesuítas nas aldeias, com a falta do ensino da língua portuguesa e como os índios eram por estes tratados. Trata também do trato escravagista adotado nas aldeias, casamento de índios com negros arbitrariamente, com o propósito de, com o casamento, escravizar também o índio e seus descendentes (p. 25).

⁸ Carta (B) o governador reafirma a necessidade de recuperação da região, a proposta da criação de uma companhia geral de comércio e uma possível estrutura de funcionamento (p. 35).

⁹ Carta (C) expõe as condições que tinha quando decidiu pela criação da companhia geral de comércio, justifica sua necessidade e sua proposta de minuta de funcionamento (p. 39).

¹⁰ Carta (D) trata da minuta dos estatutos da companhia geral de comércio a ser criada e fundada naquela região (p. 42).

¹¹ Carta (E) trata de um privilégio comercial concedido a uma empresa particular e reivindica o mesmo tratamento de benesses para os negócios da Companhia Geral comercial a ser criada e fundada (p. 46).

tributação em seus negócios, e a ampla liberdade destes na exploração da mão de obra dos índios com o pretexto da sua catequização.

O governador reclama ainda das dificuldades de seu governo, com uma conta corrente de tributos desfavorável, e a existência de muitos privilégios e favorecimentos a um determinado setor produtivo. Segundo Ramos (1969), “no ano de 1751 existiam nesta região 63 aldeamentos. Deste total sendo 19 dos jesuítas, 15 dos carmelitas, 9 dos franciscanos de Santo Antônio, 7 dos frades da Conceição, 10 dos frades de Piedade, e 3 dos mercedários” (1969, p. 105). Dessa forma, toda a exploração e a movimentação econômica desses aldeamentos religiosos ficavam livres de qualquer maneira de recolhimentos de tributos aos cofres públicos para o governador, fatores que justificam a pobreza daquele povo e acumulação de riqueza, principalmente pelos jesuítas.

Em outra feita, o governador enviou outra carta (B) ao Marques de Pombal, datada de 24 de janeiro de 1754. Nesta, ele expõe ao irmão o anseio daquele povo na fundação de uma companhia de comércio como alternativa para o desenvolvimento da região. O governador, aparentemente sensibilizado pela proposta popular, propõe, então, tentar obter apoio junto ao rei D. José I para a criação de uma grande empresa comercial para a região, mas, nos mesmos moldes das grandes empresas de comércio conhecidas da época. Para Vainfas, as “Companhias de comércio foram elas uma tentativa do Estado português para “modernizar” seu sistema de monopólios comerciais após a Restauração (1640), atingindo o apogeu no período pombalino” (2001, p.127).

Geralmente, essas companhias eram constituídas de capital particular ou de combinação de capital particular e capital público, com o objetivo mercantil no mundo colonial. Em algumas situações ou ocasiões, gozavam de expressivos privilégios, desde monopólios do comércio até o direito de senhoria, ou seja, “a organização política dos territórios ocupados, podendo armar exércitos e marinhas de guerra para executar operações terrestres e navais que resultassem na ampliação das possessões marítimas” (2001, p, 127). Assim, empresas lucrativas, autorizadas e com objetivos de atuar nesta região, constituída por capital particular e com expressivos privilégios concedidos e declarados para os novos negócios, confirmando, assim, a prática comum do sistema de colonização patrimonial, conforme nos objetiva Faoro (2001). Neste caso, em seus estatutos, a concessão e a garantia de privilégios do reino a interessados particulares em seus negócios, característica de atuação do reino português desde os primeiros movimentos de exploração destas terras.

Com relação ao esforço de buscar apoio para a fundação da empresa, Carneiro de Mendonça ainda dispõe de uma correspondência oficial do governador Mendonça Furtado, enviada ao Ministro Diogo de Mendonça Corte Real, datada de 18 de janeiro de 1754. Em trechos desta carta, podemos destacar as expectativas de tais esforços:

[...] Se este estabelecimento prosperar como me persuado, se S. Majestade for servido protegê-lo e animá-lo, crescerão todas as suas rendas reais à proporção do que ele se adiantar, e tudo o que hoje são fazendas desertas e matos incultos, serão em poucos anos engenhos rendosíssimos e plantações larguíssimas com que se adiante e engrosse o comércio e se troque a esterelidade e miséria em que se vive nestas terras, em abundância e fartura (1982, p.16).

O esboço de organização estatutária “da sonhada Companhia de Comércio seguiu para Lisboa com data de 15 de fevereiro de 1754 e os Estatutos de formação da mesma foram publicados oficialmente em Lisboa, a 6 de junho de 1755 (aniversário do Rei D. José I)” (MENDONÇA, 1982, p. 18). Em 6 de junho de 1755, Dom José I assinou a confirmação, a constituição e a autorização para funcionamento da empresa Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1777), com toda formação administrativa e privilégios nos negócios. O encerramento das atividades desta empresa comercial ocorreu com a queda de Pombal após a morte de D. José I. Segundo Vainfas, “a reação contra as companhias tornou-se incontornável após o início do reinado de D. Maria I (1777-1816), o que levou à extinção da Companhia do Grão-Pará e Maranhão (1777)” (2001, p.129).

A mobilização para a criação e a fundação desta empresa originou-se dos moradores da região com o apoio do governador. Era uma empresa com objetivos comerciais de lucro, que visava contribuir para a povoação, ocupação e desenvolvimento da região, conforme podemos depreender das correspondências e dos registros históricos preservados. Com seus negócios, incentivou a comercialização de escravos negros para a região sob a justificativa de cobrir a carência de mão de obra, como forma de substituição da mão de obra indígena. A força de trabalho indígena era considerada pouco afeita ao trabalho braçal para a lavoura e inteiramente controlada pelos jesuítas da Companhia de Jesus. Ainda, contava com os privilégios do monopólio da importação e exportação do Estado do Maranhão. Portanto, após a criação e a fundação desta empresa, ocorreram fatos interessantes que encaminharam para a trajetória da educação profissional comercial e que aqui merecem ser destacados.

Tanto para o governador quanto para Pombal, havia uma preocupação da organização administrativa da empresa, de sua escrituração e guarda de livros, e defendiam a necessidade de profissionais capacitados para estas funções. Reportando-se ao período cronológico em 15 de fevereiro de 1754, foram expostas as condições que seriam necessárias para a fundação da nova empresa. Em 6 de junho de 1755, ocorreu a publicação dos Estatutos da Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão¹².

Em seguida à criação e à fundação da companhia, surgiram manifestações contrárias ao favorecimento explícito vindas de outros praticantes de comércio. Essas manifestações de protestos contribuíram para a formação de um único órgão a controlar toda a atividade comercial no reino e suas colônias, a *Junta do Comércio*¹³ de Lisboa. No ano seguinte à aprovação dos estatutos da empresa Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão, a partir de setembro de 1755, começam os preparativos para a fundação de uma *Junta do Comércio* em Lisboa. No dia 12 de dezembro de 1756, aconteceu a criação e a aprovação dos estatutos. Para Carneiro de Mendonça:

O contínuo trato com toda a documentação que cerca a criação da *Junta* e a elaboração de seus *Estatutos* tem-me levado à convicção cada vez mais forte de tal dispositivo estatutário – o Art. XVI – dever sua existência ao fato de ser integrante do Gabinete Ministerial do Rei D. José alguém que conhecesse a fundo a falta de preparo reiteradamente demonstrada pelos comerciantes de Portugal no trato com seus colegas das praças de Londres e Paris. Tal falta, muito precisamente, é que viria a ser corrigida por meio da criação de uma *Aula do Comércio* capaz de concorrer decisivamente para evitar que suas deficiências continuassem a se fazer sentir (1982, p. 19).

No artigo XVI do estatuto da *Junta do Comércio*, consta a criação dos estatutos da *Aula de Commercio* na cidade de Lisboa. Assim, em 19 de abril de 1759, são assinados os *Estatutos da Aula do Comércio*¹⁴. Em 22 de maio de 1759, é assinado outro Alvará, confirmando o funcionamento desta aula aos cuidados da *Junta do Comércio*. Assim, do exposto, foi com a ascensão do Ministro Marquês de Pombal que se iniciou todo um processo de medidas e de procedimentos que resultaram na criação e na implantação da *Aula do Comércio* em Portugal, uma modalidade de ensino atendendo às necessidades de desenvolvimento daquela sociedade.

No artigo “Aula do Comércio: Primeiro estabelecimento de ensino técnico profissional oficialmente criado no mundo?”, os autores descrevem que em Portugal: “a

¹² Ver ANEXO A.

¹³ Ver ANEXO B.

¹⁴ Ver ANEXO D.

Aula do Comércio era uma escola estatal e uma escola laica, financiada pela Junta de Comércio, sendo por isso sintoma e agente do reforço do poder do Estado” (RODRIGUES et al., 2003, p. 47). Apontam, ainda, como fatores que contribuíram para o surgimento desta escola oficial, entre outros, além das reformas do ensino dessa época, as mudanças econômicas e administrativas na busca da consolidação do absolutismo do Estado português (2003, p. 47). Entre os objetivos de Pombal na criação da Junta de Comércio, estavam a regularização, a organização e o fortalecimento das atividades de comércio. Assim, mesmo que, independente da consideração de que a Aula do Comércio contribuiu para o fortalecimento do poder do Estado e permitiu espaços para a formação de uma classe social, a burguesia, é possível ainda, outro olhar.

Naquele momento, a criação do curso comercial atendeu a uma carência de profissionais gabaritados para as atividades de comércio (CARVALHO, 1978, p. 43). O projeto de Pombal de fortalecimento político e econômico do reino passaria pela geração e controle das riquezas públicas e particulares e haveria, então, a necessidade de compor um quadro de pessoas formadas e capacitadas nas lides da atividade comercial. Carvalho escreve que “Era notória, entre nós, a fraca preparação dos negociantes portugueses para o desempenho das actividades comerciais” (2001, p. 458). Ainda, Pombal trabalhava para consolidar o absolutismo em Portugal. Portanto, em seu receituário estava aumentar as rendas do erário, incentivar a atividade comercial e marítima, a expansão da produção agrícola e de manufaturas. Nesse contexto, fazia-se necessária a constituição de um quadro de profissionais formados em área específica de negócios, para ocuparem os cargos mais importantes, tanto nas empresas quanto no setor público. Um quadro de pessoal habilitado em escrita, conhecimentos técnicos em contabilidade e negócios, para contribuir no projeto de Pombal, fatores que asseguraram a criação e a implantação da Aula do Comércio. Com este objetivo, foram publicados outros documentos pelo reino, em que eram definidas as condições da atividade comercial e repercussões com a Aula de Comércio.

Assim, não podemos perder de vista a posição do gabinete de Pombal de recuperar e de fortalecer a economia do reino e também a soberania da coroa. Para tanto, Pombal trabalhou por um comércio forte capaz de produzir e gerar riquezas para novos investimentos, principalmente o comércio exterior. Quanto à repercussão e a importância da *Aula de Commercio*. Mendonça escreve:

No que concerne aos resultados concretos da *Aula* em si, imagine-se o que não terá ela propiciado de surpresa, orgulho e estímulo geral, à medida que os jovens filhos, agora merecedores da mais séria atenção no âmbito do treinamento profissional, iam revelando aos pais, parentes aderentes e amigos, o aprendido na mesma Aula em matéria de comércio: a importância do valor dos algarismos, mostrada pelo conhecimento da Aritmética até a regra de três; a do valor real da moeda estrangeira em relação à portuguesa, bem como o das várias moedas estrangeiras entre si; a da beleza que era a apresentação das contas ordenadas e em perfeita caligrafia; ou, ainda, o fato muito recomendado de como se deveriam conduzir ao alcançarem a importante condição de Comerciante matriculados na *Junta do Commercio*. Para que todos esses objetivos fossem alcançados, tinham aqueles jovens de cursar os três anos da *Aula* e a isto juntarem cinco a seis anos de prática (de balcão, escritório e rua) da atividade comercial, empenhados em ações de compra e venda (1982, p. 20).

Então, podemos dizer que a posição de Pombal quanto ao comércio era o seu fortalecimento e exercido de forma organizada e reconhecida, com pessoas preparadas com este objetivo. Para tanto, havia a formação desses profissionais ao cargo da Aula de Comércio e, em seguida, eram devidamente registrados na Junta do Comércio. Era uma forma de proteger e fortalecer as atividades comerciais. Para Carvalho,

É significativo que Pombal, antes de pensar na formação dos teólogos, canonistas, advogados e médicos – problema que não foi estranho aos propósitos do gabinete de D. José I – cuidasse, preliminarmente, de amparar o trabalho econômico por intermédio da criação de uma escola destinada a formar a “elite” indispensável ao progresso financeiro das empresas e dos grupos que a política monopolista do novo governo planejava e organizara, ao pretender incentivar o acúmulo de riqueza individuais de tal forma que as novas condições econômicas melhor pudessem satisfazer aos reclamos dos interesses estatais (1978, p.43).

Após essa fase de prosperidade, a Aula de Comércio de Portugal entrou em decadência. Rodrigues, Gomes e Craig ainda apontam como causas deste fato a diminuição do comércio português em função da abertura dos portos brasileiros, agravado em 1823 com a saída do Brasil da tutela de Portugal. Segundo os autores, “Este facto, fez com que a Junta de Comércio visse os seus rendimentos diminuir, o que fez com que não tivesse mais capacidade para fazer face às despesas da Aula” (2003, p. 52). Com relação ao ensino comercial, nesse mesmo período foram publicados os livros *Erário Régio*, de Francisco Antônio Rebelo, em 1768, na cidade de Vila Rica, em Minas Gerais; e, em Portugal, de João Baptista Bonavie, o livro *Mercador exato nos seus livros de contas*, em 1758 (SÁ, 2006, p. 140).

Assim, a importância deste curso de comércio não se justifica apenas pelo seu pioneirismo e as circunstâncias que implicaram e contribuíram na sua criação. Deve-se dispensar um olhar geral do papel da educação, ou como esta pode contribuir e possibilitar o desenvolvimento de um povo. Ou, ainda, em um olhar numa perspectiva da educação, possibilitar a oportunidade de acesso para formar cidadãos e livres para o trabalho com uma profissão (NASCIMENTO, 2007, p. XXXIII).

Com relação a este ensino comercial em Portugal, permite-se, ainda, considerar, a oportunidade e a importância da presença de uma escola. Neste caso, uma escola comercial com curso planejado, preparado e regular em auxílio a uma atividade humana, fundamentada apenas na sua prática.

Portanto, para este trabalho, o estudo do período colonial nos permitiu verificar, a partir de Portugal com repercussões no Brasil, os primeiros movimentos que iniciaram o processo de regulação da profissão na área de contabilidade e a educação comercial. Permitiu, ainda, com relação ao modelo do processo de colonização adotado por Portugal, tratar dos fundamentos que estabeleceram as características da sociedade brasileira em suas relações políticas e econômicas.

1.5 A reorganização da colônia

O período de tempo aqui considerado compreende o espaço entre os anos de 1808 a 1889. Ou seja, desde a transferência da sede da Corte Imperial de Portugal para o Brasil, com sede na cidade do Rio de Janeiro, até a proclamação da república em 1889. Esse período de tempo é importante neste trabalho, pois é o cenário onde ocorreram os primeiros movimentos concretos da educação técnica comercial no Brasil.

O período imperial inicia-se com a chegada da Família Real ao Brasil no ano de 1808, forçada a transladar-se, após as tropas napoleônicas atravessarem a fronteira de Portugal com a Espanha, e avançar sobre Lisboa. Diante deste impasse, em 26 de setembro de 1793, Portugal, acuado sob o domínio das forças francesas, foi forçado a firmar acordo de cooperação mútua com a Inglaterra, para fugir das garras expansionistas da França. Em 1807, após um longo período de hesitação¹⁵, o regente D. João decidiu imigrar para a colônia americana, sob a proteção da Inglaterra (PRADO JÚNIOR, 1990, p.126).

¹⁵ O impasse se deu entre optar pela França e salvar apenas o território português, ou pela fidelidade à tradicional aliança com a Inglaterra e salvar as colônias, inclusive o Brasil.

A opção pela fidelidade à tradicional aliança com a Inglaterra exerceria grande impacto no futuro do Brasil e estimularia, em grande medida, o desenvolvimento das atividades socioeconômicas e políticas do país. Segundo Vieira, “desse relacionamento, certamente o Brasil gozou de benefícios se levarmos em conta a infraestrutura implantada para a permanência da corte portuguesa no Rio de Janeiro e a abertura dos portos, que, apesar de tudo, estimulou as atividades econômicas no país” (2000, p. 196). No plano político, podemos dizer que este acontecimento contribuiu para firmar as bases do alicerce onde seriam erguidos os pilares de sustentação para a independência do Brasil. No campo cultural, encontramos ainda outras realizações que mudariam de vez a vida da sociedade brasileira. Segundo Maria Lúcia de Arruda Aranha, “com a instalação da corte portuguesa no Brasil, além das adaptações administrativas necessárias, houve o incremento das atividades culturais, antes inexistentes ou simplesmente proibidas” (1996, p.151).

O ano de 1808 representou-se, assim, como uma “linha divisória, tanto na história de Portugal como na do Brasil. O Rio de Janeiro, com a simples presença do monarca, passou a ser capital de um império à escala mundial” (MAXWELL; NIZZA DA SILVA, 1986, p. 383). Vieira ainda argumenta que, se, por um lado, esta mudança “representou o distanciamento do velho padrão colonialista que limitava o crescimento econômico do Brasil”, por outro, significou uma substituição dos “vínculos de dependência a outra nação estrangeira, gerando um sentimento ambíguo de interesse e rejeição”. Cabia agora ao novo Estado Imperial “a responsabilidade de controlar esse sentimento nacional adequando-o às novas exigências de progresso impostas pelo mercado internacional” (2006, p. 59).

Este acontecimento político constitui-se como um momento especial na sociedade brasileira, que, a partir de então, deu início a um processo de mudanças, que afetaria diretamente a maneira como seria ofertado o ensino profissional comercial no Brasil. Este é, portanto, um período favorável com muitas realizações em diversos setores da sociedade brasileira, entre os quais a educação, com a criação e oferecimento de diversos cursos. Assim, iniciou-se um processo de reconhecimento da necessidade de profissionais com maior conhecimento em áreas específicas como a contabilidade e cursos de formação profissional. Desta forma, o Brasil passou da precária condição de colônia com características de exploração primitiva para um país sede de governo. Uma das primeiras preocupações do rei foi com as necessidades materiais e com a manutenção, segurança e controle dos recursos do reino.

No contexto econômico-nacional, destacam-se três medidas de D. João VI que incentivaram a atividade comercial, até então restritas pelo regime colonial. Essas medidas tratam da abertura dos portos brasileiros às nações amigas; a livre permissão de instalação de fábricas e manufaturas; e a criação da Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação na cidade do Rio de Janeiro. Estas medidas decretaram o fim de trezentos anos do sistema colonial. Segundo Vianna, é neste contexto de grandes transformações que no campo da educação operaram-se as primeiras medidas.

Chegando ao Brasil criou o Príncipe-regente o nosso primeiro estabelecimento de ensino superior, a Escola Médico-Cirúrgica, mandada organizar na Bahia, ainda em 1808. Diversas aulas médicas, isoladamente criadas no Rio de Janeiro, reuniram-se posteriormente em nova Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica. Foram-lhe complementares um Instituto Vacínio e um Laboratório Químico-Prático, este destinado a fazer análises de produtos dos três reinos da Natureza, úteis às artes, ao comércio e às indústrias. Para a preparação de oficiais de terra e mar, fundaram-se no Rio de Janeiro as Academias Militar e de Marinha. Na Bahia e no Maranhão funcionaram Escolas de Artilharia e Fortificação (1975, p. 369).

Nesse quadro da sociedade brasileira, oportunizaram-se os primeiros movimentos da trajetória do ensino comercial no Brasil. Assim, com a presença da sede do reino de Portugal no Brasil, teve início um processo de expansão das atividades comerciais, regulamentação e legalidade, que abriram espaços para os profissionais de contabilidade para as atividades contábeis tanto para a área pública como para as empresas privadas. Desse período, Rodrigues, pesquisador da história da contabilidade, comenta que o Decreto de 23 de fevereiro de 1808, criou, na cidade do Rio de Janeiro, uma cadeira de Ciência Econômica. E para regê-la foi nomeado José da Silva Lisboa (1985, p. 5). Com estes decretos, de acordo com Rodrigues (1985), se estabelece o marco inicial do ensino comercial no Brasil. Ainda, um dos primeiros atos do imperador D. João VI, no campo administrativo, foi criar, por alvará de 28 de junho de 1808, o Erário Régio e o Conselho de Fazenda. Este fato é considerado por Berti (2001) como o primeiro sinal digno de nota que criou o Erário Régio e o Conselho de Fazenda.

Peleias e Bacci registram ainda que: “O ano de 1809 apresenta dois fatos relevantes: o primeiro, a promulgação do Alvará de 15 de julho, criando oficialmente o ensino de Contabilidade no país, por meio das aulas de comércio [...] o segundo, a apresentação, pelo Visconde de Cairu, de um sistema de Direito Comercial, juntamente

com a realização dos primeiros estudos sobre Economia Política no Brasil” (2004, p. 41).

Como primeiro professor de contabilidade foi oficialmente nomeado José da Silva Lisboa (1756-1835) (Visconde de Cairú). A Aula de Comércio instalada em 1810 ficou aos cuidados de direção e de inspeção da Secretaria do Tribunal da Real Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação. Rodrigues aclara que:

A Aula de Comércio, instalada em 1810, funcionava na dependência e inspeção da Real Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação, mais tarde Tribunal da Imperial Junta de Comércio, passando pelo Decreto nº 456, de 6 de julho de 1846, que baixou o Regulamento de Aula de Comércio da Cidade do Rio de Janeiro, para o controle do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império (1989, p. 29).

A origem do ensino comercial no Brasil foi o atendimento de uma necessidade em virtude do alvará de 28 de junho de 1808 que criou o Erário Régio e o Conselho de Fazenda. E, ainda, para atuar no controle dessa riqueza, foi instituída a Contabilidade do Erário Público e o Método de Escrituração.

Outra necessidade foi a da exigência de registro obrigatório de toda atividade comercial, na Junta Real do Comércio, com contabilidade, escrituração comercial, além de que dispusesse de guarda-livros. Silva atesta a obrigatoriedade de registros junto à Real Junta de Comércio quando escreve: “nesta época, era-se já mais exigente quanto à contabilidade e à escrituração mercantil, devendo os negociantes ter guarda-livros e caixeiros devidamente habilitados” (1986, p. 242).

Podemos entender, então, que se tratava de uma preocupação e de disposição para criar as *aulas práticas de comércio* ou *curso comercial*, com o objetivo de formar o profissional para atender à demanda específica do governo. O ensino comercial estava inserido em um contexto específico. Havia a necessidade de atender a um processo inicial de organização administrativa do reino. E ressalta-se que o ensino de contabilidade, inicialmente, estava inserido como alguns tópicos do curso de Ciência Econômica. Nesta condição tratava-se da aplicação dos conhecimentos iniciais da ciência contábil. A escrituração dos livros de contabilidade já estava difundida e utilizada por outras nações. Outro aspecto a enfatizar, quando da criação da *Aula de Comércio*, era o de que o curso estava aos cuidados de um órgão estatal ligado às atividades de comércio e não à educação. O curso estava sob os cuidados e a direção do economista José da Silva Lisboa.

A partir da criação desta Aula de Comércio na corte, surgiram as Aulas de Comércio em diversas regiões e cidades do império. Rodrigues (1985, p. 6) descreve a cronologia da expansão e surgimento da Aula de Comércio em outras regiões do país, como se pode verificar no excerto abaixo:

1813 – Provável início do funcionamento da Aula de Comércio na Bahia; 1837 – Há notícia de Aula de Comércio em Pernambuco; 1839 – Há notícia de funcionamento de Aula de Comércio no Maranhão e no Pará; 1850 – Há notícia de Aula de comércio em Santa Catarina; 1852 – Há notícia de Aula de Comércio no Amazonas; 1856 – Há notícia de Aula de Comércio no Paraná; 1858 – Há notícia de Aula de Comércio no Rio Grande do Sul; 1874 – Há notícia de Aula de Comércio em Sergipe; 1884 – Há notícia de Aula de Comércio no Espírito Santo.

Sá explica que esta foi uma época em que se podia obter comprovação e em que surgiram em nosso país as primeiras “aulas” ou “escolas de comércio” – com organização capaz de apresentar uma estrutura específica da profissão contábil – reconhecidas oficialmente (2008, p. 66). Assim, no caso brasileiro, este tipo de ensino surgiu para o atendimento da necessidade de formar pessoal habilitado para as funções da contabilidade, em especial no reino e, em seguida, no setor privado, que apresentava expansão com o desenvolvimento da economia.

A aula de Comércio da Corte na cidade do Rio de Janeiro passou para o controle do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império. Em dezembro desse mesmo ano, foi dada a expedição da Carta de Habilitação dos diplomas da Aula de Comércio, possuindo período letivo de dois anos, com exames finais e exigência de mais de quatorze anos de idade para cursar, conforme o Decreto nº 456, de 23 de julho de 1854, que fixava o regulamento das Aulas de Comércio.

Mais tarde, ocorreram ainda algumas mudanças na Aula de Comércio da Corte na capital do império através do Decreto 764 de 9 de agosto de 1854 e do Decreto 1.763 de 14 de maio de 1856, que criou o Instituto Comercial do Rio de Janeiro, dando novos rumos à Aula de Comércio da Corte e passando a ser um estabelecimento de nível superior, com seus professores catedráticos, equiparados à Escola de Belas Artes. (SILVA; MARTINS, 2007, p. 112). No ano de 1861, ocorreu uma nova organização do Instituto Comercial do Rio de Janeiro e, ainda, outorgaram-se novos estatutos ao Instituto, de acordo com os decretos 2.741, 3.058 de 1861 e 1863, respectivamente.

1861 – Decreto nº 2.741, de 9 de fevereiro de 1861¹⁶: Dá nova organização ao Instituto Comercial do Rio de Janeiro.

1863 – Decreto nº 3.058 – de 11 de março de 1863¹⁷: Dá-se novos Estatutos ao Instituto Comercial do Rio de Janeiro. É a consolidação do: Decreto nº 1.763, de 14 de maio de 1856; Decreto nº 1.885, de 14 de fevereiro de 1857; Decreto nº 2.741, de 9 de fevereiro de 1861.

Ainda ocorreu uma mudança no curso do Instituto Comercial do Rio de Janeiro. Mais uma vez, os Estatutos do Instituto Comercial do Rio de Janeiro foram alterados com o Decreto nº 7.679 de 28/02/1880. Segundo Rodrigues (1985, p.10): “1880 – Decreto nº 7.679, de 28 de fevereiro de 1880. Altera os Estatutos do Instituto Comercial do Rio de Janeiro, que baixaram com o Decreto nº 3.058, de 11 de março de 1863”.

No ano seguinte, mais uma vez acontecem mudanças no estatuto do Instituto Comercial do Rio de Janeiro. A pesquisadora Bielinski, em relação ao Instituto Comercial do Rio de Janeiro, aponta que, no Relatório do Ministro de Estado de 1882, encontramos a confirmação de que “O Instituto Comercial há muito não funciona por falta de alunos. Tendo o Liceu de Artes e Ofícios aberto as aulas para o curso comercial, o governo resolveu extinguir o Instituto” (2012, p. 4). Após as iniciativas do governo imperial, ocorreu o surgimento do Curso Comercial do Imperial Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro em 26 de junho de 1882. Segundo Bielinski, “O Liceu de Artes e Ofícios teve a primazia de criar no Brasil, em 1882 – época em que o trabalho comercial era basicamente pautado no empirismo – um curso de comércio regular de 4 anos, gratuito e noturno” (2012, p. 1). Foi um fato importante na história da educação comercial no Brasil porque o Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro tinha como mantenedora a Sociedade Propagadora das Belas Artes-SPBA, fundada em 23 de novembro de 1856. Tratava-se de uma associação de iniciativa particular, com a finalidade de ministrar a educação popular, fundamental e profissionalizante (BIELINSKI, 2012, p. 1). Portanto, foi uma marca na educação comercial brasileira quando essa iniciativa originou-se de particulares e não do Estado.

Outros fatos ainda desse período imperial contribuíram e repercutiram na profissão de contábil e nos cursos comerciais, como a aprovação do Código Comercial Brasileiro em 1850, regulamentando a atividade comercial e o exercício da

¹⁶ Definiu-se que os estudos do Instituto Comercial do Rio de Janeiro formariam um curso preparatório e outro profissional.

¹⁷ Para estes autores, o governo imperial identificou necessidade de dar maior atenção à gestão dos negócios. A duração do curso passou de dois para quatro anos e pretendia-se uma qualidade melhor do curso oferecido.

obrigatoriedade da contabilidade (SILVA; MARTINS, 2007, p. 112). Mais tarde, houve a aprovação dos Estatutos da Associação dos Guarda-Livros da Corte em 1870, regulamentando e fiscalizando o exercício da atividade contábil (PELEIAS; BACCI, 2004, p. 41).

Na continuidade deste trabalho, retomamos a posição da proposta inicial desta pesquisa, ou seja, reportar fatos políticos e econômicos privilegiados da sociedade brasileira, e que ainda guardam alguma relação próxima com a trajetória do ensino profissional comercial, no Brasil. A partir daquele momento, houve o início de um novo contexto de incremento das atividades comerciais, junto com a estruturação das organizações do governo. Esta condição gerou a necessidade de pessoal com conhecimento de contabilidade para cuidar dessa área de atividade. O contingente de profissionais de contabilidade que aqui já estavam e que vieram de Portugal com a Família Real não atendia mais a demanda existente para aquele período. Neste contexto, para a formação desses profissionais era preciso criar as escolas de comércio.

Já existia a experiência dessa Aula de Comércio criada em Portugal com o Marquês de Pombal. Podemos afirmar que, na época de Pombal, a Aula de Comércio atendia a um projeto de ensino planejado e inserido em um projeto maior, de construção de uma sociedade fortalecida pela economia. Portanto, um curso para formar pessoal habilitado para essas atividades, de comércio, a partir da perspectiva de um projeto de horizonte de tempo maior e formar um quadro seleto de profissionais para os negócios privados e modernização da contabilidade do erário régio português. Segundo escrevem Lima Rodrigues e outros: “D. José e o Marquês de Pombal tinham grande apreço por esta Escola tendo muitas vezes assistido aos exames e à abertura do Curso com toda a corte” (2003, p. 49).

No caso brasileiro, havia a ressalva de atender a uma necessidade premente ou de urgência, diferentemente do projeto português. Nos dois casos, percebia-se uma aproximação na semelhança dos fins para atender aos obrigatórios interesses do Estado. Assim, tratava-se de um ensino aos olhares e aos cuidados de outros agentes da sociedade, neste caso ligados ou próximos das atividades comerciais, ou mercantis, ou órgãos reguladores vinculados à atividade comercial, portanto não agentes ou profissionais da educação. Nesse sentido, nos mesmos moldes do que ocorrera em Portugal, onde, inicialmente, o ensino profissional comercial ficou aos cuidados da Junta Real do Comércio de Portugal, instituição criada por Marquês de Pombal, e aqui no Brasil, pela Junta Real do Comércio criada por D. João VI.

Em Portugal, o rei D. José I assinou a Carta de Lei de 30 de agosto de 1770, tornando obrigatório, para o exercício da profissão, o registro dos homens de negócios ou comerciantes e os profissionais de contabilidade na Junta Real do Comércio de Portugal. A justificativa declarada para esta medida foi a de proteger, valorizar e prestigiar os praticantes de atividades comerciais. Deve-se observar ainda que a preocupação e a disposição de D. José I eram fortalecer as atividades comerciais e a riqueza do reino e, assim, aumentar seu poder político, reanimar as receitas, ajustar, controlar e centralizar os recursos da tributação. Estas considerações encaminham-se para o entendimento de que o ensino profissional comercial, inicialmente, em Portugal e no Brasil, envolve uma educação não inserida em um contexto universal de educação, ainda que alguns procedimentos sejam parecidos ou próximos.

Ainda com relação à Aula de Comércio do Brasil, notou-se uma fragilidade pelas alterações promovidas ao longo da duração da oferta. Entende-se a ausência de um projeto específico com esta modalidade de educação, como foi em Portugal.

2 OFICIALIZAÇÃO DO ENSINO TÉCNICO COMERCIAL NO BRASIL

Para este trabalho de pesquisa, o período do regime político republicano brasileiro, a partir de 1889¹⁸, se apresenta como destaque com relação à história do ensino técnico comercial. Portanto, justificamos este fato pela ocorrência durante este regime político, da implementação de um conjunto de atos legais emanados do poder público com objetivo de oficialização, em definitivo, desta modalidade de ensino. E, ainda, por ser o período de surgimento do nosso objeto de estudo: a Escola Técnica de Comércio de Pirassununga.

Portanto, é nesse período que, com relação a esta modalidade de ensino técnico, surgiram os primeiros atos oficiais de sua regulação, o que nos permite aceitar um sentido de evolução ou mesmo de progresso de sua expansão no cenário da educação brasileira.

Dessa forma, temos como proposta, neste capítulo, apresentar breves apontamentos deste itinerário de oficialização, que nos proporcionará algumas considerações gerais sobre este ensino, sem a preocupação ou pretensão do esgotamento do tema. Nesse itinerário, seguiremos, um pouco além do surgimento da Escola de Comércio de Pirassununga no ano de 1943.

Uma característica interessante do ensino comercial em suas origens é que os cursos de escrituração mercantil e contabilidade se apresentavam na modalidade de práticos e livres. Eram cursos de iniciativa particular, aos cuidados e disposição de profissionais da área, sem nenhum reconhecimento oficial. Nesta modalidade de cursos estavam inclusos, entre outros, os cursos práticos e livres de contabilidade, escrituração mercantil, administração, correspondência comercial, caligrafia, línguas estrangeiras, datilografia e taquigrafia.

Sobre este ensino prático e livre na área de contabilidade, Manoel Marques de Carvalho (1965), em seu artigo “Situação Atual e Tendências do Ensino Técnico Comercial no Brasil”, descreve que:

Foi a iniciativa privada que desenvolveu o ensino comercial no Brasil, mas coube ao governo federal discipliná-lo, fixar normas para sua expansão. Nas últimas décadas, no entanto, as necessidades da economia nacional e sua urgência em pessoal especializado deram origem a outra verdadeira rede de cursos e estabelecimentos de

¹⁸ Em 15 de novembro de 1889, ocorreu a queda do regime imperial com a proclamação da república brasileira.

ensino, à margem dos estabelecimentos fiscalizados pela legislação federal e estadual – os estabelecimentos totalmente livres, que não obedecem aos padrões legais e nem conferem títulos e direitos a seus alunos, mas que na verdade realizam a função social de preparar rápida e especificamente especialistas em algumas atividades comerciais – incluem-se, nessa categoria, os cursos de dactilografia, taquigrafia, avulsos de contabilidade, administração, línguas estrangeiras, correspondência comercial etc., inclusive muitos cursos por correspondência e até pelo rádio (1965, p.83).

Assim, desde os primeiros momentos do ensino profissional comercial brasileiro, nota-se a presença muito marcante da iniciativa particular na sua operacionalidade, atendendo, por um lado, à crescente demanda pública, e, por outro, explicitando a necessidade de o Estado agir com maior determinação tanto em relação ao oferecimento de cursos de ensino comercial como em relação aos procedimentos e critérios de fiscalização dos já existentes.

De acordo com Fortini (1953, p. 7), “até os fins do século passado o ensino comercial estava entregue ao esforço dos *professores* particulares”. Estes professores eram pessoas que, “exercendo a profissão de guarda-livros, nas horas vagas, em geral, em suas residências, ensinavam a escrituração mercantil, caligrafia e um pouco de matemática a quem quisesse aprendê-las para melhorar as condições de vida”. Assim, com relação ao ensino profissional comercial brasileiro, no regime político republicano, a partir do ano de 1905, inicia-se um processo de reconhecimento oficial de escolas e seus cursos comerciais.

Com este objetivo, entra em vigor o Decreto nº 1.339¹⁹, de 9 de janeiro de 1905, publicado no *Diário Oficial da União* em 11 de janeiro de 1905. Esta legislação declara instituição de utilidade pública a Academia de Comércio do Rio de Janeiro, o que se estende à Escola Prática de Comércio de São Paulo²⁰. Estas duas instituições escolares foram também criadas e fundadas pela iniciativa particular no ano de 1902. A partir do Decreto nº 1.339, o governo passou a reconhecer os diplomas emitidos por estas duas instituições como de caráter oficial. Esta legislação originou-se no Congresso Nacional e foi sancionada pelo Presidente da República Rodrigues Alves²¹.

¹⁹ VIEIRA, Francisco de Assis (Org.). *Lei Orgânica do Ensino Secundário e Legislação Complementar*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura (Serviço de documentação), 1957, p. 325. (“Documentos” com direção de José Simeão Leal, v. 1, Legislação do Ensino Comercial).

²⁰ Atualmente “Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado – FECAP”. Álvares Penteado, Fundação Escola de Comércio – 90 anos servindo ao ensino comercial e econômico. São Paulo, SP: Letras & Letras, 1992, p. 112.

²¹ Francisco de Paula Rodrigues Alves: mandato de 15/11/1902 a 15/11/1906.

Tais deliberações constam dos Art. 1º, 2º e 3º do referido Decreto nº 1.339, de 9/01/1905, conforme excerto abaixo:

Art. 1º A Academia de Comércio do Rio de Janeiro, fundada em 1902, destinada à educação superior do comércio, é declarada instituição de utilidade pública, sendo reconhecidos como de caráter oficial os diplomas por ela conferidos.

Art. 2º São extensivas à Escola Prática de Comércio de São Paulo, também fundada em 1902, as disposições da presente lei.

Art. 3º Os alunos diplomados, quer pelo extinto Instituto Comercial, mantido pelo Distrito Federal, quer pela extinta Academia do Comércio de Juiz de Fora, gozarão de todos os direitos de que venham a gozar, por força da presente lei, os diplomados pelos institutos a que ela se refere.

A Academia de Comércio do Rio de Janeiro mantinha dois cursos comerciais regulares. Assim, com esta oficialização, o ensino comercial brasileiro ficou composto de dois cursos: um curso geral e prático e o outro um curso superior. O curso geral, preparatório para o curso superior, habilitava o formando para o exercício das funções de guarda-livros, perito judicial e empregos na área fazendária. O curso superior habilitava para atuação nas áreas de relações internacionais, seguridade, bancos e grandes empresas. Em outras palavras, tratava-se de uma legislação oficial não democrática e de cunho elitista, privilegiando apenas algumas escolas e seus alunos. Uma regulamentação e oficialização pública do ensino comercial parcial para determinadas escolas.

Este documento legal outorgava aos diplomados destas instituições escolares dispensa de outras provas com temas dentro da formação estabelecida e concursos para a área pública. Além desta oficialização de seus diplomas, a Academia de Comércio do Rio de Janeiro passou a órgão de consulta do governo para temas relativos à atividade econômica. Dessa forma, a partir de 1905, esta instituição escolar tornou-se referência nacional como um padrão de reconhecimento oficial do ensino comercial. Assim, este estatuto foi a primeira legislação oficial reconhecendo os diplomas de um curso comercial regular no Brasil, um marco histórico para a evolução do ensino profissional comercial no Brasil.

Mantendo a diferença de interesses e circunstâncias, vimos, no capítulo anterior, que em Portugal o ensino profissional comercial surgiu com a iniciativa oficial do ministério de Marquês de Pombal. Ocorreu, então, a implantação do ensino comercial público, com o reconhecimento oficial já nos seus primórdios, enquanto que no Brasil o

ensino comercial não nasceu de uma prerrogativa do Estado, mas sim da uma iniciativa privada, cabendo ao governo, em um primeiro momento, apenas disciplinar e regulamentar o seu oferecimento.

Ainda a Academia de Comércio do Rio de Janeiro ficou reconhecida como um órgão consultivo e de referência do governo para temas ligados ao comércio e à indústria.

Somente após um período de quase dezoito anos (1905-1923) é que entra em vigor uma nova legislação sobre o ensino comercial no Brasil. Trata-se do Decreto nº 4.724-A²², de 23 de agosto de 1923, que equipara os diplomas da Academia de Ciências Comerciais de Alagoas e de outras instituições aos diplomas da Academia de Comércio do Rio de Janeiro. Este decreto foi publicado no *Diário Oficial da União* em 9 de setembro de 1923 e de origem do Senado Federal.

A partir daí, tomando-se por base a regulação anterior, surgiram outras escolas de ensino comercial em diversas regiões do país. Por meio do Decreto de 1923, foram beneficiadas as seguintes escolas comerciais constantes nesta lei no Art. 1º, conforme o excerto abaixo:

Os diplomas conferidos pela Academia de Ciências Comerciais do Estado de Alagoas, bem como pelos cursos de comércio do Liceu de Artes, Ofícios e Comércio do S. Coração de Jesus, de São Paulo, Instituto Comercial Mineiro, Instituto Lafaiete, na Capital Federal e Liceu de N. S. Auxiliadora de Campinas, mantidos pela Pia Congregação Salesiana, Escola Comercial, pela Sociedade de Educação e ensino de Campinas, Escola Prática do Comércio, pela Associação Comercial do Pará, Escola do Comércio, pela Fênix Caixeiral do Ceará, e Academia de Comércio, a cargo da Associação Comercial de Pernambuco, são equiparados para todos os efeitos aos expedidos pela Academia de Comércio do Rio de Janeiro.

Entretanto, a fundamentação desta abertura e extensão de reconhecimento e oficialização para outras instituições escolares²³ era a de que estas instituições deveriam seguir, rigorosamente, os programas desenvolvidos e estabelecidos nos cursos comerciais da Academia de Comércio do Rio de Janeiro, em virtude de ser esta uma escola de referência no Brasil, conforme expresso no Art. 2º do referido Decreto de 23 de agosto de 1923, que diz que, “Para o gozo dessa regalia, enquanto não for organizado

²² VIEIRA, Francisco de Assis (Org.). *Lei Orgânica do Ensino Secundário e Legislação Complementar*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura (Serviço de documentação), 1957, p. 326. (“Documentos” com direção de José Simeão Leal, v. 1, Legislação do Ensino Comercial).

²³ Artigo 2º do Decreto nº 4.724-A, de 23/8/1923.

o ensino oficial das ciências econômicas e comerciais, devem os ditos estabelecimentos observar os programas de ensino constantes dos parágrafos 2º e 5º do art. 1º do Decreto Legislativo nº 1.339, de 9 de janeiro de 1905”.

Podemos dizer que, nesse período, entre os anos de 1905 a 1923, houve uma parcialidade do governo, uma vez que o Decreto abrangia somente a Academia de Comércio do Rio de Janeiro e a Escola Prática de Comércio de São Paulo. A abertura para outras instituições escolares iniciou-se somente a partir de 1923.

Portanto, na ausência de legislação e escolas públicas oficiais de ensino profissional comercial, permaneceu a Academia de Comércio do Rio de Janeiro como referência e padrão nacional de regulação. No entanto, uma novidade nesta legislação de 1923 foi a instalação, a partir de então, de um processo de fiscalização do governo nestas escolas e respectivos cursos, por conta do reconhecimento e oficialização.

Consta no Art. 3º do Decreto nº 4.724-A que:

O Governo instituirá desde já a fiscalização destes e demais estabelecimentos congêneres já reconhecidos, a cujos ônus ficarão sujeitas as instituições beneficiadas, estabelecendo em regulamento as suas condições e importâncias das quotas, a cujo recolhimento ficarão aquelas obrigadas.

Oficialmente, confirmou-se a equiparação de diplomas expedidos por nove escolas aos diplomas da Academia do Rio de Janeiro e estabeleceram-se outros elementos deste processo. Houve a instituição da fiscalização dos estabelecimentos e a permanência dos programas de 1905. De acordo com Jorge Nagle:

De um lado, indica-se que para obter a equiparação devem ser observados os programas de 1905, mas isso “enquanto não for organizado o ensino oficial das ciências econômicas e comerciais”. Prescreve-se, em consequência, o seguinte: “Quando houver estabelecimento oficial desse ensino, a ele deverão de adaptar todos os atualmente equiparados, sob pena de caducar o reconhecimento dos diplomas.” De outro lado, institui-se a fiscalização, paga pelos próprios estabelecimentos (1978, p. 276).

Assim, firma-se pela primeira vez, nesta modalidade de ensino profissional, a implantação e a exigência de uma legalidade²⁴ pelo governo para toda instituição

²⁴ Legalidade: 1 qualidade ou estado do que é legal, do que está conforme com ou é governado por uma ou mais leis. Houaiss, Antônio; Villar, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Elaborado no Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, p. 1736.

escolar de ensino comercial com interesse em reconhecimento oficial de seus diplomas. “Como se observa, nesse decreto se recomenda a adoção de padrão legal para as escolas técnico-comerciais” (NAGLE, 1978, p. 276).

Após essa fase de implantação de uma organização de reconhecimento de diplomas, escolas e cursos comerciais, em cumprimento a um programa estabelecido de curso comercial, ocorre a aprovação do Decreto nº 17.329²⁵, de 28 de maio de 1926, pelo governo republicano, do então presidente, Artur Bernardes²⁶.

O decreto publicado no *Diário Oficial da União* em 15 de junho de 1926 aprova o regulamento para os estabelecimentos de ensino comercial, com o objetivo de obter reconhecimento oficial pelo Governo Federal. O ensino comercial é formado de um curso de formação geral com duração de 4 anos, fornecendo, ao seu término, o diploma de contador. E se oferece um outro curso como superior com duração de 3 anos, em que, com sua conclusão, se obtém o diploma de graduado em Ciências Econômicas.

Neste regulamento, destacam-se a obrigatoriedade do curso geral com duração de quatro anos com matérias propedêuticas e técnicas; um curso superior facultativo de duração de dois anos, com possibilidades de manter cursos de especialização para áreas específicas e implantação de sistemática de controles internos de funcionamento.

Assim, em um contexto de evolução da sociedade brasileira e em especial da economia, de expansão das instituições escolares comerciais, exigia-se, para este ensino, uma organização para todo o país e não apenas o reconhecimento para algumas escolas técnico-comerciais, como era praticado até aquele período. O currículo deveria ser o mesmo de 1905, com acréscimo de algumas disciplinas e, ao final, o curso geral certificaria ao aluno o diploma de contador. E, para auxiliar a fiscalização destes estabelecimentos, seriam nomeados fiscais pelo ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, correndo as despesas à conta dos próprios estabelecimentos (NAGLE, 1978, p. 276).

Podemos dizer que foi no período de 1905 a 1926 que se iniciou um gradual processo de reconhecimento e oficialização no ensino comercial brasileiro. A fiscalização deste processo ficou por conta de um órgão ligado às atividades de produção econômica e não à educação, dando continuidade, portanto, ao mesmo modelo

²⁵ VIEIRA, Francisco de Assis (Org.). *Lei Orgânica do Ensino Secundário e Legislação Complementar*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura (Serviço de documentação), 1957, p. 327. (“Documentos” com direção de José Simeão Leal, v. 1, Legislação do Ensino Comercial).

²⁶ Artur da Silva Bernardes: mandato de 15/11/1922 a 15/11/1926.

português em que o curso comercial ficou aos cuidados da Junta do Comércio, talvez aqui, no caso brasileiro, um fator de contribuição ao desprestígio desta modalidade de ensino. Até esse momento, havia uma ausência do poder público com sua proposta de organização e inexistência de instituições escolares públicas de ensino comercial. Uma outra questão, não menos importante, era quando admitia-se que o curso comercial estava dirigido para uma formação específica voltada para o trabalho em atendimento às urgentes necessidades das empresas de profissionais com este tipo de formação e conhecimento. Havia um olhar imediatista e não de um horizonte de tempo maior com este ensino.

Não podemos esquecer que a crise da economia mundial, por volta do ano de 1929, gerou repercussões de queda e retração dos negócios em escala mundial. O Brasil, pela política econômica adotada de exportação do café, perdeu mercados no exterior e se voltou para o mercado interno. Assim, preferiu dinamizar a produção interna em substituição das importações. Este encaminhamento da economia brasileira, de certa forma, foi oportuno e benéfico para o país (ARANHA, 1996, p. 195).

Em 30 de junho de 1931, entrou em vigência o Decreto nº 20.158²⁷, de 30 de junho de 1931, elaborado por Francisco Luis da Silva Campos, responsável pelo ministério da educação no governo Vargas. Este decreto, conhecido como Lei Francisco Campos, “organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador, e dá outras providências”, conforme sua ementa. Foi publicado *no Diário Oficial da União* em 9 de julho de 1931, com as seguintes considerações:

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS do Ministro Francisco Campos ao Sr. Chefe do Governo Provisório: O ensino comercial, no Brasil, teve início em escolas particulares, destinadas apenas à contabilidade e sem nenhuma influência oficial. O decreto nº 17.329, de 28 de maio de 1926, que regulamentou a lei nº 4.724 A, de 23 de agosto de 1923, estabeleceu um padrão de ensino comercial e a fiscalização dos estabelecimentos que a ele se sujeitarem (apud LOPES, 1931, p.369).

Confirma-se, assim, o reconhecimento da ausência do poder público com este ensino. Portanto, com esta legislação de 1931, o quadro do ensino profissional comercial brasileiro passou a compor os seguintes cursos técnicos e respectivos tempos de duração: de secretário (um ano); de guarda-livros (dois anos); de administrador-

²⁷ VIEIRA, Francisco de Assis (Org.). *Lei Orgânica do Ensino Secundário e Legislação Complementar*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura (Serviço de documentação), 1957, p. 332. (“Documentos” com direção de José Simeão Leal, v. 1, Legislação do Ensino Comercial).

vendedor (dois anos); de atuário e perito-contador (três anos). Havia, ainda, a oferta de um curso superior de Administração e Finanças (3 anos), um curso Propedêutico (3 anos) e um curso de Auxiliar do Comércio (2 anos).

Na exposição de motivos do ministro Francisco Campos nesta legislação, algumas considerações merecem ser observadas:

A classe de guarda-livros e contadores solicita a regulamentação da sua profissão. Essa reorganização é indispensável sob dois pontos de vista. Por um lado, para sanear e moralizar a profissão, dar responsabilidade e garantias a fim de que se evitem os abusos que tem sido a causa de tantas irregularidades em operações diversas, falências e concordatas. Por outro lado, essa regulamentação permitirá estabelecer privilégios para os diplomados das escolas reconhecidas, permitindo, portanto, que, concedida essa garantia, a fiscalização possa se tornar muito mais rigorosa e só oficialize institutos verdadeiramente idôneos e em condições de satisfazer a todas as exigências do moderno ensino técnico (apud LOPES, 1931, p.371).

Nesta perspectiva de organização e atualização de cursos e regulamentação da profissão na área de contabilidade, o ministro Francisco Campos prossegue:

A organização escolar foi feita para formar homens capazes de manejar as nossas empresas, participar do nosso processo econômico e dirigir para os seus grandes destinos a riqueza pública do Brasil. O ensino comercial tem, no Brasil, uma grande missão de aperfeiçoamento de métodos, de modos de trabalhar. Todos os processos da produção dependem dos processos dos que compram, vendem e distribuem e assim o ensino das diversas carreiras do comércio prepara o Brasil maior e mais próspero de amanhã. A reorganização do ensino comercial procurou aparelhar os futuros homens de comércio para a realização desse grande destino (apud LOPES, 1931, p.372).

Estas considerações do ministro Campos, com a nova legislação do ensino comercial em vigor, podemos entender como um avanço em relação às leis e decretos anteriores, além de um reconhecimento maior, a abertura de possibilidades para outros cursos comerciais, a fiscalização por órgãos ligados à educação²⁸ e a regulamentação da profissão contábil. Segundo escreve Werebe:

Em 1931 foi dado ao ensino comercial sistematização maior, com a criação, além do curso propedêutico, de cursos de especialização, destinados em geral, a estudantes de cursos noturnos e que buscavam

²⁸ Conforme o artigo 34 desta legislação, a Superintendência de Fiscalização dos Estabelecimentos do Ensino Comercial passou a ser denominada Superintendência do Ensino Comercial, órgão subordinado diretamente ao ministro da Educação e Saúde Pública.

formação profissional para se capacitarem ao desempenho das funções que então se apresentavam no mercado de trabalho (1970, p. 165).

Portanto, a partir de 1931, além da inserção desta modalidade de ensino no quadro da educação brasileira, houve a regulamentação da profissão na área contábil, a expansão deste ensino em quantidades de instituições escolares e uma maior quantidade de alunos matriculados. Contudo, nesta nova organização do ensino comercial, permaneceram algumas dificuldades que Otaíza Oliveira Romanelli registra em seu livro *História da Educação no Brasil* (1984):

Exigia-se, para ingresso no 1º ciclo, que o candidato se submetesse a um exame de admissão e, para o 2º ciclo, a conclusão de um dos cursos do 1º ciclo ou da 5ª série do curso secundário fundamental. Somente os cursos de atuário e perito contador davam acesso ao curso superior de finanças. O curso de auxiliar de comércio era um curso profissionalizante de 1º ciclo, assim como o eram os demais do 2º ciclo, tendo, portanto, um caráter terminal (1984, p. 139).

Assim, em seu contexto operacional, para ingresso no curso Propedêutico e de Auxiliar do Comércio, exigia-se exame de admissão com provas escritas e orais das disciplinas: português, francês, aritmética e geografia. Para garantir acesso, era ainda necessário frequentar um curso preparatório para o exame de admissão, que poderia ser ofertado pela própria instituição escolar.

Com relação ao acesso de cursos técnicos, era preciso a conclusão do Propedêutico e o acesso, ao curso superior de Administração e Finanças, apenas para os concluintes dos cursos técnicos de atuário e de perito-contador. Portanto, os outros cursos eram terminais.

Podemos entender, então, essa limitação e terminalidade em alguns cursos como intencional, uma vez que o ensino comercial no Brasil acompanhava medidas de caráter urgente, ou seja, para atender às demandas daquele momento, sem compromisso de possibilitar ou permitir a continuação dos estudos. Mesmo que na exposição de motivos do ministro Francisco Campos fossem realçadas a importância e o papel de destaque do ensino comercial, havia a necessidade de sua reforma e atualização para novos tempos de desenvolvimento.

No Brasil, continuavam as transformações na sociedade, passando por processo de industrialização, urbanização e desenvolvimento do setor terciário da economia,

referente ao comércio. Assim, o mercado oferecia condições para novas oportunidades de emprego e a exigir uma formação na área comercial (SILVA, 1969, p. 301).

Neste contexto, quanto à expansão do ensino profissional comercial, pode-se entender que, alguns fatores foram importantes: o processo de transformação da sociedade, o desenvolvimento das cidades e do comércio, e, ainda, a regulamentação da profissão na área comercial. Estes fatores possibilitaram melhores ofertas de empregos e, para muitos, em diversos municípios deste país, significaram ascensão social com um diploma oficial.

Mesmo diante deste quadro, esta modalidade de educação ainda não gozava de prestígio em nossa sociedade brasileira.

Segundo Werebe:

Os empregados do comércio, os funcionários de escritório das empresas industriais e administrativas, continuam, porém a constituir uma classe modesta e são muitas vezes pejorativamente designados como “empregadinhos” ou “pequenos funcionários”. Por conseguinte, os cursos que se destinam à tal formação profissional conservam posição de inferioridade em nosso ensino, sem terem merecido a atenção que lhes seria devida, dado o papel que vêm representando na vida econômica brasileira (1970, p. 166).

Ainda em outro aspecto, na Reforma Francisco Campos foram implantados os conselhos e os colegiados de representantes da educação brasileira. Nesta composição de representação das modalidades de ensino prevalecia o ensino superior, o que implicava um desprestígio para as outras modalidades de ensino, inclusive o profissional comercial. A ênfase na representação do ensino superior evidenciava, assim, o prestígio desta modalidade de ensino (FRANCISCO FILHO, 2001, p. 88).

Portanto, mesmo com a organização, regulamentação da profissão contábil, inserção desta modalidade de ensino no quadro da educação brasileira, ainda permeava uma desconfiança e uma visão de subalternidade do governo. Confirma-se que, quando da abertura e oficialização de diplomas de outras instituições escolares em 1923, o programa dos cursos comerciais era de 1905. E, segundo escreve Nagle (1978, p. 276), “nas raras vezes em que ocorre alguma regulamentação, o que se faz é dispor sobre as escolas existentes”. Um outro ponto era a intencional composição de menor expressão na representatividade entre os ramos do ensino brasileiro.

Em 10 de novembro de 1937, o presidente Getúlio Vargas dissolveu o Congresso Nacional, outorgou uma nova Carta Constitucional, e o mandato presidencial

passou a ser de seis anos. Assim, o terceiro governo compreendeu o período entre 1937 e 1945. Esse período do governo Getúlio Vargas²⁹ representou um momento importante para a educação brasileira. De acordo com Aranha:

Na vigência do Estado Novo (1937-1945), durante a ditadura Vargas, o ministro Gustavo Capanema³⁰ empreende outras reformas do ensino, regulamentadas por diversos decretos-leis assinados de 1942 a 1946 e denominados *Leis Orgânicas do Ensino* (1996, p.202).

Este novo período de governo favoreceu, no campo da educação, um aprofundamento da regulamentação ou oficialização, uma legislação nacional formada por um conjunto de decretos-lei do ministério Gustavo Capanema. Segundo Nelson Piletti,

Em termos de legislação educacional específica, o governo do Estado Novo deu continuidade ao processo iniciado com a Revolução de 30, que foi elaborar uma regulamentação federal, válida para todo o país, que abrangesse todos os graus e modalidades de ensino (2002, p.89).

Nesta legislação, além da universalização, destacou-se o mecanismo da equiparação legal das instituições escolares particulares. Quanto a esta legislação, Maria Lúcia Spedo Hilsdorf escreve que:

[...] elas visavam à construção de um sistema centralizado e articulado intrapartes, e atingiram tanto o ensino público quanto o particular mediante o mecanismo da equiparação, com efeitos legais para as escolas privadas que se submetessem à fiscalização federal. (2007, p. 101)

²⁹ 1937-1945: Ditadura referente ao “Estado Novo”.

³⁰ Conforme o *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro 1930-1983 da Fundação Getúlio Vargas – Cpdoc* (1984, p.607), Gustavo Capanema Filho(1900-1985), político mineiro, com o rompimento do pacto entre as oligarquias de Minas Gerais e São Paulo em torno da sucessão presidencial do ano seguinte, militou na Aliança Liberal, coalização oposicionista formada pelos governos de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba. Nomeado ministro da Educação e Saúde em 26/07/1934 no governo Vargas, prosseguiu a reorganização do ministério para se adequar com a sua criação em 1930. Fundou o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos INEP. Quanto ao ensino profissional, recorreu a um sistema paralelo em convênio com as indústrias, governo e Confederação Nacional da Indústria CNI e em 22/01/1942 criou o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial SENAI, antes Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários.

O Decreto-lei nº 6.141³¹, de 28 de dezembro de 1943, com a denominação de Lei Orgânica do Ensino Comercial, foi publicado no *Diário Oficial da União* em 31 de dezembro de 1943 e retificado no *Diário Oficial da União* em 6 de janeiro de 1944.

Este documento, denominado Lei Orgânica do Ensino Comercial, define que o ensino comercial é um ramo de ensino de segundo grau, destinado a formar profissionais para exercerem determinadas funções nas atividades comerciais e funções administrativas gerais na área pública e privada. Para tanto, os cursos ofertados são específicos para determinadas atividades. Foram suprimidos dois cursos: o Superior de Administração e Finanças e o Curso Elementar de Auxiliar do Comércio. Assim, podemos compreender que, em se tratando ser um ensino de segundo grau, o estudo das matérias ou temas mais complexos ficariam para um curso superior na área.

A exposição de motivos do ministro Gustavo Capanema contempla como avanço a nova articulação³²:

Outro ponto essencial da reforma é a articulação justa, coerente e precisa que se estabelece entre o ensino comercial e as demais modalidades de ensino que com ele se relacionam. É o ensino comercial, do mesmo modo que o ensino industrial e o ensino agrícola, concebido como um ramo de ensino profissional do setor de ensino de segundo grau, abrangendo dois ciclos. Assim, definido e delineado, articula-se o ensino comercial, em primeiro lugar, com o ensino primário, cuja preparação é considerada necessária mas também suficiente ao ingresso no curso de primeiro ciclo, isto é, no curso comercial básico, dispensando-se o expediente, certamente antipedagógico, de um curso de admissão. Articula-se ainda com o curso ginásial (primeiro ciclo do ensino secundário) e com o curso normal de primeiro ciclo. A conclusão tanto de um como de outro habilitará ao ingresso em qualquer dos cursos de segundo ciclo ou cursos comerciais técnicos: o de comércio e propaganda, o de administração, o de contabilidade, o de estatística e o de secretariado. Finalmente, o ensino comercial se articula com o ensino superior, pelo direito que é atribuído aos que concluírem qualquer dos cursos comerciais técnicos de ingressar em curso de ensino superior

³¹ VIEIRA, Francisco de Assis (Org.). *Lei Orgânica do Ensino Secundário e Legislação Complementar*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura (Serviço de documentação), 1957, p. 11. (“Documentos” com direção de José Simeão Leal, v. 1, Legislação do Ensino Comercial).

³² A Lei nº 1.076, de 31 de março de 1950, publicada no *Diário Oficial da União* em 12 de abril de 1950: Assegura aos estudantes que concluírem curso de primeiro ciclo do ensino comercial, industrial ou agrícola, o direito à matrícula nos cursos clássico e científico e dá outras providências. Ainda nesta Lei, no seu Art. 2º, aos diplomados pelos cursos técnicos comerciais, nos termos do Decreto-lei nº 6.141, de 28 de dezembro de 1943, e, de acordo com a legislação federal anterior, será permitida a matrícula nos cursos superiores uma vez que provem, em exames vestibulares, possuir nível de conhecimentos indispensável à realização dos aludidos estudos. In: VIEIRA, Francisco de Assis (Org.). *Lei Orgânica do Ensino Secundário e Legislação Complementar*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura (Serviço de documentação), 1957. (“Documentos” com direção de José Simeão Leal, v. 1, Legislação do Ensino Comercial).

relacionado com os estudos de segundo ciclo concluídos (apud VIEIRA, 1957, p. 9).

No aspecto da articulação, a Reforma Capanema, comparada com a Reforma Francisco Campos, foi mais expressiva, mas não geral, quando da extinção do exame de admissão para o primeiro ciclo e a possibilidade de acesso ao ensino superior, desde que em cursos correlatos ou correspondentes.

Desta legislação de 1943, quanto à não totalidade de articulação, Romanelli escreve:

Apesar dos aspectos positivos evidentes na organização desse ensino técnico profissional, algumas falhas se faziam notar na legislação. A primeira e talvez a mais importante delas se refere à falta de flexibilidade entre os vários ramos do ensino profissional e entre esses e o ensino secundário (1984, p. 156).

Assim, no período do governo de Getúlio Vargas, com as Reformas de Francisco Campos (1931) e Gustavo Capanema (1943), ocorreu o marco definitivo na trajetória do ensino comercial brasileiro, a sua sistematização e reconhecimento oficial dentro do quadro da educação brasileira.

Com referência ao Ensino Comercial Brasileiro, em um segundo momento³³, outro fato importante e de destaque foi a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC:

Decreto-lei nº 8.621³⁴, de 10 de janeiro de 1946, que dispõe sobre a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial e dá outras providências. Art. 1º Fica atribuído à Confederação Nacional do Comércio o encargo de organizar e administrar, no território nacional, escolas de aprendizagem comercial. § único: As escolas de aprendizagem comercial manterão também cursos de continuação ou práticos e de especialização para os empregados adultos do comércio, não sujeitos à aprendizagem. Art. 2º A Confederação Nacional do Comércio, para o fim de que trata o artigo anterior, criará e organizará o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). (VIEIRA, 1957, p.55).

³³ ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1984. Para esta autora, na continuidade das reformas desta modalidade de ensino trata da Legislação Complementar das Reformas do Ensino Profissional (p. 165).

³⁴ Publicado no *Diário Oficial da União* em 12 de janeiro de 1946. VIEIRA, Francisco de Assis (Org.). *Lei Orgânica do Ensino Secundário e Legislação Complementar*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura (Serviço de documentação), 1957, p. 55 (“Documentos” com direção de José Simeão Leal, v. 1, Legislação do Ensino Comercial).

Neste momento, pôde-se entender a posição do governo em reconhecer e assumir a impossibilidade de atender adequadamente àquela demanda e, naturalmente, reconhecer e valorizar uma forma de educação paralela, portanto reconhecendo e permitindo espaços para outras iniciativas na educação brasileira. A Confederação Nacional do Comércio assume a expansão e a viabilidade do ensino comercial. Mesmo assim, para o ensino comercial, não era novidade, porque toda iniciativa da organização deste ensino foi de iniciativa particular. O Estado sempre ficou à distância com essa educação.

O funcionamento do sistema SENAC contribuiu para atender a demanda de uma camada mais popular e que desejava se preparar para o trabalho como uma forma de melhor prestígio e remuneração.

Portanto, um entendimento que, com a implantação de um sistema particular paralelo de educação, permitia ao Estado uma posição de distanciamento da obrigatoriedade de uma educação pública para outras modalidades de educação.

Neste entendimento, escreve Romanelli:

Desta forma, pois, as escolas de aprendizagem acabaram por transformar-se, ao lado das escolas primárias, em escolas das camadas populares. Como aquelas passaram a ser, na sua maioria, mantidas pelo SENAI e pelo SENAC e, portanto, ligadas ao chamado sistema “paralelo” de ensino profissional e, como o ensino profissional oficial tinha uma matrícula sensivelmente inferior à do sistema paralelo, tornou-se evidente que o sistema oficial de ensino, em seus ramos secundário e superior, continuou sendo o sistema das elites, ou, ao menos, das classes médias e altas, enquanto o sistema “paralelo” de ensino profissional, ao lado das escolas primárias, passou a ser mais acentuadamente o sistema educacional das camadas populares. (1984, p.169).

No ano de 1945, conforme Decreto-lei nº 7.988, de 22/09/1945, eleva-se o ensino das ciências contábeis e atuariais, em grau superior, formando a categoria profissional de contador e o curso médio de técnico em contabilidade (SILVA; MARTINS, 2007, p. 120).

Este foi um encaminhamento natural para o curso comercial de contabilidade, uma vez que, na Lei Orgânica do Ensino Comercial em 1943, ele já definia o ensino comercial como ensino de segundo grau ou técnico, ainda que os estudos mais complexos da área deveriam ser tratados em curso superior. Em seguida, o “Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946, que cria o Conselho Federal de Contabilidade,

define as atribuições do Contador e do Guarda-livros e dá outras providências” (VIEIRA, 1957, p. 61).

Portanto, o registro e fiscalização do exercício da atividade contábil passou para o Ministério do Trabalho com a instituição do Conselho Federal de Contabilidade e os respectivos conselhos regionais.

Neste contexto da oficialização do ensino comercial no Brasil, esta modalidade de ensino assumiu, com sua expansão, uma posição no quadro da educação brasileira. Carvalho registra que, dos “seis estabelecimentos de ensino existentes em 1920, passaram rapidamente a 145 em 1930, 280 em 1940 e quase 600 em 1950, e a matrícula de menos de mil alunos em 1920, passou a setenta e cinco mil em 1950” (1965, p.74).

Neste contexto de expansão, firmou-se a presença expressiva do ensino particular ou privado no ensino comercial brasileiro, uma característica do ensino de contabilidade que prevalece desde seus primeiros tempos, conforme pudemos perceber nos escritos anteriores. Este fato fica mais evidente quando lemos que:

Em 1959, das 12256 escolas comerciais existentes, 90% eram mantidas por empresas particulares, quase 6% pelos Municípios; nas primeiras estudavam 92% do total dos alunos (171994) e nas segundas quase 5%. No Estado de São Paulo, das 399 escolas comerciais em funcionamento em 1959, apenas uma era estadual e 27 municipais, correspondendo a menos de 7% as mantidas pelos cofres públicos (WEREBE, 1970, p. 167).

Neste itinerário do ensino comercial, permite-se, ainda, mencionar a existência de dois documentos oficiais relacionados a essa modalidade de ensino: uma legislação de 1950 que trata da regulamentação do exercício do magistério nos cursos de formação e aperfeiçoamento do ensino comercial³⁵; e outro documento de 1954, que trata de uma campanha de aperfeiçoamento e expansão do ensino comercial³⁶.

Nos dias de 21 a 27 de julho de 1957, foi realizado na cidade de Belo Horizonte, MG, o II Congresso Brasileiro de Ensino Comercial. Na cerimônia de abertura, o Ministro da Educação, Clóvis Salgado³⁷, fez um discurso do qual destacamos três

³⁵ Decreto nº 27.848, de 02 de março de 1950, publicado no *Diário Oficial da União* em 4 de março de 1950.

³⁶ Decreto nº 35.247, de 24 de março de 1954, publicado no *Diário Oficial da União* em 26 de março de 1954.

³⁷ Conforme o *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: 1930-1983* da Fundação Getúlio Vargas – Cpdoc (1984; p.3049), Clóvis Salgado da Gama (20/01/1906-25/07/1978) nasceu em Leopoldina, MG. Foi médico, professor e político, assim como governador de Minas Gerais no período de 31/03/1955 a 32/01/1956. No início de 1930 foi partidário da Aliança Liberal e também ministro da Educação e Cultura do governo Juscelino Kubitschek (1956-1961).

momentos. Além de tratar da importância deste ensino, Clóvis Salgado tratou da sua expansão no quadro da educação brasileira. Em seu discurso ufanista, afirmou o seguinte quadro com relação a este ensino:

Duas escolas comerciais, com 343 alunos, é o que encontramos nas crônicas referentes ao ano de 1905; em 1923, notam-se apenas, onze escolas com matrículas de 1.865 estudantes. ... em 1930, a existência de 145 estabelecimentos de ensino comercial com 15.500 alunos em suas classes (1957, p.153).

Neste mesmo discurso, em seguida, referindo-se já a um período após a organização deste ensino pelo ministro Francisco Campos em 1931, escreveu:

Na vigência da Legislação Francisco Campos, e graças às próprias condições oferecidas pelo país, o ensino comercial sofre o seu segundo impulso de crescimento: em 1932, observam-se 163 estabelecimentos de ensino, com 18.227 alunos; em 1943, encontram-se 384 estabelecimentos e 75.064 estudantes (1957, p.154).

Clóvis Salgado, concluindo, fez uma referência de expansão desta modalidade de ensino, após a Lei Orgânica do Ensino Comercial de 1943:

O crescimento da rede escolar de ensino comercial, após a lei orgânica, pode ser apreciado pelo número de escolas, que ascendem de 384, em 1943, para, aproximadamente, 900 no corrente ano letivo, enquanto as matrículas passam de 75.000 a 120.000. No momento, já estão funcionando cursos comerciais em cerca de 480 cidades. O ritmo de crescimento das instituições de ensino comercial, que vinha sendo de 30 unidades por ano, dá um salto de 90 unidades escolares de 1955 para 1956 (1957, p.154).

Nesse caminhar de expansão com início do processo de legalidade e regulamentação vista a partir de 1905, Geraldo Bastos Silva explicitou que:

Em 1933, o ensino comercial já era, depois do secundário, o ramo do ensino médio de maior contingente de matrícula, com 19.500 alunos. Nos dez anos compreendidos entre 1933 e 1942, ele mais do que triplicou essa matrícula, alcançando 62.000 alunos. No decênio seguinte (1943-1952) seu ritmo de crescimento oscilou, mas no final tinha matrícula igual a quatro vezes e meia a de 1933, e no decênio seguinte aumentou consideravelmente onze vezes e meia a matrícula de 1933, ou seja, 231.900 alunos. Em 1965, a matrícula do ensino comercial alcançou 288.351 alunos, ou seja, cerca de quinze vezes a matrícula de 1933 (1969, p.345).

Dessa forma, mesmo com os desafios, o ensino técnico comercial de contabilidade construiu seu lugar na história da educação brasileira. Transcrevemos aqui as palavras de Silva e Martins sobre a realização do 1º Congresso Brasileiro de Contabilidade em 1924 no Rio de Janeiro:

Foi neste Congresso que teve início a campanha para a regulamentação da profissão de contador e para a reforma do ensino comercial o que se concretizou pelo Decreto 20.158, de 30.06.1931, no qual o Governo Federal organiza o Ensino Comercial e regulamenta a profissão de Contador. O I Congresso foi marcado por temas e debates, onde foi desenvolvida grande campanha em prol da regulamentação da atividade contábil, dirigida pelo Senador João Lyra, e pela reforma do ensino comercial que se materializou em 1931 (2007, p. 121).

Portanto, antes da oficialidade, era um anseio e reivindicação dos profissionais atuantes da área a regulamentação do exercício profissional, fato que contribuiu na valorização do mercado profissional, assim como na importância do ensino comercial oficial e suas instituições escolares comerciais na formação destes profissionais.

Assim, foi abordado, neste capítulo, o percurso da oficialização do ensino técnico comercial no Brasil e suas repercussões, ainda que com breves apontamentos deste itinerário e sua relação com a criação e fundação da Escola Técnica de Comércio de Pirassununga.

3 FRAGMENTOS DO ITINERÁRIO DE UMA ESCOLA DE COMÉRCIO: ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO DOUTOR FERNANDO COSTA

Este capítulo trata da presença de uma instituição escolar de ensino técnico profissional comercial em Pirassununga³⁸, cidade localizada no Leste paulista, a Escola Técnica de Comércio Doutor Fernando Costa³⁹, que teve o seu ensino comercial encerrado em 2000, com a formatura de sua última turma, prosseguindo suas atuais atividades de ensino com o nome de Colégio Dr. Fernando Costa⁴⁰, conveniado com o Sistema de Ensino Positivo⁴¹. Atualmente, os seus cursos são: Ensino Fundamental I – 1º ao 5º ano; Ensino fundamental II – 6º ao 9º ano; Ensino Médio: 1ª a 3ª séries; dois cursos técnicos de informática: desenvolvimento de sistemas e manutenção e suporte em informática, ambos com duração de um ano e meio.

Para a continuação de nossa pesquisa, quando nos referimos à Escola Técnica de Comércio Doutor Fernando Costa, de Pirassununga, podemos chamá-la ainda, como é tradicionalmente conhecida pela comunidade local, ou seja, como a Escola de Comércio Fernando Costa ou Escola de Comércio. Em Pirassununga, no período de sua existência, foi a única escola a manter o ensino técnico profissional comercial oficialmente.

Para este estudo, vamos considerar a Escola de Comércio como uma instituição escolar que se encontra inserida em um contexto maior da vida do homem em sociedade. Nossa intenção aqui é a de reunir um número considerável de informações e levantar os processos que deram origem à formação e à evolução dessa instituição educativa, percebida como um sistema de práticas, que, segundo Saviani (2007), se manifestam tanto na sua intencionalidade, modo de ser, como no processo de interação com um contexto historicamente determinado. No dizer de Magalhães (1999), para se compreender a existência histórica de uma instituição educativa, é preciso, antes de

³⁸ Pirassununga está localizada a 9 quilômetros do Rio Mogi-Guaçu, em sua margem esquerda e em linha reta distante 189 km da capital paulista. Possui uma área de 726,942 km² e uma população aproximadamente de 71.000 habitantes (2006). O município é servido pelas rodovias SP 225, 328 e 330 (Rodovia Anhanguera). A cidade fica próxima de Campinas, Ribeirão Preto e São Carlos. Disponível em: <www.pirassununga.sp.gov.br>. Acesso em: 15 jan. 2013.

³⁹ Fernando de Sousa Costa (10/6/1886-21/1/1946) foi prefeito municipal de Pirassununga no período de 1912-1927; foi Secretário da Agricultura do Estado de São Paulo no governo de Júlio Prestes; Deputado Estadual de 1918 a 1927; Ministro da Agricultura em 1937; e interventor federal do Estado de São Paulo em 1941 no governo de Getúlio Vargas. Fonte: *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: 1930-1983 – FVG/CPDOC*, Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1984, p. 970. v. II.

⁴⁰ Disponível em: <www.cfcosta.com.br>. Acesso em: 8 abr. 2013.

⁴¹ Grupo Positivo de Ensino nasceu na cidade de Curitiba PR em 1972. Começou com uma gráfica e um curso preparatório para o vestibular. Atualmente com presença nacional e internacional em mais de 40 países com produtos e serviços em ensino, soluções educacionais, tecnologia (fábrica de computadores), gráfica, cultura e entretenimento. Disponível em: <www.positivo.com.br>. Acesso em: 31 jul. 2013.

tudo, “contextualizá-la, implicando-a no quadro de evolução de uma comunidade e de uma região, é por fim sistematizar e (re)escrever-lhe o itinerário de vida na multidimensionalidade, conferindo-lhe um sentido histórico” (MAGALHÃES, 1999, p. 64).

Conforme Delson Ferreira, no livro *Manual de Sociologia: dos clássicos à sociedade da informação*:

Os indivíduos, dos primeiros momentos da História aos dias de hoje, estabelecem relações entre si que fazem parte de suas rotinas cotidianas. Voltadas para a resolução de problemas práticos ou abstratos, que vão da satisfação das necessidades vitais básicas à solução de intrincadas questões científicas ou filosóficas, essas relações fundam-se em interações que ora começam por impulsos originados no indivíduo, ora iniciam por influências oriundas do grupo ou sociedade (2003, p. 31).

Assim, tem-se a vida do homem organizada em sociedade para enfrentar as dificuldades e as rudezas de uma vivência isolada. No entanto, para que esta convivência em grupo societário seja harmônica, regular e equilibrada, faz parte dela a criação de instituições sociais, que servem de força aglutinadora para a realização de ações de interesse social ou coletivo, podendo ser de natureza pública ou de natureza privada.

No livro *Introdução à Sociologia*, Reinaldo Dias (2005, p. 201) conceitua a instituição social como um “sistema complexo e organizado de relações sociais relativamente permanentes, que incorpora valores e procedimentos comuns e atende a certas necessidades básicas da sociedade”. O autor traz como exemplos de instituições sociais, dentre outras, a família, a religião e a educação. Por sua vez, Saviani, no livro *Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica*, apesar de seguir o mesmo entendimento, acrescenta a dimensão da materialidade histórica das instituições, ao explicar que, “além de ser criada pelo homem, a instituição apresenta-se como uma estrutura material que é constituída para atender a determinada necessidade humana” (SAVIANI, 2007, p. 4).

Desta forma, podemos perceber que muitas atividades realizadas pelo homem, em sociedade, o são em função da existência ou da criação de instituições sociais.

Enveredando-nos um pouco mais por esta seara, entendemos, ainda com Dias (2005, p. 201), existirem algumas instituições encontradas em todas as sociedades. Ele as configura como instituições básicas para a organização de uma determinada

sociedade. São: “a instituição familiar, educacional, religiosa, econômica e política. Cada uma dessas instituições possui certas funções e responsabilidades que lhe são atribuídas pela sociedade na qual estão inseridas”. Portanto, podemos concordar com estes autores ao afirmarem que as instituições são fundamentais para a existência e organização social do homem em sociedade, sendo uma construção social em que as relações e interações não podem ser compreendidas como elementos estanques das relações sociais que as geram. No dizer de Saviani,

As instituições são, portanto, necessariamente sociais, tanto na origem, já que determinadas pelas necessidades sociais postas pelas relações entre os homens, como no seu próprio funcionamento, uma vez que se constituem como um conjunto de agentes que travam relações entre si e com a sociedade à qual servem (2007, p.5).

Pautados por estas considerações, podemos ainda afirmar que o homem, para o seu sustento e o de sua família, desempenha algum tipo de trabalho. Mas, para o bom desempenho de seu trabalho, garantia da perpetuação e transmissão do conhecimento adquirido na execução de sua tarefa (aptidões particulares e conhecimentos especiais), faz-se necessária a criação de um espaço comum pelo qual se possa assegurar um processo de formação às gerações mais novas. Formação esta que Émile Durkheim (2004) qualificou como uma ação impositiva e de modo geralmente irresistível, transmitida de uma geração de adultos a uma geração de indivíduos mais jovens.

Assim, seguindo as concepções firmadas por Durkheim sobre o longo processo de formação das instituições escolares, podemos perceber, no comentário de Justino, que Durkheim consagra o “princípio funcional da educação como integração, formação/normatização e responsabilização das gerações novas na manutenção da cultura e no rumo da história dos povos, das civilizações e das sociedades e agrupamentos humanos” (2004, p. 64). Ou seja, este processo, em que pese o longo itinerário sócio-histórico, é sempre marcado por uma intencionalidade, resultado de fatores diversos, mas “mantidos numa unidade pelas relações de coerência estabelecidas entre os mesmos, e pelas relações de coerência estabelecidas com o sistema mais amplo onde está inserido” (MARTINS, 1999, p. 41). Portanto, o processo de transmissão da cultura, por meio da educação, seguindo este pensamento, é sempre um processo planejado e formalizado, que guarda uma intencionalidade. A educação é entendida assim como um processo intrínseco à socialização do homem e à sua humanização.

O *Dicionário de Ciências Sociais* conceitua a escola como uma instituição que,

[...] dentro de um sistema educacional, desempenha a função de transmitir de modo formal e programático o patrimônio cultural de uma sociedade. É, portanto, um subsistema dentro do sistema educacional geral, mas não é a única forma de transmissão da cultura, levando-se em conta que é precedida, acompanhada e até viabilizada por processos paralelos, divergentes e convergentes de educação não formal ou espontânea, atuante em toda a sociedade. Tratando-se de sistema institucionalizado, a escola abrange, no desempenho de sua função, uma estrutura própria caracterizada por normas, papéis definidos, pessoal especializado, locais e equipamentos. O grupo educacional que constitui do ponto de vista sociológico o verdadeiro núcleo da escola abrange pessoas de várias idades e níveis de competência, uma clientela, uma rotina de funcionamento e uma organização que utiliza técnicas e instrumentos característicos (1987, p. 407).

Assim sendo, uma escola ou uma instituição escolar é um espaço físico determinado com construção e estrutura singular ocupado com móveis, equipamentos, processo de funcionamento com normas, regras e pessoal especializado. É uma estrutura estabelecida e localizada em uma determinada comunidade, que, no seu cotidiano, estabelece relações com seus atores internos e externos, ainda, e envolta em um contexto maior das leis que regem a educação.

3.1 Escola de Comércio Doutor Fernando Costa

A Escola Técnica de Comércio Doutor Fernando Costa, de Pirassununga, SP, foi criada no ano de 1943. Iniciou suas atividades escolares oficialmente em 1944 e formou sua última turma em 2000. Portanto, o recorte temporal de nossa pesquisa abrange parte deste período histórico de 57 anos de existência. Muito embora esta pesquisa não se trate propriamente de uma reconstrução da sua trajetória histórica, mas de levantar fontes documentais, fatos ou situações ocorridos no passado que forneçam aspectos que levam a compreender os principais processos que deram origem à formação e à evolução, de modo a conferir, de acordo com Magalhães (1999), um “sentido histórico”.

Partimos do pressuposto de que esta instituição escolar com seu ensino técnico-profissional comercial foi importante para a sociedade de Pirassununga, proporcionando aos jovens da cidade e região melhores condições de vida, ao abrir-lhes a porta de acesso aos seus bancos escolares. Nessa perspectiva, a Escola de Comércio de Pirassununga contribuiu como fator importante para a mobilidade social de grande parte daqueles que passaram por seus bancos, e, por sua importância local e regional, inseriu-

se como peça importante, no quadro da história da educação de Pirassununga. Segundo Décio Gatti Júnior (2002, p. 4), “as escolas apresentam-se como locais que portam um arsenal de fontes e de informações fundamentais para a formulação de interpretações sobre elas próprias e, sobretudo, sobre a História da Educação Brasileira”.

Privilegiamos, neste espaço temporal, alguns acontecimentos ou fatos históricos, como recortes que evidenciam a importância enquanto instituição educativa e em sua inter-relação com a comunidade na qual está inserida, pois tal relação constitui-se na principal base de informação e de orientação, segundo Magalhães. Para o autor:

A relação entre as instituições educativas e a comunidade envolvente estrutura-se numa abordagem que integre e cruze os planos *macro*, *meso* ou *micro-histórico*, através de uma dialética de convergência/divergência/convergência e de uma reconceptualização dos planos espaço-temporais: o nacional/universal, o regional, o local (2007, p. 70).

Para Magalhães (2007), somente a partir do cruzamento de informações e de indagações pertinentes entre a historicidade da instituição com o seu meio envolvente é que se pode atribuir um sentido para a construção da identidade cultural e educacional de uma instituição educativa de uma forma mais abrangente, muito embora ele mesmo faça uma ressalva ao explicitar que este procedimento não esgota a problemática em sua totalidade, mas “constitui, não obstante, um eixo fecundo e determinante no plano epistemológico” (2007, p. 70).

Segundo Nosella e Buffa, no livro *Instituições escolares* (2009), para se estudar um arquivo ou memória de uma instituição escolar, podemos considerar como fontes históricas desde os programas escolares, as comemorações, as reuniões cívicas, as feiras e as exposições, até os eventos culturais, dentre outras. Tais fontes de investigação permitem procedimentos de análise e de possibilidades para se estabelecerem relações de interação entre a instituição escolar e a comunidade, atribuindo, assim, um sentido histórico mais abrangente à primeira.

Para reconstruirmos parte da história e memória da Escola de Comércio de Pirassununga, estabelecemos alguns tópicos que funcionarão como categorias para auxiliar-nos (NOSELLA; BUFFA, 2009, p. 18). Os antecedentes históricos: as circunstâncias específicas da criação e da instalação da escola; o processo evolutivo: a origem, o apogeu e o fechamento; a organização do espaço físico: o edifício; as reformas e as eventuais descaracterizações; os eventos: culturais; a cerimônia de

formatura; as normas disciplinares: regimentos, organização do poder, professores e alunos; o relacionamento da escola com o entorno.

Partimos destes procedimentos por entendermos que, por meio dessas categorias, podemos traçar um retrato da instituição escolar, foco desta investigação, a partir de uma abordagem que não se prenda simplesmente a uma perspectiva descritiva ou narrativa dos registros oficiais. Mas, ao mesmo tempo, temos ciência de que construir uma história interpretativa de uma instituição escolar compreendida como obra e criação humana, inserida no quadro das grandes instituições da humanidade, por si só já se apresenta como uma tarefa difícil dada a impossibilidade de se captar a história, seu percurso histórico na totalidade.

Para a nossa proposta de construção de parte da trajetória desta instituição escolar, privilegiamos quatro momentos como tópicos especiais de abordagem. São eles: os primeiros passos da Escola de Comércio de Pirassununga (1943); uma cerimônia de formatura especial (1976); a construção do novo prédio da escola (1985); e a vida cultural: memórias do cotidiano (1964-1983).

3.1.1 Os primeiros passos da Escola de Comércio de Pirassununga

Neste tópico, pretendemos realizar uma leitura da memória dos antecedentes da criação e fundação da Escola de Comércio Dr. Fernando Costa de Pirassununga. Para tanto, foram feitos alguns apontamentos, ainda que sem aprofundamentos, sobre a cidade de Pirassununga. Estes têm como objetivo auxiliar no quadro de contextualização desta instituição escolar na sua criação e fundação.

Pirassununga: *lugar onde o peixe faz barulho* ou *terra dos meus amores*. Também conhecida como cidade simpatia, é uma cidade do interior paulista, que, nos seus recantos, guarda singularidades.

Assim, está localizada a nove quilômetros do Rio Mogi-Guaçu, em sua margem esquerda e em linha reta distante 189km da capital paulista. Possui uma área de 726,942km² e uma população de aproximadamente 71.000 habitantes (2006). O município é servido pelas rodovias estaduais SP 225 (Aguai-Pirassununga-Itirapina), SP 328 (Pirassununga-Porto Ferreira e até divisa com Minas Gerais), e SP 330 (Rodovia

Anhanguera) que liga a cidade de São Paulo com a região norte do estado. Pirassununga⁴² está próxima das cidades de Campinas, Ribeirão Preto e São Carlos.

Ainda sobre Pirassununga, apoiamo-nos no livro de autoria de Manuel Pereira de Godoy, *Contribuição à História Natural e Geral de Pirassununga* (v. II, 1ª edição de 1975). Esta publicação histórica teve o apoio da Prefeitura Municipal de Pirassununga para 871 exemplares, conforme a Lei nº 1.229, de 4 de dezembro de 1974. Trata-se de obra única à disposição do público sobre a história de Pirassununga.

Assim, pontuamos breves fatos de sua história, que podem contribuir para considerar que a evolução desta comunidade esteve em torno dos ideais de progresso, desenvolvimento e bem-estar.

O seu surgimento remonta ao ano de 1809, quando era conhecida com o nome de *Bairro de Pirassununga*. Foi autorizada nestas terras a construção da *Capela do Senhor Bom Jesus dos Aflitos de Pirassununga* em 21 de novembro de 1828. Com a Lei nº 13, de 4 de março de 1842, em ato do Governador da Província de São Paulo, o *Bairro de Pirassununga* passou a denominar-se *Freguesia de Pirassununga*. Mais tarde, com a Lei Provincial nº 76, de 22 de abril de 1865, a *Freguesia de Pirassununga* foi elevada à categoria de vila dentro da província de São Paulo. No ano de 1866, a *Vila de Pirassununga* passou à categoria de *Térmo de Pirassununga*. Trata-se de uma subdivisão de comarca, sob a jurisdição de um juiz ou de uma autoridade. Nesta condição, ocorreram a criação do Foro Civil e o Conselho de Jurados. Tratava-se de uma mais ampla autonomia administrativa e legal da vida da comunidade. Em 1879, o *Térmo de Pirassununga* foi elevado à categoria de cidade com a criação da *Comarca de Pirassununga*, conforme a Lei Provincial nº 20, 31 de março de 1879. No ano seguinte, em 30 de junho de 1890, foi constituída a Comarca de Pirassununga e sua instalação ocorreu no mesmo ano em 6 de agosto, data considerada de comemoração do aniversário da cidade.

Pirassununga possuía terras férteis e próprias para a lavoura, e o seu desenvolvimento iniciou-se nos idos de 1865 com a agricultura. Pereira de Godoy escreve sobre este tempo:

A zona rural era desbravada, fazendas novas eram implantadas, milhões de cafeeiros já vicejavam em nossas terras; os escravos negros labutavam, de sol a sol, no trabalho agrícola e de toda ordem

⁴² Disponível em: <www.pirassununga.municipios.sp.gov.br/portal/site/municipios>. Acesso em 23 jul. 2013.

ao lado de colonos brasileiros, portugueses, espanhóis e italianos (PEREIRA DE GODOY, 1975, p. 66).

Desta agricultura de Pirassununga, destaca-se a cultura do café, que chegou a 9 milhões de pés plantados até o ano de 1906 (PEREIRA DE GODOY, 1975, p. 240).

Com o desenvolvimento da agricultura, predominantemente da cultura do café, e a presença de imigrantes, notou-se a prosperidade desta comunidade, com a criação do correio (1868), a chegada da estrada férrea (1878), a instalação da Loja Maçônica Cruzeiro do Sul (1878), o telefone público (1892), a luz elétrica (1897), a água potável canalizada (1896). Ainda, desde 1892, circulava o jornal semanal *A Opinião Pública* e as primeiras sessões de cinema iniciaram em 1910.

No campo da educação, escreve Pereira de Godoy:

Em 1885, foi construído o edifício da Escola do Povo. Realmente, no seu funcionamento, foi o primeiro estabelecimento de ensino primário e gratuito em nossa cidade (1975, p.154).

Esta Escola do Povo era totalmente de iniciativa de particulares. Em 1904, inaugura-se, por iniciativa do poder público, o primeiro Grupo Escolar Tenente Coronel Manoel Franco da Silveira (PEREIRA DE GODOY, 1975, p. 232).

Segundo Pereira de Godoy:

Uma das primeiras preocupações da Câmara Municipal, já em 8.1.1902, foi a instalação em nossa cidade de um grupo escolar, desejo primeiro das cidades interioranas, naquela época, e que aspiravam melhor instrução e conceito (1975, p. 230).

Um outro fato de destaque nesta comunidade foi a criação da Escola Normal de Pirassununga, uma instituição escolar como marco de reconhecimento para esta cidade.

Escreve Pereira de Godoy:

A obra de maior vulto, de significação permanente para Pirassununga e lembrança constante do nome do seu patrono maior, o Ten. Cel. Manoel Franco da Silveira, foi a conquista da Escola Normal para Pirassununga, numa hora de jogo difícil dentro do Estado, para a obtenção de tal obra educacional, com resultante e invejável "status", na época, para qualquer cidade de S. Paulo! E, assim, Pirassununga recebeu do Governo do Estado o prêmio sonhado: - a nossa Escola Normal, que significou, através de todos esses passados 64 anos (1911-1975), uma nova vida na educação, na instrução, na formação de milhares de jovens, trazendo para Pirassununga um novo aspecto social, econômico e político! (1975, p. 245).

Portanto, destes breves apontamentos apoiados no autor Pereira de Godoy, pode-se aceitar existir, na essência da alma desta comunidade, sentimentos ou ideais de progresso e desenvolvimento, com destaque para o seu quadro da educação.

Em 1943, surgiu, no cenário educacional de Pirassununga, a Escola Técnica de Comércio Doutor Fernando Costa. Neste trabalho, reunimos, dentro das possibilidades, apontamentos referentes ao processo de sua criação e fundação.

Para tanto, é primordial o livro com o título *Associação de Ensino de Pirassununga: ETC e Ginásio “Dr. Fernando Costa” 1943 a 1993*, de autoria do professor José Luiz Franco de Oliveira (1993)⁴³. Trata-se de um único exemplar com cem páginas datilografadas e rubricadas, todas encadernadas em formato de um livro capa dura. Foi concluído no mês de julho de 1993 e entregue à Fundação de Ensino de Pirassununga, anteriormente Associação de Ensino de Pirassununga. Este trabalho do professor Franco de Oliveira é colocado à disposição para o público na sala da atual diretoria executiva para pesquisa e eventual consulta sobre a história desta instituição escolar.

Oportuno ressaltar alguns trechos desta memória, foco desta pesquisa, como se pode observar, logo no início, o excerto abaixo, em *grafia original*, adotada então:

A HISTÓRIA QUE NÃO FOI CONTADA, DA ASSOCIAÇÃO DE ENSINO DE PIRASSUNUNGA, ÓRGÃO MANTENEDOR DA ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO E GINÁSIO “DR. FERNANDO COSTA”, DE PIRASSUNUNGA, ESTADO DE SÃO PAULO. NARRADA POR: JOSÉ LUIZ FRANCO DE OLIVEIRA, DIRETOR DE ENSINO. INTRÓITO – O QUE A HISTÓRIA NÃO CONTOU...

Ao longo dos últimos cinquenta anos, a Associação de Ensino de Pirassununga, órgão mantenedor da Escola Técnica de Comércio e Ginásio “Dr. Fernando Costa”, também tem uma história, rica em acontecimentos, fatos, obrigações e porque não dizer, alegrias, aborrecimentos, dificuldades e prejuízos. Não temos conhecimento da existência de documentos públicos ou particulares, de peças catalogadas ou outros registros, que possam perpetuar a HISTÓRIA DA NOSSA ASSOCIAÇÃO DE ENSINO DE PIRASSUNUNGA e conseqüentemente da NOSSA ESCOLA DE COMÉRCIO, e, servir de subsídio e orientação às futuras Diretorias, que se sucederem na administração no decorrer do tempo (FRANCO DE OLIVEIRA, 1993, p. 1).

⁴³ A Escola de Comércio criada e mantida pela Associação de Ensino de Pirassununga foi extinta no ano de 2003. Em 1993, quando da extinção da Associação de Ensino de Pirassununga e a transformação daquela sociedade em Fundação de Ensino de Pirassununga, ocorreu a também a mudança de nome da escola de ETC e Ginásio “Dr. Fernando Costa” para Colégio “Dr. Fernando Costa” até os dias atuais.

Estas palavras introdutórias de Franco de Oliveira já apontam para a escassez de fontes documentais primárias para a realização desta pesquisa. E, numa pesquisa na área de história da educação, as fontes documentais se revelam peças importantes para a realização das interpretações, mesmo sabendo não garantirem a veracidade da história por serem muitas vezes contraditórias e ambíguas devido às particularidades históricas das produções. Neste aspecto, adverte-nos Nosella e Buffa (2009, p. 58): “a própria leitura das fontes não é fácil e depende da ótica teórica e ética e da política do pesquisador”. Entretanto, sabemos que as fontes documentais expressam registros significativos da realidade investigada. Assim, justifica-se o apoio nos escritos narrativos de Franco de Oliveira como fonte de pesquisa principal para esta pesquisa.

Outra fonte de pesquisa a ser considerada são as edições de dois jornais⁴⁴ locais. O jornal *O Movimento* circula até os dias atuais e sua primeira edição aconteceu em 18 de novembro de 1934⁴⁵. Pode ser considerado um jornal de natureza noticiosa e informativa e atualmente com duas edições por semana. Pesquisamos, ainda, em edições do jornal *O Popular*, que há algum tempo deixou de circular. Como fonte escrita primária, a imprensa apresenta-se como portadora de uma visão, ainda que panorâmica, da sociedade da época e da relação com o objeto estudado.

Constitui-se, assim, em um meio importante para se captar as ideias e os valores de um determinado período histórico que pouco deixou como registros em outras fontes. Em *A imprensa de educação e ensino: repertório analítico (séculos XIX-XX)* (1993), António Nóvoa chama nossa atenção para a importância da imprensa como fonte de pesquisa em história da educação, ao ressaltar alguns pontos relevantes, dos quais destacamos: o papel privilegiado da imprensa na apreensão da realidade educacional, no sentido mais amplo, apresentando-nos tanto a visão interna do sistema de ensino quanto o papel das famílias e instâncias de socialização dos alunos; o recolhimento de informações fornecidas muito próximas ao momento do acontecimento, pois, “apesar da diversidade da imprensa, pode afirmar-se que os escritos jornalísticos se definem pelo seu caráter fugaz e imediato, inscrevendo-se frequentemente numa lógica de reação a acontecimentos ou a ideias, a normas legais ou a situações políticas”; e, embora os periódicos apresentem “debates e discussões, polêmicas e conflitos; mesmo quando é

⁴⁴ Em todas as citações utilizadas neste trabalho destes dois jornais no original não constam números de páginas, característica da época em publicações.

⁴⁵ Trata-se de uma edição comemorativa do jornal. Disponível em: *O Movimento*, 20 nov. 2010, p. A7.

fruto de uma vontade individual, a controvérsia não deixa de estar presente, no diálogo com os leitores, nas reivindicações junto dos poderes públicos ou nos editoriais de abertura” (NÓVOA, 1997, p. 12-13).

Estas características, vistas como positivas pelo educador, exigem um cuidado muito grande na seleção e na interpretação das notícias veiculadas, pois sabemos que são frutos de visões e de contextos determinados pelas ações e pelas reações de acontecimentos históricos. Os jornais trazem, portanto, relatos (muitas vezes apaixonados) que evidenciam interesses, das mais diferentes ordens, mas nos permitem vislumbrar a organização de uma sociedade urbana.

A imprensa permite uma ampla visão da experiência cidadina: dos personagens ilustres aos anônimos, do plano público ao privado, do político ao econômico, do cotidiano ao evento, da segurança pública às esferas cultural e educacional. Nela encontramos projetos políticos e visões de mundo e vislumbramos, em ampla medida, a complexidade dos conflitos e das experiências sociais. Talvez, nas sociedades modernas, urbanas e complexas que emergiram em temporalidades distintas na Europa e na América e se difundiram pelo mundo, não tenhamos outro documento que forneça, ainda que de forma superficial e opaca, uma perspectiva tão ampla da sociedade e dos seus problemas. Em outras palavras são incomensuráveis as possibilidades de reconhecimento e de problematização do passado por meio das páginas da imprensa(VIEIRA, 2007, p.13).

Portanto, neste contexto das limitações e dificuldades das fontes, este trabalho propõe a tratar de alguns recortes da memória desta instituição escolar. Mesmo assim, não ficam menores nossos desafios e esforços de estudar a presença da Escola de Comércio Doutor Fernando Costa no quadro da história da educação de Pirassununga.

Durante o governo de Getúlio Vargas⁴⁶, a sociedade brasileira já apresentava algumas características importantes.

Conforme Fausto escreve:

Entre 1920 e 1940, a população brasileira passou de 30,6 milhões de habitantes a 41,1 milhões. Os dois censos constataram quase um equilíbrio entre população masculina e feminina. Tratava-se de uma população jovem, correspondendo os menores de vinte anos a algo em torno de 54% do total, tanto em 1920 como em 1940. Uma importante

⁴⁶ Em 3 de novembro de 1930, Getúlio Vargas assume o segundo governo provisório da República (1930/1934). Após a Constituição Federal de 1934, assume, no primeiro período presidencial após o início de vigência desta Constituição, Getúlio Vargas para o período de 1934/1937. Em 10 de novembro de 1937, Getúlio Vargas dissolveu o Congresso, outorgou uma nova carta constitucional e, como o mandato presidencial passou a ser de seis anos, ficou com seu terceiro governo (1937/1945). Em 1937, os governadores estaduais passaram à categoria de Interventores Federais. Getúlio Vargas foi deposto em 29 de outubro de 1945.

mudança consistiu na redução do significado da imigração estrangeira e crescente volume das migrações internas (2003, p. 389).

Assim, conforme os indicadores daquele censo, uma forte camada da população jovem, muitos para estudar e trabalhar. Ainda, em um momento de início na economia brasileira do processo de substituição de importação de produtos manufaturados pela produção interna (FAUSTO, 2003, p. 391).

Essas características da sociedade brasileira impulsionaram o processo de industrialização e de urbanização de algumas regiões da sociedade brasileira. Condições que contribuíram, principalmente, para o desenvolvimento das atividades ligadas ao comércio urbano, com incremento de postos de trabalho para as atividades de venda, serviço e escritório. Para a formação e preparação desses profissionais, era destinada a modalidade de ensino comercial.

Na época da criação e fundação da Escola de Comércio de Pirassununga, o estado de São Paulo estava sob intervenção federal com Fernando Costa (1941-1945), substituindo Adhemar Pereira de Barros.

Anteriormente, Fernando Costa foi prefeito de Pirassununga e se revelou na sua administração um homem dinâmico e de muitas realizações, fato que possibilitou sua carreira política, elegendo-se deputado estadual pelo estado de São Paulo, ocupando a pasta do Ministério da Agricultura e o cargo de interventor federal em São Paulo.

Como interventor, foi considerado um homem de muitas realizações. Essa ligação de Fernando Costa com a sociedade de Pirassununga justifica, inicialmente, a busca de seu apoio no projeto da Associação de Ensino de Pirassununga. Destaca-se que, com apoio e autorização de Fernando Costa, conseguiu-se iniciar as atividades utilizando-se do próprio estadual da Escola Normal Oficial de Pirassununga.

Neste contexto de evolução e avanços nas áreas urbanas da sociedade brasileira, ocorreu, no ano de 1938, a criação e a fundação da Associação Comercial e Industrial de Pirassununga (ACIP)⁴⁷. Foi eleito como seu primeiro presidente o senhor Alvarino Bessa. Observa-se, em sua trajetória de vida, um homem de realizações e, até pode-se inferir, à frente de seu tempo. Bessa foi contador diplomado pela Academia de Comércio do Rio de Janeiro no ano de 1924, instituição escolar de referência nacional no ensino comercial brasileiro. Em Pirassununga, foi contador, professor de contabilidade, bancário, industriário e comerciário.

⁴⁷ Disponível em: <www.acipirassununga.com.br/historico.php>. Acesso em 23 jul. 2013.

Quanto ao quadro da educação em Pirassununga no ano de 1943, Franco de Oliveira escreve sobre o funcionamento das escolas da época:

[...] e existia nesta cidade de Pirassununga, a Escola Normal Oficial de Pirassununga (ex-Colégio Estadual e Escola Normal de Pirassununga, ex-Instituto de Pirassununga), com os cursos de 1º e 2º graus (primário, secundários de 1º e 2º graus ou sejam: primário de 1ª a 4ª séries, secundário de 1º grau – da 1ª a 4ª séries, de 2º grau, colegial e científico, de 1ª a 3ª séries e o curso de Formação de Professores Primários, da 1ª a 3ª séries e que eram denominados primário, ginásial e colegial) além dos Grupos Escolares “Cel. Franco” e “Dr. Manoel Jacintho Vieira de Moraes”, ambos com os cursos primários de 1ª a 4ª séries. Todas as escolas mencionadas, funcionavam em dois períodos – matutino e vespertino (1993, p. 2).

Nessa época, não existiam cursos no período noturno. Ainda, não se pode perder de vista que, assim, eram muito comuns os cursos práticos de contabilidade, de datilografia, de escrituração entre outros, sem nenhum reconhecimento oficial.

A partir de 1931, para o exercício da profissão em contabilidade, passou a existir o registro oficial de diploma em contabilidade do egresso de curso regular oficialmente reconhecido pelo poder público, um aspecto de destaque que tratava de um importante diferencial para a carreira profissional.

Desta forma, o caminhar de evolução e desenvolvimento da sociedade brasileira exigiu uma atualização deste ramo de ensino profissional, tanto no seu aspecto curricular quanto operacional das instituições escolares.

O recenseamento de 1950 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – RJ, publicado no ano de 1957, permite-nos uma visão panorâmica de Pirassununga. Neste recenseamento de 1950, aparece o município de Pirassununga com 26.081 habitantes, sendo na área urbana 12.546 habitantes, e ainda uma atividade industrial com 73 empresas, entre os portes grandes e médios e 52 pequenas unidades com menos de 5 pessoas. No comércio, havia um quadro formado de 19 empresas atacadistas, 456 empresas varejistas e 5 agências bancárias.

Assim, neste contexto geral de Pirassununga, fundou-se Associação de Ensino de Pirassununga, mantenedora da Escola Técnica de Comércio Dr. Fernando Costa.

A Escola de Comércio de Pirassununga surgiu de iniciativa de empresários organizados da cidade. Portanto, inicialmente, reportamo-nos a esse quadro. Trata-se da

Associação Comercial e Industrial de Pirassununga (ACIP)⁴⁸. Esta associação de empresários local foi fundada a 18 de julho de 1938⁴⁹. A primeira diretoria eleita e empossada teve como presidente o senhor Alvarino Bessa (mandato 1938/43), este formado pela Academia de Comércio do Rio de Janeiro⁵⁰ no ano de 1924. Na cidade de Pirassununga, foi contador e professor de contabilidade, bancário, industriário e comerciário.

Em um dos seus escritos na *REVISTA "ACIP"*⁵¹, com o título "CONTABILISTAS", escreve sobre a importância da obtenção na época de um diploma de contabilidade:

Nada de novo, verdadeiramente, estou apresentando aos que labutam no terreno atualizado da Contabilidade, mas alguma coisa ficará gravada na memória da imensa leva dos jovens que passam seus dias de oito horas de trabalho a ganhar o sustento, necessário a permitir-lhes o curso já valorizado do contabilista. Reproduzem o exemplo permanente em cinquenta anos daqueles mesmos jovens a trabalharem de dia, mal alimentados, para estudar à noite, e arrancar num "cartucho", em cerimônia brilhante, seu diploma para enfrentar a digna e honrosa profissão na contabilidade.

Provavelmente, o senhor Bessa, com sua formação escolar em contabilidade, fomentou seu ideal de oportunizar um diploma oficial em comércio para os jovens da época, com as limitações do trabalho diurno e inexistência de cursos noturnos, ao mesmo tempo capacitando os trabalhadores para o exercício do comércio.

No discurso de posse da nova diretoria da ACIP em 10 de fevereiro de 1943, entre os projetos do ano, o presidente Alvarino Bessa elencou a construção da sede própria da associação comercial e a instalação de uma escola de comércio na cidade.

Confirma-se esse discurso em uma publicação do jornal *O Movimento*:

⁴⁸ A partir deste momento quando no texto nos referirmos à Associação Comercial e Industrial de Pirassununga estaremos utilizando a sigla: ACIP.

⁴⁹ Esta edição da *REVISTA ACIP* é efetivada excepcionalmente em comemoração ao SESQUICENTENÁRIO DE PIRASSUNUNGA. Toda a responsabilidade da redação é do Sr. Alvarino Bessa, ex-Presidente da ACIP, que coordenou todos os assuntos e artigos. Distribuição interna e gratuita (não há números de páginas).

⁵⁰ Decreto nº 1.339, de 9 de janeiro de 1905. No seu Art. 1º, a Academia de Comércio do Rio de Janeiro, fundada em 1902, destinada à educação superior do comércio, é declarada instituição de utilidade pública, sendo reconhecidos como de caráter oficial os diplomas por ela conferidos. *Diário Oficial da União* de 11 de janeiro de 1905. VIEIRA, Francisco de Assis (Org.). *Lei Orgânica do Ensino Secundário e Legislação Complementar*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura (Serviço de documentação), 1957, p. 325. ("Documentos" com direção de José Simeão Leal, v. 1, Legislação do Ensino Comercial).

⁵¹ Esta edição da *REVISTA ACIP* é efetivada excepcionalmente em comemoração ao SESQUICENTENÁRIO DE PIRASSUNUNGA. Toda a responsabilidade da redação é do Sr. Alvarino Bessa, ex-Presidente da ACIP, que coordenou todos os assuntos e artigos. Distribuição interna e gratuita (não há números de páginas).

O Sr. Alvarino Bessa fez ainda uma exposição dos projetos para o ano corrente, destacando-se a construção de sede própria e a instalação de uma escola de comércio (*O MOVIMENTO*, n. 441, 14 fev. 1943, ano IX).

Pode-se, assim, aceitar que, conforme essa publicação, se iniciou uma movimentação anterior à criação e fundação da Escola de Comércio, movimentação a partir da ACIP, com o objetivo de arregimentar pessoas dispostas a apoiar a iniciativa de criação e fundação de uma escola de comércio oficial.

Segundo escreve Franco de Oliveira: “A diretoria da ACIP, reuniu-se, muitas vezes, desde os meados de 1942 e chegou-se a conclusão, que deveria ser constituída uma comissão organizadora, que pudesse incumbir-se desse evento” (FRANCO DE OLIVEIRA, 1993, p. 4).

Dois aspectos são interessantes com o ensino comercial quando se refere à presença da associação comercial e pode-se reportar à presença da Associação Comercial do Rio de Janeiro. Uma associação comercial pode se referir a um espaço em uma sociedade local com objetivos de união de esforços em defesa dos interesses comerciais daqueles que praticam atividades empresariais. O apoio manifestado pela Associação Comercial do Rio de Janeiro pelo ensino comercial, para atender a um público popular, proporcionando possibilidades de crescimento profissional e ascensão social, pode-se notar em Pirassununga.

Movimento próximo existiu quando o senhor Alvarino Bessa, presidente da ACIP, em meados do ano de 1943, iniciou e liderou uma articulação, a partir da Associação Comercial, para a criação e fundação de uma associação para manter uma instituição escolar como uma Escola Oficial de Comércio no período noturno. E, em seguida, buscou apoio em outros representantes da comunidade de Pirassununga.

Ressalta-se, neste ponto da oficialidade, uma Escola Oficial de Comércio, a preocupação de criar e fundar uma instituição escolar reconhecida pelo poder público atendendo à legislação escolar em vigor. Naquele momento, o Decreto nº 20.158, de 30 de junho de 1931⁵², que organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão do contador, e dá outras providências. Tratava-se de uma questão fundamental, quando na

⁵² *Diário Oficial da União* de 9 de julho de 1931. VIEIRA, Francisco de Assis (Org.). *Lei Orgânica do Ensino Secundário e Legislação Complementar*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura (Serviço de documentação), 1957, p. 332. (“Documentos” com direção de José Simeão Leal, v. 1, Legislação do Ensino Comercial).

época existiam muitas escolas práticas de contabilidade nos moldes das antigas escolas práticas de datilografia. Os diplomas das escolas práticas não eram reconhecidos oficialmente pelo poder público.

Para o pesquisador, segue-se todo o encaminhamento desse processo e percebe-se a preocupação e o rigor em manter uma ordem dos trabalhos. Iniciou-se, então, a partir do apoio de associados da ACIP, as primeiras reuniões públicas de trabalho, com outros representantes da comunidade, para a criação de uma Comissão Organizadora para os trabalhos iniciais, com objetivo de preparação para a fundação da Associação de Ensino de Pirassununga.

Este foi o início dos trabalhos na cidade de Pirassununga, tendo como finalidade a criação e fundação da Escola de Comércio de Pirassununga.

Trata-se de uma instituição escolar, mantida por uma associação, de iniciativa privada e particular, com a proposta inicial de abrir um curso profissional comercial oficial no período noturno, voltado para as pessoas que trabalham durante o dia poderem estudar à noite, com a vantagem do diploma reconhecido pelo poder público e desfrutar do exercício pleno de uma profissão e possibilidades de continuação dos estudos.

Na continuidade dos preparativos da criação e da fundação da Escola de Comércio de Pirassununga, ocorreram algumas publicações no jornal *O Movimento*.

Uma nota foi publicada no dia 6 de junho de 1943:

A Diretoria da Associação Comercial e Industrial de Pirassununga convida os associados, professores e todos os interessados na constituição de uma sociedade que tomará a seu cargo a futura Escola de Comércio de Pirassununga, para uma reunião em sua sede à rua Duque de Caxias nº 158, às 19 horas da próxima quarta-feira, dia 9 de Junho, para várias deliberações sobre o assunto. Pirassununga, 1º de junho de 1943. Alvarino Bessa, presidente (n. 457, 6 jun. 1943, ano IX).

Trata-se de uma notificação da diretoria da ACIP para uma primeira chamada pública aos interessados na formação de uma associação, com o objetivo de manter uma futura instituição escolar.

Nota-se, então, uma empreitada da associação comercial na busca de sua firmação na sociedade local e de atender às pessoas próximas das atividades comerciais.

Na próxima edição de *O Movimento*, tem-se a publicação da seguinte notícia ou reportagem:

Escola de Comércio

A felicíssima iniciativa da Diretoria da ACIP para a fundação, nesta cidade, de uma Escola de Comércio, encontrou decidido e generoso apoio dos elementos mais representativos do comércio, da indústria e do magistério local, transformando-se assim em auspiciosa realidade. Para se avaliar do extraordinário êxito desse movimento e do elevado espírito de compreensão dos que de boa vontade se prontificariam a cooperar nesta obra de grande alcance social, basta registrar que a Comissão encarregada de angariar o capital necessário, conseguiu, apenas em dois dias de trabalho, mais de 50.000 cruzeiros, ultrapassando-se assim o capital previsto.

Animada por tão boa acolhida por parte dos industriais e comerciantes da cidade, a Diretoria da Acip fez realizar em sua sede, a 9 do corrente, às 19 horas, com a presença de inúmeros interessados, uma reunião para tratar da escolha da Comissão Organizadora da Escola de Comércio.

Tendo o Sr. Alvarino Bessa, presidente da Acip, feito uma feliz exposição dos trabalhos até então realizados, procedeu-se à escolha dos membros da Comissão Organizadora da Escola de Comércio, à qual, por deliberação dos presentes, ficou assim constituída: Presidente: prof. Atílio C. De Franceschi; vice-presidente, prof. Emilio Simonetti; tesoureiro, prof. José Carvalho Junior; secretário, prof. Amadeu Colombo; diretor de ensino, prof. Osvaldo Fonseca. Comissão dos Estatutos: srs. Dr. Marcilio dos Santos, Diogenir Pereira e João da Motta Cabral (n. 458, 13 jun. 1943, ano IX).

Com esta publicação, percebe-se a posição do jornal em alinhamento com os empresários da ACIP e, ainda, um certo exagero na forma de expressão e tratamento do fato. Mas confirma-se a originalidade comercial particular desta instituição escolar.

Na época, o valor do salário mínimo correspondia a Cr\$ 275,00⁵³ (Duzentos e Setenta e Cinco Cruzeiros) e o capital de Cr\$ 50.000,00 (Cinquenta Mil Cruzeiros) correspondia aos gastos iniciais do investimento.

Desta forma, na reunião de 9 de junho na ACIP, materializou-se a constituição de uma comissão organizadora para encaminhar e assegurar todo o cumprimento na formalização do processo de criação e a fundação da instituição escolar. Observa-se, já nesta comissão, a presença de professores ligados à Escola Normal Oficial de Pirassununga, apontando uma preocupação da legalidade com as pessoas conhecedoras da legislação do ensino.

Com um trabalho às vistas da legalidade de uma legislação do ensino comercial a ser observada e cumprida, a comissão vivenciava *in loco* a vigência do Decreto nº

⁵³ Disponível em: <www.professortrabalhista.adv.br/RelaçãodeSaláriosMínimos.htm>. Acesso em: 23 jul. 2013.

20.158⁵⁴, de 30 de junho de 1931, sobre a organização do ensino comercial no Brasil. No campo da educação, tratava-se da primeira organização oficial do ensino comercial brasileiro. Assim, para os cursos médios, ficou assim estabelecido: no 1º ciclo, o curso Propedêutico com 3 anos; e curso de Auxiliar de Comércio com 2 anos; para o 2º ciclo: cursos técnicos de Secretário com 1 ano; Guarda-Livros com 2 anos; Administrador-Vendedor com 2 anos; atuário com 3 anos; e Perito-Contador com 3 anos. Para o curso superior: Curso Superior de Finanças com 3 anos. Apenas os cursos de Atuário e de Perito-Contador permitiam acesso a este curso superior.

A partir do decreto que organizou o ensino comercial, este foi gerenciado pelo Conselho Consultivo do Ensino Comercial, presidido pelo então Ministro da Educação e Saúde Pública e por uma superintendência do Ensino Comercial com funções de direção geral, de fiscalização e de registro de professores.

Então, caberia a esta Comissão Organizadora todo o trabalho de organização conforme a legislação em vigor, para a obtenção de autorização de funcionamento e de reconhecimento, como Escola Oficial de Ensino Comercial.

Sobre a continuidade dos trabalhos da comissão, escreve Franco de Oliveira:

A Comissão Organizadora teve como seu presidente o senhor Dr. Atílio Castellar De Franceschi, que convocou pessoalmente os senhores: Professor Ary Albuquerque, Dr. Orlando dos Santos, Contador Adelino Del Nero, secretário da ACIP, Dona Maria do Carmo Fernandes Cruz, tabeliã do Cartório do 2º Ofício, Dr. João Wegmuller, proprietário do Laticínios de Pirassununga, contador Diogenyr Pereira, da firma Gambagorte & Cia., João Colombo, proprietário da Alfaiataria Colombo, Egidyo Domenico, proprietário da oficina de serralheiros, Antonio Gomar, proprietário da loja de materiais de construções, Alfio Savastano, proprietário da Alfaiataria Savastano, Roque Riviello, comerciante, José Teixeira da Silva, proprietário Teixeira, José Raphael Aad, proprietário da loja Palácio das Sedas, Tenente Ângelo Berreta, político e escrivão do Cartório do Registro Civil, Bellarmino Del Nero, proprietário da Caninha 21, Antonio Zerbetto, proprietário do foto Zerbetto, e Carlos Frederico Gruninger, que também representava seus irmãos, proprietários do Cortume Gruninger, para comparecerem à Assembleia Geral Extraordinária, no dia 12 de julho de 1.943, com a finalidade de se fundar uma entidade civil, que pudesse criar e manter uma escola comercial, no período noturno (1993, p.6).

⁵⁴ *Diário Oficial da União* de 9 de julho de 1931. VIEIRA, Francisco de Assis (Org.). *Lei Orgânica do Ensino Secundário e Legislação Complementar*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura (Serviço de documentação), 1957, p. 332. ("Documentos" com direção de José Simeão Leal, v. 1, Legislação do Ensino Comercial).

Tratavam-se dos preparativos da assembleia de criação e fundação da mantenedora da futura Escola de Comércio de Pirassununga.

Em junho de 1943, o jornal *O Movimento* publicou:

Continuam ativos os trabalhos da Comissão Organizadora da Escola de Comércio de Pirassununga.

Assim, na última 4.a feira, realizou-se na sede da Acip, sob a presidência do Sr. Prof. Atílio De Franceschi, uma reunião da referida Comissão para tratar da elaboração dos estatutos, escolha do prédio onde funcionará a Escola, aumento de capital, etc.

Como prova de interesse e boa vontade dos elementos da nossa sociedade, publicamos abaixo os nomes dos que até agora, contribuíram com Cr\$ 1.000,00 cada um: Alvarino Bessa, Prof. Atílio De Franceschi, João da Mota Cabral, Duílio Valsechi, José Carvalho Junior, Antonio Gomar, Alberto de Almeida, José Teixeira da Silva, Jorge Pedro Assef, Alziro Pozzi, Dna. Maria do Carmo Fernandes, Dr. Lauro Pozzi, Galício Del Nero, Prof. Mauro Xavier Schittler, Moacir Pereira Castilho, Antonio Brusco, José Ceron, Palmiro Steola, Ernesto Vick, Muller & Cia., Michel Farel & Cia. Ltda., Ângelo Berreta, Francisco Malaman, prof. Braz Grisi, Cônego Francisco Cruz, Felipe Malaman, Dna. Zélia Atala Elmor, João Cera Filho, Jonas Batista de Castro, Cristiano Hofig, Alfio Savastano, João Colombo, Dr. João A. Del Nero, Belarmino Del Nero, Carlos Cabianca, Dr. Paulo Marsiglio, A. A. Magnani, Sebastião Pereira de Godói, Dna. Claudina Del Nero, João Batista Jorge, Antonio Zerbeto, Egidio Domenico, Carlos Franco da Silveira, Amadeu Augusto, Fernando Adani, Olimpio Felício de Souza, Moncrif Terrel S. A., Laticínios Pirassununga, Cherubim Bueno da Silva Junior, Dr. Marcilio dos Santos, Manoel Paulino, Dyogenir Pereira, Prof. Orlando dos Santos, Prof. Ari Albuquerque e Prof. Osvaldo Fonseca (n.459, 20 jun. 1943, ano IX).

Ainda sobre os trabalhos preparativos da Comissão Organizadora no início do mês de julho de 1943, existe outra publicação do jornal *O Movimento* com o título de “Escola de Comércio”, como se comprova no excerto abaixo:

Continuam ativos os trabalhos da Comissão Organizadora da Escola de Comércio para sua instalação e reconhecimento ainda este ano. Ainda 5.a feira última realizou-se, na sede da Acip, uma reunião para tratar de assuntos importantes, como elaboração de estatutos, aumento de capital e aquisição do prédio onde funcionará a Escola.

A Comissão que, por estes dias, percorrerá a cidade para angariar novas contribuições, confia no espírito progressista e na boa vontade dos elementos da cidade (n. 461, 4 jul. 1943, ano IX).

Verifica-se uma preocupação na arregimentação de maior número de interessados neste projeto e na perspectiva do jornal com relação à comunidade local na exaltação de seus ideais de progresso.

Tratava-se de um projeto ambicioso em que dois aspectos se destacam de imediato. A juntada e a formação do capital inicial, normalmente para os gastos imediatos e, em seguida, o prédio para as instalações e sede da Escola de Comércio.

Na legislação em vigor da época, uma das exigências para o reconhecimento oficial da instituição escolar e seus cursos eram as instalações físicas e materiais.

A referência ao prédio para a sede da escola marcou a administração por longo período de tempo, o que se confirma quando da primeira reunião da diretoria eleita da Associação de Ensino de Pirassununga.

Neste aspecto, escreve Franco de Oliveira:

Em 17 de julho de 1.943, o senhor presidente Dr. Atílio Castellar De Franceschi, convocou uma reunião da diretoria – eleita, em caráter extraordinário, bem como, do Conselho Consultivo, para o dia 18 às 14:00 horas, nos salões da ACIP, para deliberarem sobre assuntos de interesses desta organização. Essa reunião foi declarada pela Diretoria em estado permanente e no dia 23 do mesmo mês, os diretores chegaram e tomaram as seguintes decisões: 1ª – A Associação de Ensino não possuía prédio próprio para a instalação da Escola; [...] (1993, p.12).

A continuação dos trabalhos da Comissão Organizadora encaminha-se para a formalização legal ou subscrição do capital daquela sociedade. Assim, publica-se a convocação geral da comunidade para a criação e fundação da Escola de Comércio de Pirassununga:

Devendo realizar-se a 12 do corrente, às 19 horas (7 horas da noite) uma assembleia geral extraordinária para discussão e aprovação dos Estatutos da Escola de Comércio e eleição da primeira diretoria, convoco os senhores quotistas para aquele dia e hora na sede da Associação Comercial e Industrial. Esta preliminar terá como conclusão a constituição da Sociedade. Atílio Castellar De Franceschi – Presidente (n. 462, 11 jul. 1943, ano IX).

Portanto, o dia 12 de julho de 1943 é um dia especial na memória da Escola de Comércio de Pirassununga. Em uma reunião pública na sede da ACIP, depois de todo um trabalho preparado e planejado, de iniciativa particular, ocorre a criação e fundação de uma instituição escolar.

A edição seguinte do jornal *O Movimento* contemplou, enfim, a criação e a fundação da Associação de Ensino de Pirassununga, mantenedora da Escola de Comércio de Pirassununga:

Como foi divulgado, e com a presença de grande número de interessados, realizou-se a 12 do corrente, às 20 horas, na sede da ACIP, a assembleia geral dos sócios fundadores da Escola de Comércio de Pirassununga para tratar da discussão e aprovação dos Estatutos da Sociedade e nomeação da Diretoria para o primeiro exercício. Sob a presidência do Sr. Prof. Atílio C. Franceschi, deu-se início aos trabalhos, tendo o Sr. Ernesto Vick lido o projeto dos Estatutos, os quais, depois de ligeira discussão, foram aprovados pela assembleia. Procedeu-se, depois, à eleição da Diretoria, a qual foi aclamada com a seguinte constituição: Presidente, prof. Atílio C. Franceschi; vice-presidente, João da Mota Cabral; 1.º e 2.º secretários, Ernesto Vick e Aidano A. Magnani; 1.º e 2.º tesoureiros, José Carvalho Junior e Olimpio Felício de Souza; diretor do ensino, prof. Amadeu Colombo. Conselho Consultivo: Bellarmino Del Nero, dr. Marcilio dos Santos, prof. Osvaldo Fonseca, prof. Emilio Simonetti e José Rafael Aad. Suplentes: Carlos F. Silveira, dr. Paulo Marsiglio, Alziro Pozzi, Michel Fares e d. Maria do Carmo Fernandes (n. 463, 18 jul., 1943, ano IX).

Assim, ocorreu a fundação da Escola de Comércio de Pirassununga em julho de 1943.

Sobre essa assembleia, escreve Franco de Oliveira:

O senhor secretário, lê o projeto que são, artigo por artigo, discutidos, votados e aprovados, havendo as seguintes indicações complementares: do associado Professor Amadeu Colombo, propondo a denominação de “Associação de Ensino de Pirassununga”, para a sociedade que se fundava; dos senhores Professores Amadeu Colombo e Diogenyr Pereira, propondo, por escrito, a designação de “Escola Técnica de Comércio Dr. Fernando Costa” para o curso técnico de contabilidade comercial, que a Associação manterá; do senhor Ernesto Vick, propondo a denominação “Rui Barbosa”, para a biblioteca que será organizada pela Associação (1993, p.7).

Nestas circunstâncias, surgiu a Escola de Comércio de Pirassununga e seu ensino comercial oficial, a partir de iniciativa dos representantes do comércio local.

Um evento ou realização de destaque na comunidade local, que, na edição comemorativa de 50 anos do jornal *O Movimento*, com o título da edição: “50 anos de manchetes e notícias”, marca o período da década de 40:

A Escola Técnica de Comércio “Dr. Fernando Costa” foi instalada no dia 12 de julho de 1943. A primeira turma recebeu diploma em 1947, num total de 16 formandos (n. 3.237, 18 nov. 1984, ano LI).

Em continuidade, conforme escreve Franco de Oliveira, foi enviado ao senhor Fernando Costa, Interventor Federal do Estado de São Paulo, um ofício, nos seguintes termos:

Pirassununga, cidade culta que conta já com vários estabelecimentos de ensino de grande valia, quais sejam o Ginásio do Estado, a Escola Normal, o Colégio Universitário e, agora, graças ao esclarecido espírito de Vossa Excelência, se orgulha da moderna Escola Prática de Agricultura, obra que, por si só, enaltece a gestão de um homem público. Pirassununga se ressentia, no entanto, da falta de um estabelecimento de ensino qual seja o dos estudos das ciências comerciais. O povo desta cidade, notando e sentindo essa falta, organizou a Associação de Ensino de Pirassununga, que se propõe a fundar uma escola de comércio, escola essa que recebeu, por aclamação, o nome de Vossa Excelência (1993, p. 13).

Este ofício encaminhado ao então Interventor Federal do estado de São Paulo tinha como objetivo sensibilizar Fernando Costa a oferecer uma possível ajuda na emergência de um prédio próprio da escola. O prédio escolar era uma exigência da legislação do ensino e ainda o custo elevado de uma construção deste porte.

Enfim, desde o dia 12 de julho de 1943, passou a existir, no quadro da educação de Pirassununga a Escola Técnica de Comércio Dr. Fernando Costa, uma instituição escolar de origem particular, mantida pela Associação de Ensino de Pirassununga, dedicada, inicialmente, para o ensino comercial de contabilidade, no período noturno, oficialmente autorizada e reconhecida pelo poder público.

A Associação de Ensino de Pirassununga era uma organização particular, autônoma e independente, sem ligação ou vínculo com a Associação Comercial, com apenas apoio de seus líderes e cessão de local para as primeiras reuniões.

Para os jovens trabalhadores, tratava-se de uma oportunidade quando o curso era noturno e seu diploma com validade reconhecida, diferentemente dos diplomas dos cursos práticos comuns na época.

Franco de Oliveira escreve sobre a existência de um rascunho de ata referente à assembleia de fundação da Associação de Ensino de Pirassununga, mas sem registro algum apenas em manuscrito:

Tendo os esforços preliminares sido feitos pela Diretoria da ACIP, o senhor Alvarino Bessa, na qualidade de presidente daquela entidade de classe, assumiu a direção dos trabalhos, para, relatando as ocorrências anteriores, comunicar que se achava vencida a primeira fase da campanha. Verifica-se, disse o presidente da mesa, a boa

acolhida da ideia, quer pelos senhores professores que, desde o início, se manifestaram dispostos à eficiente colaboração de que são capazes, quer pelo povo desta cidade que, compreendendo a utilidade de uma escola de comércio na cidade, apoiou satisfatoriamente a iniciativa (1993, p. 9).

Desta singularidade na empreitada dos comerciantes, nota-se a preocupação de lembrar e enaltecer o apoio e acolhida pelo povo da cidade, além de justificar a existência de um ideal maior.

Pouco mais tarde, em 28 de dezembro de 1943, ocorreria a expedição da seguinte legislação sobre o ensino profissional comercial brasileiro: Decreto-Lei nº 6.141⁵⁵ – de 28 de dezembro de 1943 – Lei Orgânica do Ensino Comercial; do Decreto nº 14.373⁵⁶ – de 28 de dezembro de 1943 – Regulamento da Estrutura dos Cursos de Formação do Ensino Comercial); e do Decreto-Lei nº 6.142⁵⁷ – de 28 de dezembro de 1943 – Disposições transitórias para execução da Lei Orgânica do Ensino Comercial.

Por esta regulamentação, passaram a existir dois tipos de instituições escolares de ensino comercial: as escolas comerciais e as escolas técnicas de comércio. As escolas comerciais eram destinadas a ministrar o curso comercial básico; as escolas técnicas de comércio, a ministrar um ou mais cursos comerciais técnicos.

Assim, o primeiro curso comercial da Escola de Comércio de Pirassununga teve início no ano letivo de 1944, com duração de quatro anos e destinado a ministrar os elementos gerais e fundamentais do ensino comercial.

Escreve Franco de Oliveira que, em seguida à fundação da Associação de Ensino de Pirassununga, a secretaria se encarregou de, por meio de ofícios, comunicar, entre outros, setores e autoridades da sociedade de Pirassununga, este acontecimento:

Dr. Francisco de Barros Pinheiro, Juiz de Direito em Pirassununga;
Professor Clodomir Ferreira de Albuquerque, Delegado de Ensino de
Pirassununga; Professora Isaura Santos, Diretora do Curso Primário

⁵⁵ *Diário Oficial da União* de 31 de dezembro de 1943, retificado no *Diário Oficial da União* de 6 de janeiro de 1944. VIEIRA, Francisco de Assis (Org.). *Lei Orgânica do Ensino Secundário e Legislação Complementar*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura (Serviço de documentação), 1957, p. 11. (“Documentos” com direção de José Simeão Leal, v. 1, Legislação do Ensino Comercial).

⁵⁶ *Diário Oficial da União* de 31 de dezembro de 1943, retificado no *Diário Oficial da União* de 6 de janeiro de 1944. VIEIRA, Francisco de Assis (Org.). *Lei Orgânica do Ensino Secundário e Legislação Complementar*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura (Serviço de documentação), 1957, p. 73. (“Documentos” com direção de José Simeão Leal, v. 1, Legislação do Ensino Comercial).

⁵⁷ *Diário Oficial da União* de 31 de dezembro de 1943, retificado no *Diário Oficial da União* de 6 de janeiro de 1944. VIEIRA, Francisco de Assis (Org.). *Lei Orgânica do Ensino Secundário e Legislação Complementar*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura (Serviço de documentação), 1957, p. 39. (“Documentos” com direção de José Simeão Leal, v. 1, Legislação do Ensino Comercial).

da Escola Normal Oficial de Pirassununga; Felipe Malaman, Diretor proprietário do jornal “O Movimento”; Manoel de Castro Mendes, Prefeito Municipal de Pirassununga; e, Professor Emilio Simonetti, Diretor da Escola Normal Oficial de Pirassununga (FRANCO DE OLIVEIRA, 1993, p. 10).

Com estas notificações, percebe-se o trabalho de buscar a inserção da instituição escolar na comunidade. Tratava-se de buscar apoio e reconhecimento na comunidade em virtude de uma iniciativa particular sem participação do poder público.

A continuidade dos eventos foram os preparativos para o funcionamento regular da instituição escolar, com previsão de início das aulas a partir do ano letivo de 1944.

No jornal *O Movimento*, encontram-se duas publicações referentes a esse procedimento.

Escola de Comércio “Fernando Costa”⁵⁸

Terão início no dia 1º de agosto, na sede da Associação Comercial, das 19 às 21 e meia horas (7 às 9 e meia da noite) as aulas de preparatórios a admissão ao 1.º ano do Curso Propedêutico.

Estão as matérias entregues aos seguintes professores: Português: Osvaldo Fonseca; Francês: Antonio Lodi; Matemática: Vicente Laureano; Geografia: Orlando dos Santos.

Para mais informação com o professor AMADEU COLOMBO, Diretor (*O MOVIMENTO*, n. 464, 25 jul. 1943, ano IX).

Tratava-se do curso Propedêutico com 3 anos de duração, e para ingresso do aluno a esse curso havia a exigência do exame de admissão. Ele atendia à organização do ensino comercial de 1931 (Decreto nº 20.158, de 30 de junho de 1931)⁵⁹.

A proposta deste curso propedêutico era habilitar o aluno para receber um ensino mais completo no segundo ciclo do ensino comercial, com duração de três anos. Assim, justifica-se essa publicação quando a ACIP propunha um curso preparatório para o exame de admissão ao ensino comercial, cumprindo a legalidade, uma vez que, para a sua aprovação, havia um conceito mínimo.

Ainda, nos preparativos para o início do ano letivo em 1944, ocorreu, no final do ano de 1943, a implantação das Leis Orgânicas do Ensino pelo Ministro Gustavo Capanema.

⁵⁸ Este mesmo comunicado foi publicado na edição n. 465, 1 ago. 1943, do jornal *O Movimento*.

⁵⁹ *Diário Oficial da União* de 9 de julho de 1931. VIEIRA, Francisco de Assis (Org.). *Lei Orgânica do Ensino Secundário e Legislação Complementar*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura (Serviço de documentação), 1957, p. 332. (“Documentos” com direção de José Simeão Leal, v. 1, Legislação do Ensino Comercial).

Com relação às Leis Orgânicas do Ensino, escreve a autora Aranha:

Na vigência do Estado Novo (1937-1945), durante a ditadura de Vargas, o ministro Gustavo Capanema empreende outras reformas do ensino, regulamentadas por diversos decretos-leis assinados de 1942 a 1946 e denominados Leis Orgânicas do Ensino (1996, p. 202).

Com relação ao ensino comercial, o Decreto-lei nº 6.141, de 28 de dezembro de 1943, promulgação da Lei Orgânica do Ensino Comercial⁶⁰.

Assim, esse primeiro curso da Escola Técnica de Comércio Dr. Fernando Costa já atendia ao Decreto-lei nº 6.141, de 28 de dezembro de 1943: Lei Orgânica do Ensino Comercial.

A Escola de Comércio de Pirassununga iniciou, dessa forma, os seus cursos, atendendo a uma nova organização do ensino comercial: o ensino comercial em dois ciclos, sendo o primeiro ciclo básico com duração de quatro anos, e o segundo ciclo um curso técnico em duração de três anos. Portanto, o curso do ciclo básico iniciou no ano de 1944 e o curso do segundo ciclo técnico de contabilidade em 1945.

Uma outra preocupação, desde o início da criação e fundação da Escola de Comércio, era o prédio para as instalações físicas e materiais da escola. Assim, houve outra publicação no jornal *O Movimento*:

ESCOLA DE COMÉRCIO “DR. FERNANDO COSTA”: Quarta-feira última, dia do grande Caxias, entraram-nos pela redação a dentro, com a planta da Escola de Comércio Dr. Fernando Costa, os nossos prezados e valorosos amigos Atilio Castelar De Franceschi e José Carvalho Junior, respectivamente presidente e tesoureiro daquela organização. Tivemos a satisfação de verificar que o projeto da aludida Escola é simplesmente grandioso. Exceder à nossa expectativa o que se pretende realizar, embora, soubéssemos que para o grande empreendimento não faltam o entusiasmo e o apoio da nossa população, que bem alcança, que bem compreende a finalidade de uma escola de comércio em nosso meio. É digno de nota o dinamismo de Atilio de Franceschi e seus dignos companheiros de diretoria, não poupando esforços e sacrifícios no sentido de tornar auspiciosa realidade mais essa belíssima conquista do povo progressista da cidade encantada do Senhor Bom Jesus dos Aflitos. Cresce a importância dessa iniciativa a vista dos benefícios que a mocidade pirassununguense usufruirá servindo-se da mesma para conseguir seu diploma que lhe garantirá no comércio ou na carreira bancária uma

⁶⁰ *Diário Oficial da União* de 31 de dezembro de 1943, retificado no *Diário Oficial da União* de 6 de janeiro de 1944. VIEIRA, Francisco de Assis (Org.). *Lei Orgânica do Ensino Secundário e Legislação Complementar*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura (Serviço de documentação), 1957, p. 11. (“Documentos” com direção de José Simeão Leal, v. 1, Legislação do Ensino Comercial).

situação definida e que dia a dia vem se firmando diante das leis trabalhistas do País. Hoje em dia, a carreira bancária é uma das mais disputadas. Os concursos se sucedem e o número de candidatos aprovados é insignificante, tendo em vista a deficiência de escolas que possam prepara-los convenientemente. Com a Escola de Comércio Dr. Fernando Costa em nosso meio, os jovens pirassununguenses terão além do curso técnico, possivelmente, uma secção prática para ministrar aulas de contabilidade bancária que os habilitem a um brilhante concurso nos estabelecimentos bancários. Este jornal registra com prazer a honrosa visita daqueles distintos cavalheiros e, agradecendo, aplaude o entusiasmo dos organizadores d Escola de Comércio Dr. Fernando Costa, fazendo votos para que seja realizado muito em breve, o lançamento da pedra fundamental do majestoso edifício cuja planta nos foi exibida (n. 469, 29 ago. 1943, ano IX).

Nesta publicação, verifica-se a posição de apoio do jornal e, até com certo exagero, em suas considerações de ideias de progresso e desenvolvimento da comunidade de Pirassununga. Por outro lado, menciona-se a contribuição de uma instituição escolar comercial nas possibilidades de ascensão social para a juventude da época⁶¹, em que as opções de estudos para o público trabalhador não existiam ou eram muito distantes. Desta forma, pode-se vislumbrar ou encaminhar uma consideração de papel de destaque desta Escola de Comércio na comunidade de Pirassununga.

No início do ano letivo, em março de 1944, o curso básico funcionou provisoriamente, durante três meses no período noturno, no prédio da Escola Normal Oficial de Pirassununga, escola pública que funcionava apenas no período matutino e vespertino. Essa autorização foi deferida pelo então interventor federal Fernando Costa.

Desta forma, a Associação de Ensino de Pirassununga fez publicar o seguinte edital no jornal *O Movimento*:

Associação de Ensino de Pirassununga: Escola de Comércio “Dr. Fernando Costa” – Em nome da Diretoria da Associação de Ensino de Pirassununga, faço público que: a) foi pela Secretaria da Educação, autorizado o funcionamento, em título precário, da Escola de Comércio “Dr. Fernando Costa” no prédio da Escola Normal desta cidade; b) os exames de admissão ao Curso básico foram realizados naquele local, no dia 17 do corrente; c) a Associação de Ensino de Pirassununga está legalmente constituída, com personalidade jurídica, já em pleno funcionamento; d) os Senhores Subscritores de quotas sociais deverão pagar as chamadas de capital de acordo com os Estatutos; e) em virtude das dificuldades decorrentes da recente reforma do Ensino Comercial, não foi possível conseguir, este ano, o funcionamento do curso técnico, que se fará com toda certeza no próximo ano. Pirassununga, 15 de março de 1944. Atílio De Franceschi, presidente (n. 500, 19 mar. 1944, ano X).

⁶¹ Ver ANEXO F.

Ainda, nesta mesma edição, o jornal *O Movimento* publicou:

Escola de Comércio “Dr. Fernando Costa”: é com prazer que registramos a auspiciosa notícia do reconhecimento preliminar, pelo Governo Federal, da Escola de Comércio “Dr. Fernando Costa”, fato não só de maior significação para Pirassununga, como também para as cidades vizinhas, que há muito aspiravam o tão necessário quão útil empreendimento. Por enquanto a Escola funcionará no edifício da nossa Escola Normal, por concessão especial do Governo do Estado, a título precário, até que esteja pronto o edifício da mesma. Foi designado, pela Divisão de Ensino Comercial, para a fiscalização prévia da Escola o Sr. Giglio Pecoraro, muito estimado Inspetor Federal da Escola Normal, o qual já presidiu, sexta-feira última, aos exames de admissão ao Curso Básico, aos quais se submeteram cerca de 73 candidatos. Pirassununga está, pois, de parabéns por mais esta vitoriosa iniciativa que representa merecido prêmio aos esforços de muitos de seus dignos filhos (n. 500, 19 mar. 1944, ano X).

Conforme a legislação em vigor a partir de dezembro de 1943, o segundo ciclo do ensino comercial compreendia cinco cursos comerciais técnicos, a saber: comércio e propaganda, administração, contabilidade, estatística e secretariado. Eram cursos com duração de três anos, destinados ao ensino de técnicas próprias ao exercício de funções de caráter específico no comércio ou na administração dos negócios públicos e privados.

Dessa forma, a Escola de Comércio fez publicar a seguinte nota no jornal *O Movimento*:

Escola Técnica de Comércio Fernando Costa – MATRÍCULA AO PRIMEIRO ANO DO CURSO DE CONTABILIDADE: De ordem do Sr. Diretor, comunico aos interessados que até 30 do corrente mês estão abertas as inscrições para matrícula no primeiro ano do curso de contabilidade desta Escola. A Escola abre esta inscrição visando saber quantos alunos pretendem cursar o referido ano, por isso pede aos candidatos apenas apresentem um requerimento dirigido ao Diretor da Escola, isento de selo, para controle da Secretaria. Procedese assim para não prejudicar os candidatos, pois se o número deles for inferior ao que necessita a Escola para o funcionamento do referido curso, o mesmo só funcionará em 1946. Poderão matricular-se no referido curso de contabilidade, sem exame, os portadores de certificado de conclusão de curso ginasial ou de diploma de normalista. Pede-se aos interessados que providenciem o mais breve possível, no seu próprio interesse, pois o curso de contabilidade, como já se disse acima, só funcionará no próximo ano se houver número compensador de alunos. Os requerimentos de matrícula poderão ser entregues ao Sr. Professor Osvaldo Fonseca (rua José Bonifácio, 174) que dará aos interessados os necessários esclarecimentos. Pirassununga, 14 de dezembro de

1944. JOSÉ LUIZ SILVESTRINI, Secretário (n. 539, 17 dez. 1944, ano XI).

Em seguida, continuaram os trabalhos para o atendimento à legislação do ensino comercial em vigor, inclusive com relação ao prédio. Em outubro de 1944, foi publicado o primeiro edital⁶² solicitando propostas de venda de imóvel.

Com os procedimentos de oficialização e reconhecimento do ensino comercial desta instituição escolar, Franco de Oliveira escreve que:

O Diário Oficial da União, de 11 de março de 1946, publicou a referida Portaria e a sua íntegra esta vazada no seguinte: Portaria nº 177, de 25 de fevereiro de 1946. Concede inspeção federal preliminar a cursos comercial e básico e técnico de contabilidade. O Ministro da Educação e Saúde, de acordo com o disposto no decreto-lei 6.141, de 28 de dezembro de 1943, RESOLVE conceder inspeção preliminar aos cursos comerciais básico e técnico de contabilidade da Escola Técnica de Comércio “Dr. Fernando Costa”, em Pirassununga – Estado de São Paulo, observado o disposto no decreto nº 24.439, de 21 de junho de 1934. Ministro de Estado da Educação e Saúde, Processo nº 86.655/43 (1993, p. 27).

Tratava-se do processo de reconhecimento oficial dos referidos cursos para os alunos matriculados regularmente a partir de 1944. O curso comercial básico funcionou até o ano de 1950, e, a partir de então, passou a ser o curso ginásial.

Em março de 1950, reconhece-se oficialmente e em definitivo, pela legislação em vigor, a Escola Técnica de Comércio Doutor Fernando Costa.

Segundo Franco de Oliveira:

Em 17 de março de 1950, momentos de júbilo e glória alcançadas por parte dos diretores da Associação de Ensino, professores, funcionários, alunos e porque não dizer, também da nossa Pirassununga, pelo reconhecimento perante a legislação vigente e em definitivo da Escola Técnica de Comércio “Dr. Fernando Costa” (1993, p. 29).

Assim, para este pesquisador, consolida-se a criação e a fundação da instituição escolar Escola de Comércio de Pirassununga no ano de 1943, com início do curso comercial básico, no ano de 1944, com duração de quatro anos, e no ano de 1945, início do curso técnico em contabilidade com duração de três anos. A conclusão dessas duas primeiras turmas do ensino comercial em Pirassununga ocorreu no final do ano de 1947. E o encerramento do curso comercial de contabilidade no ano de 2000.

⁶² Edital publicado no jornal *O Movimento*, n. 533, 5 nov. 1944, ano X.

Na década de 40 do século XX, criar e fundar uma instituição escolar reporta-se a um projeto que ultrapassa os limites e os interesses dos recursos financeiros. A Escola de Comércio de Pirassununga, mesmo que particular e de interesses de empresários em melhorar as condições de seus negócios, ao mesmo tempo, foi uma porta aberta para a ascensão social de muitas pessoas.

Este tópico teve como objetivo tratar os primeiros passos da criação e fundação da Escola de Comércio de Pirassununga.

3.2 Uma cerimônia de formatura especial

O itinerário de uma instituição escolar que, ao completar seus 32 anos de existência (1943-1975), em que diplomou mais de mil estudantes com seus cursos comerciais, favoreceu a comemoração de um momento especial. Assim, se apresentou à comunidade, fortalecendo e estreitando seus laços, com seus atores internos e externos, instituição escolar e comunidade ao seu redor.

O autor António Nóvoa, no livro *As Organizações Escolares em Análise* (1995), escreve que:

O funcionamento de uma organização escolar é fruto de um compromisso entre a estrutura formal e as interações que se produzem no seu seio, nomeadamente entre grupos com interesses distintos. Os estudos centrados nas características organizacionais das escolas tendem a constituir-se com base em três grandes áreas: – *a estrutura física da escola*: dimensão da escola, recursos materiais, número de turmas, edifício escolar, organização dos espaços, etc.; – *a estrutura administrativa da escola*: gestão, direcção, controle, inspecção, tomada de decisão, pessoal docente, pessoal auxiliar, participação das comunidades, relação com as autoridades centrais e locais, etc.; – *a estrutura social da escola*: relação entre alunos, professores e funcionários, responsabilização e participação dos pais, democracia interna, cultura organizacional da escola, clima social, etc. (1995, p. 25).

Assim, no seu itinerário, cada instituição escolar estabelece sua singularidade em sua estrutura social, na ação de interação e apoio, fortalecendo a relação, instituição escolar-comunidade. Busca reconhecimento e apoio público, justificando sua existência traduzida pela continuidade e manutenção de seus ideais.

Nesta perspectiva, o pesquisador expressa uma abordagem do contexto da realização desta especial cerimônia escolar.

No mês de janeiro do ano de 1976, realizou-se uma sessão solene de formatura referente à diplomação dos alunos do curso técnico em contabilidade e de técnico em secretariado, com conclusão em dezembro de 1975. Esta cerimônia teve como expressão a comemoração da diplomação alcançada em mais de mil formandos desde a sua criação e fundação, portanto em uma trajetória de vida de 32 anos (junho de 1943-dezembro de 1975) com o ensino comercial oficial na cidade de Pirassununga.

Esta solenidade pública de formatura teve como local o salão nobre⁶³ do Instituto de Educação Estadual de Pirassununga – IEEP⁶⁴, uma instituição escolar tradicional na cidade de Pirassununga.

O autor Israel Foguel, em seu livro *O Ensino em Pirassununga 1981*⁶⁵, escreve que:

A antiga Escola Normal foi criada pela Lei nº 1.245, de 30 de dezembro de 1910 com denominação de Escola Complementar de Pirassununga, quando funcionavam estabelecimentos iguais apenas em Itapetininga, Piracicaba, Campinas e Guaratinguetá (1981, p. 7).

É um prestígio para Pirassununga esta instituição escolar, em comparação com a existência em outras cidades de porte mais expressivos no interior do estado.

Segundo a revista *Pirassununga 175 anos*⁶⁶ – *Áureo recanto brasileiro*, esta instituição escolar foi:

Criada como escola Complementar de Pirassununga pela lei número 1.245 de 30 de dezembro de 1910. Antes mesmo que se desse provimento à lei, foi convertida em escola Primária pela lei número 2.025 de 29 de março de 1911. Inaugurada oficialmente com grande festa no dia 11 de junho de 1911, quando do lançamento da Pedra Fundamental, iguala Pirassununga às cidades de Itapetininga, Piracicaba, Campinas e Guaratinguetá tornando-a um núcleo educacional que atrai estudantes de várias cidades vizinhas. Em 1946 passou a se chamar Colégio Estadual e Escola Normal de Pirassununga; Em 1953, Instituto de Educação Pirassununga (I.E.P.); – Em 1965, Instituto de Educação Estadual de Pirassununga (I.E.E.P.); E, em 1976 recebeu a nomenclatura atual: Escola de Primeiro e Segundo Graus Pirassununga (1998, p. 19).

⁶³ Ver Anexo Pa/b.

⁶⁴ Atualmente: Escola de Primeiro e Segundo Graus Pirassununga.

⁶⁵ Segundo o autor Israel Foguel trata-se de uma edição especial comemorativa ao seu 158º aniversário de fundação de Pirassununga, evidenciando a pujança de seu ensino (p. 1).

⁶⁶ Trata-se de uma revista com o título: Revista Comemorativa do aniversário de fundação de Pirassununga – 6 de agosto de 1998 – Editora Pirassununga Ltda. – Jornal *O Movimento*.

Ao longo do tempo, essa instituição escolar tornou-se referência no quadro da educação de Pirassununga, conhecida como *Bendito Templo de Instrução, Berço de Amor e de Esperança*⁶⁷ pelo seu povo.

Este salão nobre foi reformado durante o ano de 1975 e o jornal *O Movimento* publicou uma referência quanto ao requinte daquele novo ambiente com o título “O Novo Salão Nobre”, do qual seguem alguns excertos:

Com sua reforma, o salão nobre localizado no prédio principal do IEEP lembra coisa existente só em contos de fada. No seu estilo barroco e, agora, com os contornos todos em dourado, juntamente com a escada em espiral também em dourado, pintura nova e assoalho com “cascolac”, realmente está maravilhoso. As cadeiras foram todas forradas com tecido colorido, também em estilo barroco, e envernizadas. A passadeira, em tom vermelho, combina com as cortinas. No tablado do piano foi colocado carpete, também em tom vermelho. As cortinas em vermelho e rendão bege com bandos em vermelho e pingentes, também em bege, foram confeccionadas no próprio estabelecimento (n. 2237, 15 jun. 1975, ano XLI).

Pelos escritos confirma-se ser um ambiente especial devido ao requinte e expressão destinado a eventos de repercussão na comunidade.

Assim, no mês de janeiro do ano seguinte, em 1976, neste local foi realizada a cerimônia de formatura dos concluintes do curso comercial em dezembro de 1975. O especial desta cerimônia foi, ainda, a comemoração desta instituição escolar, em que, desde a sua fundação até o final de 1975, foram formados e diplomados mais de mil alunos.

Sobre este evento, o jornal *O Movimento* publicou:

A sessão solene aconteceu no salão nobre do IEEP, adornado com botões brancos e crisântemos amarelos e rosas. Presidiu-a o prof. Henrique Ferreira dos Reis. O colorido dos trajes enobreceu a entrada dos formandos no recinto, que eram seguidos dos professores e membros da Associação de Ensino, tomaram assento à mesa o patrono dos formandos o sr. Assef Jorge Assef, a patronesse, profa. Neyde Therezinha Bonafé Assef, os srs. Alvarino Bessa e Ernesto Vick (fundadores do estabelecimento), a profa. Yolanda Guerra Del Nero (homenageada durante a solenidade) (n. 2299, 8 jan. 1976, ano XLII).

Esta cerimônia foi registrada e noticiada pelo jornal *O Movimento*, que dedicou uma página inteira na edição do domingo, 25 de janeiro de 1976 (n. 2304, ano XLII),

⁶⁷ Trata-se de uma revista com o título: Revista Comemorativa do aniversário de fundação de Pirassununga – 6 de agosto de 1998 – Editora Pirassununga Ltda. – Jornal *O Movimento*.

com o título “Escola de Comércio já diplomou mais de mil”. Após a cerimônia solene, o Professor Henrique Ferreira dos Santos, então Diretor da Escola de Comércio, fez um pronunciamento, do qual segue um excerto, abaixo:

Acabo de fazer a entrega do último diploma aos formandos que concluíram seus cursos profissionalizantes na Escola Técnica de Comércio Dr. Fernando Costa. São diplomados em técnicos de contabilidade e secretariado do 2.o grau. Tenho também a satisfação de anunciar aos senhores que nos honram com a presença, que nossa Escola fez a entrega de mais de mil diplomas desde a sua fundação. É um número bastante expressivo, pois constitui uma força poderosa que vem impulsionando a nossa Pátria para o progresso. São moços e moças que assumem lugares de destaque na administração, nos mais distantes recantos do Brasil. Isso é o resultado de trabalho de nossa gente; de um grupo de cidadãos que, no passado sentiu que Pirassununga não podia parar; o progresso tem como coluna mestra a Instrução, pois, sabemos que na educação, tudo que se faça será ainda insuficiente para atender à sede de progresso de um país em desenvolvimento. Eles lançaram a semente que cresceu e frutificou. Fomos aos poucos moldando e dando vida a esse ideal que transformou em realidade. Sentimo-nos felizes por isso. Dos fundadores da Associação encontram-se entre nós e prestando relevantes serviços à escola, os srs. Alvarino Bessa e Ernesto Vick. Infelizmente, outros se foram, mas seus ideais continuam vivos. A eles rendemos nosso preito de gratidão. Foram eles os artífices da base dessa estrutura. A eles devemos, no entanto, mais e muito mais. Estamos numa festa de formatura – não há dúvida – mas para afirmar o presente, seria bom lembrar o passado. Os jovens recém-formados não conhecem bem a vida de sua escola, e conhecê-la seria valorizar seu diploma. No passado a Escola Técnica de Comércio funcionou por colaboração do Governo do Estado em duas salas nos porões deste Instituto, antiga Escola Normal de Pirassununga. Dirijo-me agora aos moços recém-formados. A passagem dos senhores pela Escola foi tão rápida que, tenho certeza, muitos já estão saudosos da vida escolar. Três anos apenas! Tão breve preparo para tão longa jornada! É por isso que encontraram nos professores de todas as disciplinas do currículo a preocupação constante de promover sua formação integral e de lhes transmitir as técnicas indispensáveis ao exercício da profissão. Meu desejo e de todos é que este diploma seja o início de outros que os senhores conquistarão no futuro. Poderão completar seus estudos em escolas superiores, desenvolvendo melhor suas atividades e também com reais aptidões para outra profissão (n. 2304, 25 jan. 1976, ano LII).

A sessão cerimonial de formatura de uma instituição escolar representa na sua história um momento especial. Envolve o fato de a instituição escolar ir ao encontro da comunidade e se apresentar em suas realizações. Para a comunidade, trata-se sempre de um momento de orgulho e mérito para com seus filhos, na possibilidade de realização pessoal e profissional.

Para a instituição escolar, trata-se de um momento do qual comungam os dirigentes, os professores, os colaboradores, os pais e os alunos reunidos, para revelar, declarar e reafirmar o seu ideal e a missão.

Reportando ao pressuposto desta tese de que esta instituição escolar comercial foi importante na vida da comunidade de Pirassununga, seguem-se algumas considerações.

Nesta sessão de formatura, foram diplomados 89 técnicos com conclusão de curso em dezembro de 1975, sendo 67 técnicos em contabilidade e 22 técnicos em secretariado (1ª turma).

A mesa de honra foi composta por: Diretor, Professor Henrique Ferreira dos Reis; Presidente da Associação de Ensino de Pirassununga, Professor Benedito Teixeira; Patrono e Patronesse, Assef Jorge Assef, e sua esposa, Professora Neyde Therezinha Bonafé Assef; Srs. Fundadores da Associação de Ensino de Pirassununga, Alvarino Bessa e Ernesto Vick; Professora Yolanda Guerra Del Nero, homenageada pela turma e professores.

O local desta cerimônia foi o salão nobre da antiga Escola Normal de Pirassununga, local que representa para a comunidade pirassununguense um ambiente de pompa e de suntuosidade, pelas características originais preservadas desde a época da construção em 1911. Fica em um ponto de destaque no centro da cidade, em frente à igreja matriz e à praça central da cidade.

Como se observa com a nota publicada, inserida na página anterior, há uma abundância de adjetivos, dando-se um tratamento todo especial prestado ao ambiente, para aquela noite de cerimônia de formatura.

Com a marca do número de diplomados e a escolha do local para a cerimônia, pode-se pensar em uma consideração que este evento foi oportuno e planejado com o objetivo de se conseguir repercussões e afirmações significativas na comunidade local. Uma afirmação e confirmação de seu papel na comunidade fundamentado no ideal defendido na sua criação e fundação.

Ainda nessa cerimônia, estava, na composição da mesa de honra, nenhuma autoridade do poder público, e sim como destaque o patrono, o Senhor Assef Jorge Assef, considerado próspero empresário industrial na cidade. Interessante essa ausência de autoridades públicas, da política e da educação. Firma-se a posição de que ao poder público cabe a fiscalização e garantir, na formalidade legal, a oficialidade de seus diplomas e no exercício da profissão.

Com referência ao discurso do professor Henrique Ferreira dos Reis, diretor de ensino naquele momento, é possível alguns apontamentos.

A comemoração da marca de mais de mil diplomados, entre moços e moças, muitos dos quais trabalhadores que só podiam estudar no período noturno, revela uma expressiva realização de uma instituição escolar. O professor Reis expressa este feito com a força da gente desta comunidade que tinha como ideal, o progresso do povo e seus jovens, via educação. Outro destaque é a presença na composição da mesa de dois fundadores da associação de ensino, estes atuantes nos preparativos e na formalização da legalidade jurídica na época da criação, fundação e implantação do ensino comercial em Pirassununga. Os senhores Alvarino Bessa⁶⁸ e Ernesto Vick, com suas presenças, contribuíram reforçando o reconhecimento, respeito e prestígio da instituição escolar na comunidade.

O discurso realçava para a comunidade a preocupação, importância e o alcance dessa realização, uma vez que seguiam as finalidades do ensino comercial, conforme o Decreto-Lei nº 6.141⁶⁹, de 28 de dezembro de 1943. Na legislação, é mencionada como uma das finalidades deste ensino a de proporcionar aos candidatos uma sumária preparação profissional.

Expressava-se, na legalidade dos cursos e diplomas, como uma instituição escolar regular e oficial, que mantinha seus ideais de crescimento, marcando uma posição de alinhamento da associação com as diretrizes que norteavam a educação comercial brasileira.

Discorreu o ministro Gustavo Capanema em 20 de dezembro de 1943, sobre o ensino comercial brasileiro:

[...] decretada a presente reforma, poderá o nosso ensino comercial, hoje já tão cheio de consideráveis realizações, conquistar maiores progressos e atingir um aperfeiçoamento que o torne mais adequado às exigências da vida comercial e dos negócios administrativos do nosso país (VIEIRA, 1957, p. 9).

Este evento expressou a preocupação da instituição escolar em fortalecer o apoio e seu reconhecimento na comunidade, reforçando os ideais que nortearam seus

⁶⁸ Ver ANEXO N.

⁶⁹ *Diário Oficial da União* de 31 de dezembro de 1943, retificado no *Diário Oficial da União* de 6 de janeiro de 1944. VIEIRA, Francisco de Assis (Org.). *Lei Orgânica do Ensino Secundário e Legislação Complementar*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura (Serviço de documentação), 1957, p. 11. (“Documentos” com direção de José Simeão Leal, v. 1, Legislação do Ensino Comercial).

primeiros passos e que devem permanecer presentes no seu cotidiano. Percebe-se um alinhamento de posições do discurso oficial para o ensino comercial e da Associação de Ensino de Pirassununga, buscando, desse modo, evidenciar para a comunidade a sua importância no seu cotidiano e no quadro da educação de Pirassununga.

Em um outro olhar, essa instituição escolar, com seu ensino comercial oficial, atendia aos interesses das atividades empresariais em aperfeiçoar suas práticas de negócios, trabalhando seus negócios com apoio de colaboradores melhor preparados e entendidos sobre os conhecimentos do mundo dos negócios, condição já assumida pelos comerciantes.

3.3 Novo prédio da Escola de Comércio

Outro momento da memória desta Escola de Comércio que o pesquisador privilegia foi quando a Associação de Ensino de Pirassununga decidiu pela construção do novo prédio para abrigar a Escola Técnica de Comércio Dr. Fernando Costa.

Foi um período especial e de tensão na sua trajetória, que revelou, de maneira forte, a interação desta escola e sua comunidade.

O prédio comprado pela Associação de Ensino de Pirassununga em 1945 já era antigo e, na mesma época, foi reformado e adaptado para receber em definitivo a Escola de Comércio.

Segundo Nóvoa, uma das possibilidades de análise de uma instituição escolar são os modelos simbólicos que permitem uma análise além de uma descrição funcional (NÓVOA, 1995, p. 25).

Nóvoa, em relação às características organizacionais de uma instituição escolar, ainda escreve:

O funcionamento de uma organização escolar é fruto de um compromisso entre a estrutura formal e as interações que se produzem no seu seio, nomeadamente entre grupos com interesses distintos. Os estudos centrados nas características organizacionais das escolas tendem a construir-se com base em três grandes áreas: a estrutura física da escola, a estrutura administrativa da escola e a estrutura social da escola (1995, p. 25).

Nesta pesquisa, com os acontecimentos que envolveram a construção do novo prédio para abrigar a Escola de Comércio, pretende-se ressaltar a nova estrutura da

instituição escolar como busca de firmação, reconhecimento e respeitabilidade no cenário da comunidade local.

O prédio escolar da Escola de Comércio de Pirassununga é uma referência na cidade, tanto no seu aspecto físico quanto na sua localização. Localiza-se na região central da cidade, na Rua Duque de Caxias, considerada uma das principais e tradicionais vias do mapa urbano, identificado desde antes de 1945, quando era já uma conhecida casa comercial.

Após sua compra pela Associação de Ensino de Pirassununga, passou por reformas para adequação em escola. Originalmente, era um prédio comercial do tipo “armazém de secos e molhados”. Sobre esta referência, escreve Foguel em seu livro *O Ensino em Pirassununga 1981* (1981, p. 37): “à rua Duque de Caxias, nº 183/185 se encontra o prédio da Escola Técnica de Comércio, um dos mais tradicionais estabelecimentos de ensino de Pirassununga”.

Uma das pautas de trabalho da primeira diretoria em 1943 foi o prédio para abrigar e manter o funcionamento da Escola de Comércio. Estava implicado, além do cumprimento fiel da legislação do ensino comercial em vigor, o aspecto do alto valor monetário de um prédio na região central da cidade.

Naquele momento, já estava em vigência o Decreto-Lei nº 6.141⁷⁰, de 28 de dezembro de 1943 – Lei Orgânica do Ensino Comercial – TÍTULO IV – DA ORGANIZAÇÃO ESCOLAR – Capítulo IV – DA CONSTRUÇÃO E DO MATERIAL ESCOLARES.

Refere-se o artigo 54 desta legislação que, para os estabelecimentos de ensino comercial funcionarem quanto à sua oficialidade, deverão satisfazer, quanto à construção do edifício ou edifícios que utilizarem, e quanto ao seu material escolar, as normas pedagógicas estabelecidas pelo Ministério da Educação.

Este prédio, com o passar do tempo, mesmo com reformas, adequações e manutenção, tornou-se obsoleto e sem funcionalidade para aqueles novos tempos da vida social.

No dia 11 de novembro de 1984, o jornal *O Movimento* (Caderno Especial de *O Movimento* – “Hoje é Domingo de Mario Rezende”, n. 3236, 11 nov. 1984, ano L) publicou uma reportagem com o então presidente da associação, professor Antonio

⁷⁰ *Diário Oficial da União* de 31 de dezembro de 1943, retificado no *Diário Oficial da União* de 6 de janeiro de 1944. VIEIRA, Francisco de Assis (Org.). *Lei Orgânica do Ensino Secundário e Legislação Complementar*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura (Serviço de documentação), 1957, p. 24. (“Documentos” com direção de José Simeão Leal, v. 1, Legislação do Ensino Comercial).

Fernando Villas Bôas Cunha, com o título “Condenado o prédio onde passaram gerações de estudantes”, uma reportagem para toda a comunidade sobre a demolição do antigo e conhecido prédio da Escola de Comércio.

Esta publicação de quase uma página inteira faz uma referência sobre a presença tradicional daquele prédio no centro da cidade por onde gerações passaram em busca de uma formação profissional.

Escreve Rezende:

São quase quatro decênios em que a vida daquele quarteirão da cidade apresentou um intenso movimento noturno, no horário das aulas, alunos, professores, diretores, pessoal administrativo dando vida ao velho prédio onde, outrora, foi o armazém de Antonio Cabianca (n. 3236, 11 nov. 1984, ano L).

Tratava-se de uma publicação sobre a construção no mesmo local de um novo prédio para abrigar a Escola de Comércio de Pirassununga. A justificativa era de que o antigo prédio não mais oferecia condições de reformas e manutenção, o que impedia as necessidades de melhores condições funcionais e de segurança para todo o público envolvido. Além do que, sendo um prédio novo na região central da cidade, atenderia ainda ao aspecto urbanístico da cidade. Portanto, não se tratava do fim da Escola de Comércio de Pirassununga. Mesmo com um prédio novo no local continua a referência do local e a tradição da instituição escolar.

Esta entrevista provocou uma repercussão expressiva no quadro associativo da mantenedora, que encaminhou uma acirrada disputa eleitoral para o pleito de eleição e posse da nova diretoria para o período de 1985 a 1990. Esta eleição foi realizada no dia 13 de dezembro de 1984.

Para narrar os fatos, o professor Franco de Oliveira escreve:

Em 28 de novembro de 1984, professores e funcionários da Escola, inclusive seu diretor de ensino, o Professor José Luiz Franco de Oliveira, não se conformando com a entrevista do professor Antonio Fernando Villas Boas Cunha, no jornal “O Movimento”, de 11 de novembro de 1984, resolveram contestar, uma vez, que encontrava-se através de edital, convocada a Assembleia Geral, lançar uma chapa concorrente ao pleito, para evitar que se consumasse a pretensão do senhor professor Antonio Fernando Villas Boas, bem como, expedir um manifesto aos acionistas e que está vazado nos seguintes termos: [...] (1993, p. 84).

Portanto, do quadro geral de sócios da Associação de Ensino de Pirassununga, formou-se um grupo contrário à demolição do antigo prédio e construção do novo prédio. Este grupo de sócios defendia a continuação de novas reformas e manter as características originais do antigo e conhecido prédio na comunidade. E, aproveitando-se da oportunidade de realização de um pleito de uma nova gestão, este grupo lançou uma chapa oposicionista para concorrer às eleições com a chapa da situação.

Assim, neste pleito se apresentaram e concorreram às eleições duas chapas. O grupo oposicionista registrou a candidatura com o nome de “Chapa Renovação: e para presidente o Professor Gilberto Flávio Siqueira” (FRANCO DE OLIVEIRA, 1993, p. 85). Essa oposição foi formada pelos sócios contrários à demolição e à construção da nova sede da escola.

O grupo da situação registrou e participou com a Chapa Professor Oswaldo Roberto do Valle, tendo como presidente o Professor Antonio Fernando Villas Bôas Cunha.

No período de tempo anterior à data marcada para a eleição, as duas chapas em campanha elaboraram uma circular e expuseram suas propostas de trabalho.

Estas duas chapas são confirmadas e constam do Comunicado AEP nº 07/84 publicado no jornal *O Movimento* (n. 3252, 9 dez. 1984, ano LI), bem como o respectivo Edital de Convocação para esta eleição.

A chapa oposicionista, denominada, como explicitado anteriormente, Chapa Renovação, publicou e divulgou um manifesto, conforme escreve o professor Franco de Oliveira, no parágrafo de encerramento:

Sr. Acionista, finalmente, perguntamos-lhe: Será que os elementos que compõem a Chapa Renovação, não têm conhecimento da realidade e não veem os problemas do prédio da Escola de Comércio? (1993, p. 84).

Neste manifesto da Chapa Renovação, o grupo expõe sua indignação pela decisão autoritária e última da diretoria na demolição do antigo prédio, e pela construção do novo prédio. Nos quesitos apontados, estão, entre outros, a possibilidade de soluções mais econômicas, considerando as dificuldades financeiras da associação, a responsabilidade de manter o funcionamento regular da escola e o custo da construção. Ademais já havia um prédio que atendia a demanda.

No dia 1º de dezembro de 1984, a chapa da situação faz circular um documento⁷¹ com a apresentação dos candidatos e um documento assinado pelo Professor Antonio Fernando Villas Bôas Cunha. Tratava-se de uma prestação de contas, na qual o citado professor fazia uma exposição sobre como chegou à Associação de Ensino de Pirassununga, os trabalhos realizados em prol da associação, ciente do alcance da empreitada na construção de um novo prédio. Assumia que, com todas as possíveis dificuldades, manteria o compromisso do ideal de seus fundadores, na criação e na manutenção da Escola de Comércio de Pirassununga.

Assim, no dia 13 de dezembro de 1984, foi realizada a eleição, e a chapa da situação foi vencedora com 66 votos, enquanto a chapa oposicionista teve 60 votos.

Sobre o resultado deste pleito, escreve o professor Franco de Oliveira:

Encerrada a votação no horário previsto, procedeu-se a apuração obtendo-se o seguinte resultado; Chapa “Renovadora” 60 (sessenta) votos, Chapa “Professor Oswaldo Roberto do Valle” 66 (sessenta e seis) votos e nulos 01 (um) voto [...] (1993, p.86).

Resultado confirmado e publicado como notícia pelo jornal *O Movimento*:

Villas Bôas reeleito presidente da ETC: por 66 votos contra 60, a chapa “Prof. Oswaldo Roberto do Valle” venceu a chapa “Renovação”, no pleito que escolheu a diretoria da Escola Técnica de Comércio e Ginásio “Dr. Fernando Costa”, para os próximos cinco anos. O pleito teve duração de duas horas, realizou-se na noite do dia 13, no Salão Cultural “José Rafael Bonn Aad” (n. 3255, 20 dez. 1984, ano LI).

Assim, para a Escola de Comércio, iniciou-se, com a nova diretoria eleita e empossada, uma nova fase de sua memória, a construção das novas instalações e sede da Escola de Comércio, desta forma desaparecendo, momentaneamente, do cotidiano da cidade, o tradicional prédio da Escola de Comércio Fernando Costa, desde 1945.

No final do ano seguinte, em 1985, o jornal *O Movimento* publica outra reportagem com o título “O velho prédio foi demolido mas a Escola continua mantendo a tradição” (*O Movimento* – Caderno Especial de *O Movimento*: “Hoje é Domingo de Mario Rezende”, n. 3358, 15 dez. 1985, ano LII).

Nesta reportagem, o jornalista Rezende refere-se à frieza com que as máquinas rapidamente fizeram desaparecer o antigo prédio, deixando um vazio naquele espaço, realçando que por ali, durante muito tempo, muitos atores se entrecruzaram.

⁷¹ Ver ANEXO K.

Escreve Rezende:

Na sua indiferença profissional, o operador da máquina simplesmente removia escombros de um edifício que, por longo tempo, abrigou sucessivas gerações que, sob aquele teto, entre aquelas paredes, ambos agora destruídos, buscaram conhecimentos para sua própria formação, na luta pela conquista de um lugar ao sol (n. 3358, 15 dez. 1985, ano LII).

Mas a escola continuou suas atividades sem interrupção, nas instalações destinadas para tanto. E, em um dos trechos da reportagem, está um encontro entre Mario Rezende com o professor Antonio Fernando Villas Bôas Cunha, presidente da Associação de Ensino de Pirassununga, e o professor José Octávio Avoglio, diretor da Escola de Comércio, como se pode comprovar no excerto abaixo:

[...] e são eles que me falam, com entusiasmo indestrutível e inabalável confiança na preservação das tradições da Escola, sobre os projetos de construção de um novo prédio para o estabelecimento, sobre os cursos mantidos pela Escola e sobre os planos de nela introduzir novos cursos, estes, naturalmente, na dependência do andamento da obra do futuro edifício (n. 3358, 15 dez. 1985, ano LII).

Um prédio escolar, com suas instalações físicas e materiais, características de sua arquitetura, localização no espaço da cidade, formam ali uma identificação expressiva pela observação visual.

Neste aspecto, Nóvoa escreve sobre uma possibilidade de categoria de análise para uma instituição escolar como uma manifestação simbólica e visual:

Manifestações visuais e simbólicas: fazem parte desta categoria todos os elementos que têm uma forma material, passíveis, portanto, de serem identificados através de uma observação visual. O caso mais evidente diz respeito à arquitetura do edifício escolar e ao modo como ele se apresenta do ponto de vista da sua imagem: equipamento, mobílias, ocupação do espaço, cores, limpeza, conservação, etc. Finalmente, há a considerar todo o tipo de logotipos, de lemas ou de divisas com que a escola se apresenta para o exterior, tanto em eventuais publicações, como no papel utilizado pela direção ou nas inscrições colocadas nas paredes (1995, p. 31).

No período de tempo de 41 anos (1945-1984), existiu na altura daquela rua principal no centro da cidade, Rua Duque de Caxias, a Escola de Comércio. Portanto, o prédio escolar tornou-se uma referência naquela comunidade, além de seus interiores, um espaço de movimentação cotidiana de seus atores.

Essa manifestação visual e simbólica foi forte e se expressou nesta escola quando em suas publicidades acompanha uma fotografia do prédio.

Quando da decisão da demolição do antigo prédio, tal divulgação provocou tensão no quadro de sócios da mantenedora da escola. Fato que se justificava e ficou evidenciado pelo resultado da eleição para a nova diretoria, realizada em dezembro de 1984.

Para os sócios contrários à demolição do antigo prédio, estavam os da preservação da memória da escola, na simbologia do seu visual, na manutenção do funcionamento regular dos cursos, e dos custos de uma construção, quando os resultados financeiros apresentavam-se escassos.

Esses argumentos eram fortes, mas ainda existia outra questão não declarada. A Associação de Ensino de Pirassununga estava constituída como uma entidade com personalidade jurídica, sem finalidades de lucros e sem distribuição aos sócios, mas reinvestidos no próprio patrimônio. O prédio antigo, sede da associação, fazia parte integrante do patrimônio real, portanto um ativo real, uma garantia concreta para os sócios investidores, transformada em uma possibilidade de encerramento da associação ou do investimento. Trata-se de uma característica de um investimento privado ou particular mesmo com fins educacionais e sem finalidade lucrativa.

Portanto, neste olhar, a defesa da preservação do antigo prédio justifica-se na possibilidade da não garantia do patrimônio integralizado ou o investimento real.

Assim, uma razão econômica no âmbito interno daquele quadro de sócios permeou e levou a um tenso debate e acirrada disputa eleitoral.

Observa-se que não consta registrada ou catalogada na história dessa instituição escolar, nem nas escritas do professor Franco de Oliveira, alguma menção da exposição de motivos e a apresentação da chapa da situação, representada pelo seu presidente, o Professor Antonio Fernando Villas Bôas Cunha, para as eleições daquele ano.

Neste trabalho de pesquisa sobre alguns momentos que formam a história da Escola de Comércio de Pirassununga, foi considerada a construção de um novo prédio, oportuna para este estudo, uma vez que a repercussão provocou tensões na sua rotina escolar.

Entre outros destaques, acentua-se, aqui, a tensão daquele processo eleitoral de 1984. Assim, é possível encaminhar para algumas considerações interessantes. Reporta-se, a partir do pressuposto deste trabalho, que a instituição escolar com seu curso

comercial foi importante na educação de Pirassununga, o que contribuiu sobremaneira no desenvolvimento desta comunidade.

Este fato foi tratado em partes pelo professor Franco de Oliveira e reportagens do jornal *O Movimento* com a fala de alguns de seus atores.

Existe a possibilidade de uma análise do olhar daquele quadro associativo. A manifestação está na exposição de motivos na campanha de disputa das eleições e o resultado em dezembro de 1984.

O prédio escolar como patrimônio simbólico de valores foi construído ao longo de 41 anos, quando o prédio escolar foi uma das primeiras preocupações e decisões da associação em 1943. Estabeleceu-se, a partir de 1945, uma interação escola-comunidade. Esta interação era mais forte ainda, quando muitos de seus ex-alunos, já no mercado de trabalho local, reconheciam a importância da escola em suas vidas, pela oportunidade de abertura para possibilidades de melhores condições de vida e de ascensão social.

Uma vez que ocorreu a manifestação da comunidade pelas publicações do jornal *O Movimento* e não apenas do quadro de sócios, fazem parte da história desta instituição escolar as tensões originadas de uma decisão interna da instituição escolar que envolveu a escola-comunidade, ultrapassando seus contornos.

Esse acontecimento justifica-se neste trabalho quando propõe estudar esta instituição escolar não confinada em uma abordagem descritiva.

Segundo escreve o autor Magalhães:

O quadro epistêmico interdisciplinar em que se inscreve a história de uma instituição educativa não se confina a uma abordagem descritiva ou justificativa da aplicação de uma determinada política nem à relação das instituições com o seu meio envolvente. Compreender e explicar a realidade histórica de uma instituição, é integrá-la no quadro mais amplo do sistema educativo, nos contextos e nas circunstâncias históricas, implicando-a na evolução de uma comunidade, de uma região, seu território, seus públicos e zonas de influência (2004, p. 133).

A decisão de construção do novo prédio provocou uma tensão na associação, chegando a ser um fator divisor daquele quadro social. Dois grupos acirraram posições de preservar e manter o antigo e construir o novo.

Assim, dos fatos ocorridos, pode-se aceitar ainda que, para o grupo defensor ou contrário ao novo, construção do novo prédio escolar, não estava apenas o item econômico. Mas sim, em não aceitar o novo. As mudanças permeiam desafios e riscos.

Em sociedade, o econômico está inserido em um quadro técnico de um investimento. Dessa forma, ganhou o novo, permitindo aceitar um sentido de evolução histórica nesta trajetória. Ainda, o que se pode depreender desse episódio é a capacidade do grupo favorável à construção do novo prédio em fazer prevalecer os seus ideais de uma instituição escolar de iniciativa particular respeitável no cenário educacional de Pirassununga, mesmo diante dos riscos e desafios que permeiam o novo.

Foi, então, construído o novo prédio da Escola de Comércio de Pirassununga⁷². Essa realização marcou uma nova fase do ensino comercial em Pirassununga, uma vez que um novo prédio escolar está inserido em uma revitalização da área urbana da cidade. E como simbólico na geração de ares de respeitabilidade e afirmação da instituição escolar.

Como memória e fragmento do antigo, ao lado direito da porta de entrada principal de quem entra da rua para o interior da escola, está fixada na parede interna uma placa⁷³ alusiva com os nomes dos formandos da primeira turma do Curso Técnico de Contabilidade (1945-1947). Talvez isto signifique a necessidade de afirmação da tradição dessa instituição na comunidade e, ao mesmo tempo, uma forma de preservação da memória.

Destas considerações, pode-se inferir que essa memória contribui para se aceitar o reconhecimento da presença desta instituição escolar de ensino oficial comercial no cenário educacional de Pirassununga, reconhecimento originário da interação instituição escolar-comunidade, exposto nas publicações do jornal *O Movimento*.

3.4 Vida cultural: memórias do cotidiano

O existir de uma instituição escolar não é a sua exclusiva interioridade e sim o seu interagir com o seu entorno. Ela se coloca ao lado da comunidade que a reconhece.

Para retratar esse intercâmbio ou interação, instituição escolar-comunidade, a Escola de Comércio de Pirassununga, durante um período de tempo, participou e

⁷² Ver ANEXO O.

⁷³ Ver ANEXO L.

permitiu espaços de seu interior para as manifestações culturais envolventes na comunidade.

O autor Foguel, quando escreve sobre a Escola de Comércio de Pirassununga, faz uma referência à existência de um anfiteatro no interior da escola:

[...] a Escola Técnica de Comércio Dr. Fernando Costa possui os cursos: Supletivo Ginásial, Supletivo Colegial, Técnico em Contabilidade e Cursinho pré-vestibular Mac-Poli, além de um *anfiteatro*, uma bem montada Escola de Datilografia e a Biblioteca “Castro Alves” (1981, p. 37).

Portanto, num espaço de tempo aproximadamente de vinte anos (1964 a 1983), a Escola de Comércio de Pirassununga se apresentou à comunidade com realizações culturais.

Para este trabalho, buscamos resgatar parte desta dimensão sociocultural com apoio na bibliografia do autor Israel Foguel e no jornal mensário *O Popular*.

Oportuno ainda tratar que Franco de Oliveira⁷⁴, em nenhum momento de seus escritos, escreve, faz menção ou referência a essa dimensão sociocultural da Escola de Comércio.

3.4.1 Manifestações culturais na Escola de Comércio de Pirassununga

No período de tempo de junho de 1964 a dezembro de 1983, foram realizadas diversas apresentações teatrais e manifestações culturais no Salão Cultural José Rafael Bonn Aad⁷⁵ da Escola de Comércio de Pirassununga, abertas a toda comunidade. Na construção do novo prédio da escola em 1984, este salão cultural foi demolido.

Assim, para tratar dessas manifestações culturais da vida cultural desta instituição escolar, segue-se uma relação de eventos ou manifestações culturais conforme dois livros pesquisados do autor Israel Foguel: *A história do nosso teatro*

⁷⁴ Fonte: Associação de Ensino de Pirassununga – ETC e Ginásio Dr. Fernando Costa: 1943 a 1993. Autor: José Luiz Franco de Oliveira. Colocado à disposição em julho de 1993 (p. 9).

⁷⁵ José Raphael Bonn Aad foi comerciante em Pirassununga e sócio-fundador da Associação de Ensino de Pirassununga mantenedora da Escola Técnica de Comércio Dr. Fernando Costa. Fonte: Associação de Ensino de Pirassununga – ETC e Ginásio Dr. Fernando Costa: 1943 a 1993. Autor: José Luiz Franco de Oliveira. Colocado à disposição em julho de 1993 (p. 9).

(1983) e *Palco de Emoções* (1985), e, ainda, o jornal mensário, *O Popular*⁷⁶. O período de tempo está do mês de junho de 1964 a novembro de 1984.

Mês de junho/1964: foi realizado no Teatro Jossandra de Pirassununga um espetáculo organizado por um grupo de alunos da Escola Técnica de Comércio Dr. Fernando Costa para comemorar o primeiro aniversário de fundação do Clube Social Científico Albert Einstein, da cadeira de Ciências, dirigida pela Professora Eliane Salles Cunha (FOGUEL, 1985, p. 154).

Meses de abril e maio/1969 (Festival): I Festival Corimbatá da Canção Brasileira⁷⁷. Realização: Grêmio Estudantil da Escola de Comércio 9 de Julho (fundado em 9 de julho de 1944) e *Jornal do Estudante* (primeira edição em abril de 1977) da Escola Técnica de Comércio Dr. Fernando Costa (FOGUEL, 1985, p. 147).

Mês de outubro de 1977: peça teatral: Procura-se uma rosa. Grupo Teatral TABEC. Local: Anfiteatro da Escola Técnica de Comércio e Ginásio Dr. Fernando Costa (FOGUEL, 1985, p. 102).

Mês de maio de 1978: peça teatral: O que eu fiz para ela me deixar. Grupo Teatral Cacilda Becker. Local: Salão Cultural José Rafael Bonn Aad na Escola Técnica de Comércio e Ginásio Dr. Fernando Costa. Fonte: *Palco de Emoções* (FOGUEL, 1985, p. 109).

Mês de setembro de 1978: peça teatral: O que o mundo faz⁷⁸. Grupo Teatral Cacilda Becker. Local: Salão Cultural José Rafael Bonn Aad na Escola Técnica de Comércio e Ginásio Dr. Fernando Costa.

Mês de outubro de 1979: peça teatral: Lili. Grupo Teatral Coronel Franco. Local: Salão Cultural José Rafael Bonn Aad na Escola Técnica de Comércio e Ginásio Dr. Fernando Costa (FOGUEL, 1985, p. 113).

Mês de junho de 1980: peça teatral: Senhora vida. Lançamento do Grupo Teatral Arte e Realidade no palco da ETC Dr. Fernando Costa (FOGUEL, 1985, p. 54).

⁷⁶ O jornal mensário *O Popular* deixou de circular e o período pesquisado foi compreendido da edição n. 325, 10 jan. 1981, ano V, à edição n 543, de 25 dez. 1986, ano XI, à disposição em coleção na Biblioteca Municipal de Pirassununga.

⁷⁷ Foguel escreve em *Palco de Emoções* que o primeiro festival realizou-se sob os auspícios do então Grêmio 9 de Julho e *Jornal do Estudante* (ambos da Escola Técnica de Comércio Dr. Fernando Costa), por uma comissão de jovens idealistas (p. 151).

⁷⁸ Segundo Foguel (p. 109-110), essa peça teatral utilizava-se nas apresentações modernos recursos de iluminação e de audio-visual e que, foi possível, graças às excelentes condições que a Escola de Comércio apresentava.

Meses de setembro e dezembro de 1980: peça teatral: Senhora vida. Grupo Teatral Arte e Realidade. Local: Salão Cultural José Rafael Bonn Aad na Escola Técnica de Comércio e Ginásio Dr. Fernando Costa (FOGUEL, 1985, p. 114).

Mês de agosto de 1981: peça teatral⁷⁹: O caçador de borboletas. Grupo Teatral Artístico Cultural de Pirassununga. Local: Salão Cultural José Rafael Bonn Aad na Escola Técnica de Comércio e Ginásio Dr. Fernando Costa (FOGUEL, 1985, p. 118).

Mês de agosto de 1981: peça teatral: O que o mundo faz. Grupo Teatral Cacilda Becker. Local: Salão Cultural José Rafael Bonn Aad na Escola Técnica de Comércio e Ginásio Dr. Fernando Costa (FOGUEL, 1985, p. 119).

Mês de novembro de 1982: peça teatral: O Rapto da Princesa. Grupo Teatral Quintal. Local: Salão Cultural José Rafael Bonn Aad na Escola Técnica de Comércio e Ginásio Dr. Fernando Costa. Fonte: Jornal *O Popular* (n. 446, 6 nov. 1982, ano VII).

Mês de novembro de 1982: peça teatral⁸⁰: No mundo de Romeu e Julieta. Grupo Teatral Coronel Franco. Local: Salão Cultural José Rafael Bonn Aad na Escola Técnica de Comércio e Ginásio Dr. Fernando Costa (FOGUEL, 1985, p. 125).

Mês de outubro de 1983: duas peças de teatro no mesmo mês e realização da II Mini feira de Ciências da Escola Técnica de Comércio e Ginásio Dr. Fernando Costa. Peças teatrais: Como comer pipocas... – Grupo Teatral Estudantil ETC; e Recanto Infantil Nós é Nós. Local: Salão Cultural José Rafael Bonn Aad na Escola Técnica de Comércio e Ginásio Dr. Fernando Costa (FOGUEL, 1985, p. 128).

Mês de novembro de 1983: peça teatral: O santo inquérito. Grupo Teatral TEFE. Local: Salão Cultural José Rafael Bonn Aad na Escola Técnica de Comércio e Ginásio Dr. Fernando Costa (FOGUEL, 1985, p. 130).

Mês de dezembro de 1983: peça teatral: O último natal. Grupo Teatral Estudantil ETC. Local: Salão Cultural José Rafael Bonn Aad na Escola Técnica de Comércio e Ginásio Dr. Fernando Costa (FOGUEL, 1985, p. 131).

Desses eventos, destacamos três convites para a participação da comunidade. No mês de novembro de 1982, no jornal *O Popular*, na coluna de autoria de Israel Foguel intitulada “TEATRO – ACONTECENDO”, existe um convite para assistir a um evento de teatro na Escola de Comércio:

⁷⁹ Esse evento fazia parte da programação festiva ou do aniversário da cidade, comemorado no dia 6 de agosto.

⁸⁰ Neste evento, foi realizada a I Feira de Ciências da Escola Técnica de Comércio e Ginásio Dr. Fernando Costa.

Amanhã, a partir das 19,30 horas, o Grupo Teatral Quintal estará fazendo a sua quarta apresentação com a peça teatral infantil “O Rapto da Princesa”. Amanhã a apresentação será no anfiteatro Salão José Rafael Bonn Aad, na Escola Técnica de comércio e Ginásio Dr. Fernando Costa. Então fica o recado. Amanhã, domingo, vamos todos à Escola Técnica de Comércio para assistir a apresentação do GTQ com a peça “O Rapto da Princesa”. Vamos prestigiar o teatro amador de nossa cidade (n. 446, 6 nov. 1982, ano VII).

Também localizamos no mesmo jornal, no ano de 1983, outro convite para uma peça teatral:

Amanhã, às 20 horas, estará sendo apresentada no palco da Escola Técnica de Comércio e Ginásio Dr. Fernando Costa a peça teatral: “O Santo Inquérito”, de autoria de Dias Gomes. RECADOS FINAIS: A ordem então é, todos à ETC amanhã, a partir das 20,30 horas, para ver a peça “O Santo Inquérito”, de Dias Gomes, pelo TEFE. A entrada custa só 500 cruzeiros (n. 394, 12 nov. 1983, ano VIII).

No ano de 1983, foi realizada nas instalações da escola a II Mini Feira de Ciências da Escola Técnica de Comércio.

Ainda, na coluna “TEATRO – ACONTECENDO”, foi publicado:

E as preparações para a II Mini Feira de Ciências da Escola Técnica de Comércio e Ginásio Dr. Fernando Costa, continuam a todo vapor. É isso aí, minha gente! De 8 a 16 de outubro próximo, não deixe de comparecer a II Mini Feira de Ciências da ETC! Durante a Feira será apresentado um show infantil, onde diversas crianças irão cantar, dançar, dublar, enfim, mostrarem tudo o que são capazes. A Comissão de Teatro solicitam as pessoas que conheçam crianças que tenham estes pendores artísticos e queiram participar do show para que entrem em contato com a ETC, ou pelo fone: 61-3635, com Israel (n. 387, 24 set. 1983, ano VIII).

Após a realização deste evento, Foguel escreve em sua coluna “TEATRO – ACONTECENDO”, do jornal *O Popular* (n. 390, 15 out. 1983, ano VIII): “Parabéns ETC pela promoção desta Feira que veio dar uma semana diferente a nossa cidade”.

Registra-se, assim, essa outra dimensão da instituição escolar inserida ou envolvente na sua comunidade. Considera-se que nesse período deu-se essa interação instituição escolar-comunidade, o que se confirma nos escritos pesquisados, e foi um momento em que, entre seus diversos atores, construiu parte de sua memória.

Referente à realização da I Mini Feira de Ciências no ano de 1982, há poucas notícias. Para a realização da II Mini Feira de Ciências com antecedência, foram

divulgadas e publicadas na coluna do autor Foguel as várias comissões constituídas, formadas e aprovadas pela diretoria da instituição escolar para a realização do evento. Verifica-se, assim, a participação do corpo docente, discente e apoio administrativo, portanto uma mobilização geral da instituição escolar (*O Popular*, n. 387, 24 set. 1983, ano VIII).

Estes eventos originados no cotidiano de uma instituição escolar em seus muitos aspectos podemos considerar como fontes históricas para a construção de sua memória (NOSELLA; BUFFA, 2009, p.17)

Deste cotidiano cultural, pode-se inferir um aspecto social e interessante desta instituição escolar. Evidencia-se nesta disposição de se estabelecer relações instituição escolar-comunidade, a sua busca do reconhecimento público com uma participação ativa originária de seu interior e envolvendo o seu entorno.

Portanto, no funcionamento de uma instituição escolar, em seu aspecto social, estabelece-se uma interação entre sua estrutura formal e seus muitos atores (NÓVOA, 1995, p. 25).

Um outro aspecto a considerar, como a legalidade, na organização do ensino comercial, em 1946, estabeleceu-se o Regimento da Diretoria do Ensino Comercial⁸¹.

Conforme este documento, definiu-se, na composição da diretoria, uma Seção de Orientação e Assistência. Esta diretoria tinha como competência estimular nas escolas comerciais a organização de caixas escolares, associações literárias e desportivas, jornais, revistas, e demais trabalhos complementares da educação dos alunos. Portanto, reconhecia-se no cotidiano de uma instituição escolar uma dimensão maior na possibilidade de interação instituição escolar-comunidade.

Assim, pode-se aceitar que esta memória permite encaminhar um entendimento que esta instituição escolar estabeleceu relações com a sociedade, uma vez que, nesse período tratado, as atividades não se restringiam exclusivamente a temas internos e acadêmicos.

⁸¹ Conforme Assis Vieira: Decreto nº 20.302, de 2/1/1946, publicado no *Diário Oficial* de 10/1/1946, p. 78.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme expusemos, o objeto desta pesquisa é a Escola Técnica de Comércio Doutor Fernando Costa, de Pirassununga, instituição escolar criada e fundada pela iniciativa particular, sem fins lucrativos, com o objetivo de oferecer e manter um curso profissional comercial oficial no período noturno.

Esta instituição escolar, com seu curso técnico comercial oficial, existiu no período de 1943 até o final do ano de 2000, quando se formou sua última turma de ensino técnico comercial. A mantenedora da Escola de Comércio desde sua criação e fundação foi a Associação de Ensino de Pirassununga, que, no ano de 1993, foi extinta e todo seu patrimônio constituído, integralmente doado para a criação e fundação da nova mantenedora com o nome de Fundação de Ensino de Pirassununga, que funciona até os dias atuais. As atividades escolares foram direcionadas para os cursos de ensino fundamental, médio e técnico profissionalizante na área de informática com o nome atual de Colégio Dr. Fernando Costa, conveniado com o Sistema Positivo de Ensino. Portanto, a Escola Técnica de Comércio Dr. Fernando Costa com o ensino comercial oficial não mais existe. Mas as pessoas, quando se referem ao atual colégio, ainda o identificam como a “Escola de Comércio”. Nota-se, assim, uma identidade histórica na comunidade de Pirassununga com seu itinerário.

Portanto, inicialmente, foi abordado alguns aspectos históricos da evolução do ensino técnico comercial no Brasil. Esse resgate desde a formação sociopolítica do Brasil até a oficialização do ensino profissional comercial no ano de 1943. Momento em que é criada e fundada a Escola de Comércio de Pirassununga.

Assim, este trabalho, mesmo com as limitações, propôs uma recuperação de parte dessa memória, construída ao longo de um período de quase 60 anos. Portanto, buscando uma interpretação desse itinerário que possa contribuir para um entendimento que esta instituição escolar conseguiu projetar influências na comunidade de Pirassununga.

O estudo de uma instituição escolar, neste caso, quando o espaço temporal é de um percurso de mais de cinquenta anos, está diante de uma complexidade com base no funcionamento de sua estrutura formal e suas interações (NÓVOA, 1995, p. 25).

O rastreamento dessa memória, mesmo que em alguns momentos, permitiu-nos perceber uma identidade histórica, permeada de ideais e sonhos, avanços e desafios que ficaram ao longo do caminho.

No tópico “Os primeiros passos da Escola de Comércio de Pirassununga”, que aborda a sua inserção no quadro da educação de Pirassununga, percebe-se que havia neste projeto o ideal de seus fundadores. Ou seja, uma escola de ensino técnico comercial oficial no período noturno. Uma iniciativa particular, sem fins lucrativos, envolta em sentimentos de idealismo e altruísmo daquele grupo de sócios. Portanto, apresentando um idealismo de progresso e avanço social da comunidade, no desenvolvimento da atividade econômica com colaboradores melhores capacitados para gerir e entender a movimentação das riquezas; e, o altruísmo com a possibilidade de muitos estudantes conquistarem uma formação profissional, trabalhando durante o dia e estudando no período noturno.

Com a concretização deste projeto, permaneceu, para aquele grupo de sócios, a construção de sua identidade histórica junto à comunidade de Pirassununga ao longo do tempo. Tanto assim que, se percebe em momentos dessa memória, a volta da expressão dos sentimentos iniciais com objetivo de sua firmação. A Escola de Comércio de Pirassununga como instituição escolar particular, teve de se manter com recursos das mensalidades de seus alunos, portanto, com necessidade de reconhecimento e apoio da comunidade. Posição distinta de uma instituição escolar pública, que, por ser pública, de imediato recebe apoio e reconhecimento.

Nas publicações do jornal *O Movimento*, são evidentes e expressivas as deferências relativas à Escola de Comércio, uma característica forte ao longo deste percurso.

Quando a Escola de Comércio completou 15 anos de existência, o professor Daniel Caetano do Carmo escreveu um artigo no jornal *O Movimento*⁸², com o título: “Escola de Comércio – Aniversário de fundação”. Neste artigo, há uma reafirmação dos ideais daquele grupo de 1943: “*Idealistas, que, antepondo o progresso de Pirassununga ...*”. Adiante, escreve ainda sobre a contribuição dessa escola na formação intelectual, cívico e moral de seus alunos e os benefícios ao comércio com colaboradores melhores preparados no trato das atividades comerciais.

Com o tópico “Uma cerimônia de formatura especial”, a Escola de Comércio apresenta-se à sociedade com uma cerimônia de formatura e, ao mesmo tempo, a comemoração da marca de mais de mil formandos entre 1943 a 1975. Essa cerimônia foi realizada em um ambiente especial, conhecido como o Salão Nobre do antigo

⁸² Jornal *O Movimento*, n. 1.246, 17 ago. 1958, ano XXIV.

Instituto de Educação de Pirassununga e ganhou uma reportagem no jornal *O Movimento* de página inteira em edição de domingo. No discurso proferido pelo então diretor da escola, o professor Henrique Ferreira dos Santos, fez uma reafirmação clara dos ideais dos fundadores e sua continuidade, acompanhando a comunidade. A instituição escolar cumpre a oficialidade e, ao mesmo tempo, oportuniza condições para seus alunos a uma ascensão social.

Quanto ao tópico “Novo prédio da Escola de Comércio”, nos embates do jornal *O Movimento* e a Associação de Ensino de Pirassununga percebe-se essa reafirmação de seus ideais na expressão dos diretores quando se posicionam favoráveis ao novo prédio. Estes entendiam que, além da exaustão natural do prédio antigo, já existia um contexto de novas tendências da praticidade, conforto, segurança, urbanização conforme o desenvolvimento da sociedade. Um novo prédio, ao mesmo tempo, firmava os ideais de progresso dos primeiros tempos e proporcionaria para a instituição escolar respeitabilidade na comunidade, ajudando na manutenção da tradição construída ao longo do tempo. Nota-se, nesta instituição escolar, uma dinâmica de evolução envolvente.

No jubileu de ouro da Escola de Comércio no ano de 1993, o jornal *O Movimento*⁸³ publicou um editorial com o título “O Cinquentenário da Escola Técnica de Comércio”. Neste editorial, ressalta-se o ideal que permeia o itinerário desta escola, uma vez que o reconhecimento oficial de um curso comercial implicava no cumprimento do rigor da legislação educacional, na qual se incluíam o regimento interno, currículo, instalações físicas e mobiliário, quadro de pessoal administrativo e docente. Mais tarde, aconteceu o surgimento dos cursos noturnos nas escolas públicas e sua manutenção sem privilégio algum de recursos públicos de qualquer esfera, portanto, um caminho de muitos desafios, a exigir a todo momento, reafirmar os ideais ou sentimentos que levaram adiante o sonho daquele grupo na criação e fundação de uma escola comercial. Magalhães escreve que “a história da escola não é necessariamente a história do melhor dos mundos, nem de uma instituição uniforme no tempo e no espaço” (2004, p. 124).

Um outro aspecto possível dessa memória é a oficialidade desta instituição escolar de ensino comercial, inserida na exigência e cumprimento da legislação do ensino profissional comercial conforme o Decreto nº 20.158, de 30 de junho de 1931,

⁸³ Jornal *O Movimento*, n. 4.137, 11 jul. 1993, ano LIX.

ato do ministro Francisco Campos. Dessa forma, inicialmente, esta legislação e, em seguida, a Lei Orgânica do Ensino Comercial pelo Decreto-lei nº 6.141, de 28 de dezembro de 1943, pelo ministro Gustavo Capanema.

Estudamos que, entre a legislação de 1931 e a de 1943, ocorreram alguns avanços, entre eles uma menor terminalidade de cursos e modalidade de ensino e equivalência do ensino privado com o ensino público. Em três anos de curso técnico, obtinha-se um diploma oficial com direito a registro para o pleno exercício de uma profissão regulamentada, com possibilidades de continuar os estudos, inclusive superior, sem a obrigatoriedade de retornar ao início dos estudos de outra modalidade de ensino.

No período da década de 40 a 80 do século XX, ocorreu um desenvolvimento das atividades terciárias, como prestação de serviços, escritórios e instituições financeiras, com condições favoráveis de acesso ao mercado de trabalho para as mulheres, além do tradicional e restrito espaço de formação e trabalho do magistério. Assim, essa instituição escolar, em todo esse tempo, mantinha uma oportunidade de outras possibilidades de formação profissional no contexto de mudanças econômicas e sociais.

No tópico “Vida cultural: memórias do cotidiano”, retratamos algumas manifestações culturais da Escola de Comércio, momentos em que se confirma uma interação instituição escolar-comunidade, com a Escola de Comércio aberta à sua comunidade. Dessa forma, nesse período, a escola, conforme a sua estrutura social, construiu o seu clima social (NÓVOA, 1995, p. 25), com o envolvimento de todos os atores desse universo escolar.

Partindo-se do pressuposto deste trabalho e o percurso proposto e realizado, pode-se aceitar que essa instituição escolar, a Escola de Comércio de Pirassununga, com o seu ensino comercial oficial, construiu seu espaço dentro de suas possibilidades. Em seu período de existência, ofereceu esta modalidade de ensino, na ausência do poder público e no rigor em cumprimento da legalidade no seu reconhecimento. Trata-se de uma instituição escolar que, em seu tempo, era voltada para um público popular, oferecendo a possibilidade daqueles que precisavam trabalhar durante o dia uma formação profissional com aulas no período noturno, de conformidade com a

Constituição Federal de 1937⁸⁴, com uma educação técnico-profissional para a camada popular ou menos favorecida no acesso a outras modalidades de ensino (NISKIER, 2001, p. 56).

Pode-se aceitar que, mesmo nestas condições, esta instituição escolar estabeleceu sua contribuição na comunidade.

Com a Lei Orgânica do Ensino Comercial de 1943, o ensino profissional comercial ficou em definitivo como um ramo de ensino de segundo grau e, logo em seguida, no ano de 1945, criou-se o curso superior em contabilidade (Ciências Contábeis)⁸⁵.

Com a fase de crescimento da economia brasileira na década de 70 do século XX, ocorreram entre muitos outros fatos, a vinda de empresas internacionais, a abertura do mercado de capitais, atualização da Lei das Sociedades Anônimas. Neste contexto de complexidade das atividades empresariais, para formar os novos profissionais de contabilidade a atender esse mercado profissional, havia o ensino superior.

Esse quadro que de um lado o ensino comercial é de segundo grau e as mudanças nas atividades empresariais, oportunizou um indicativo de esvaziamento das escolas de comércio e o ensino comercial. Assim, o horizonte para as escolas de comércio foi avançar no ensino superior na área de negócios ou permanecer com a estrutura existente com os cursos fundamental, médio e técnico profissionalizante em outras áreas. Foi o encaminhamento da Escola de Comércio de Pirassununga que se transformou em Colégio Doutor Fernando Costa com a parceria do Sistema Positivo de Ensino. Foi um processo natural de esvaziamento e desaparecimento do ensino comercial, muito provável, em muitos municípios do interior do Brasil. Para o ensino superior, é imperioso um volume expressivo de investimentos, o que, para muitas sociedades, em municípios menores, era preciso aproximação e apoio com o poder público. Ressalta-se ainda que, nesta pesquisa, não foi localizado, no material pesquisado, nenhuma notícia ou questionamento público do encerramento do ensino comercial da Escola Técnica de Comércio Doutor Fernando Costa.

Dessa forma, reiteramos que este trabalho não pretendeu, em nenhum momento e de alguma forma, encerrar os temas abordados. Em nosso caminhar, percebemos

⁸⁴ Constituição dos Estados Unidos do Brasil – decretada a 10 de novembro de 1937: Da Educação e Cultura – Art. 129. O ensino prevocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas é, em matéria de educação, o primeiro dever do Estado.

⁸⁵ Disponível em: <www..legis.senado.gov.br>. Acesso em: 31 ago. 2013.

muitas possibilidades de sua continuidade e para outros estudiosos ou pesquisadores da história da educação na modalidade da educação técnica comercial.

Reafirmamos, contudo, que a Escola de Comércio de Pirassununga uma instituição escolar capaz de firmar uma identidade histórica em sua comunidade. Durante sua existência, só havia essa escola comercial em Pirassununga, por um período inovadora, com o curso comercial oficial noturno, portanto de vanguarda. Oficialmente, cumpriu a legislação a que estava subordinada e esta mesma legislação, entre outros fatores, contribuiu para o seu esvaziamento e encerramento das atividades de ensino comercial em Pirassununga, no final do ano de 2000.

Assim, foi uma instituição escolar agregadora em sua existência, de fases e passagens de gerações, uma singularidade por ser a única na cidade de Pirassununga com esta modalidade de ensino. Vivenciou o seu surgimento, evolução, transformação e desaparecimento. A sua permanência não foi uniforme no tempo e no espaço, estabelecendo relações e deixou marcas em um contexto histórico local e ao seu redor. Ainda marca nesta trajetória uma distância e ausência do poder público, mas, ao mesmo tempo, inserida nos interesses deste poder público, alcançou algum prestígio quando o exercício profissional em contabilidade não se aproximava dos trabalhos manuais desprestigiados (RIBEIRO DO NASCIMENTO, 1999, p. 52).

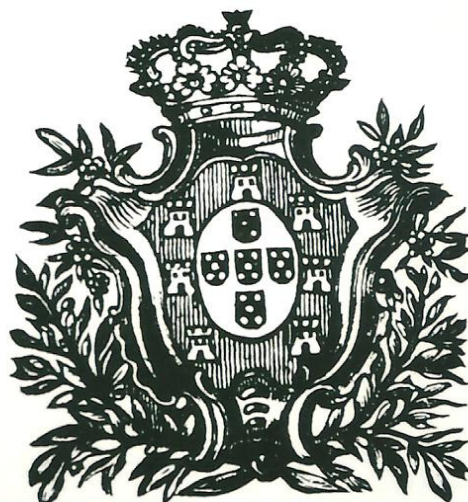
Realizar com este trabalho um pequeno recorte da memória desta Escola de Comércio foi uma lide prazerosa, contudo com ressalvas, uma dificuldade de fontes quando sua história se apresenta fragmentada e já em arquivos de um tempo passado, condição que favorece e fortalece o privilégio de alguns momentos de sua trajetória.

Portanto, neste contexto, expõe-se um indicativo de possibilidades de outros olhares na importância da continuidade deste estudo em novos trabalhos.

ANEXOS

ANEXO A – Fonte: AULA DO COMMERCIO – Marcos Carneiro de Mendonça, 1982.

INSTITUIÇÃO
DA
COMPANHIA GERAL
DO
GRAÃO PARÁ,
E MARANHÃO.

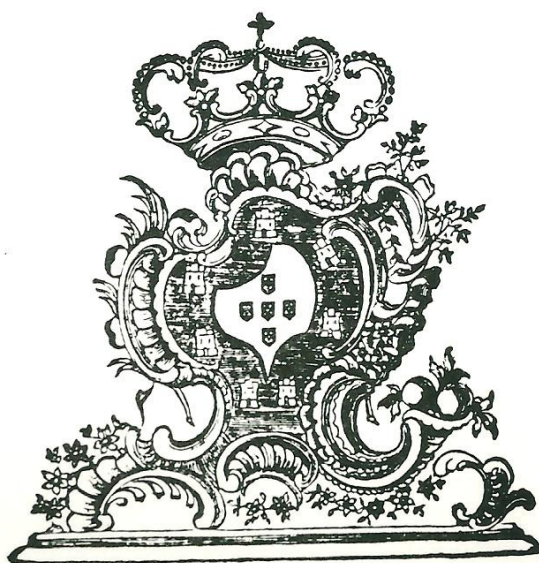


L I S B O A

NA OFFICINA DE MIGUEL RODRIGUES,
Impressor do Eminentíssimo Senhor Cardeal Patriarca.

ANEXO B – Fonte: AULA DO COMMERCIO – Marcos Carneiro de Mendonça, 1982.

ESTATUTOS
DA
JUNTA DO COMMERCIO
ORDENADOS
POR
EL REY
NOSSO SENHOR
*No seu Real Decreto de 30 de Setem
bro de 1755.*



LISBOA,
NA OFFICINA DE MIGUEL RODRIGUES,
Impressor do Eminentissimo Senhor Cardeal Patriarca.

M. DCC. LVI.

ANEXO C – Fonte: AULA DO COMMERCIO – Marcos Carneiro de Mendonça, 1982.

da Junta do Commercio.

15

C A P I T U L O XVI.

Dos Mestres da Aula do Commercio, e seus exercicios.

Porque a falta de arrecadação de livros, redução de dinheiros, de medidas, e de pezos, intelligencia de cambios, e das mais partes, que constituem hum perfeito Negociante, tem sido de grande prejuizo ao commercio destes Reinos, se deve estabelecer por esta Junta, huma Aula, em que, pelo rendimento das sobreditas contribuições, se faça presidir hum, ou dous Mestres, dos mais peritos, que se conhecerem, determinando-lhes ordenados competentes, e as obrigações, que são proprias de tão importante emprego.

1 Para que mais facilmente se possa aproveitar da sobredita lição as pessoas destituidas de meios para a sua subsistencia, se fará aceitação de vinte assistentes, filhos de Homens de Negocio, havendos, aos quaes se contribua com o emolumento, que se julgar bastante para animar os que tiverem meios, e sustentar os que delles carecerem para a sua subsistencia; e para a boa administração da referida Aula se formarão particulares Estatutos, que se farão publicos.

C A P I T U L O XVII.

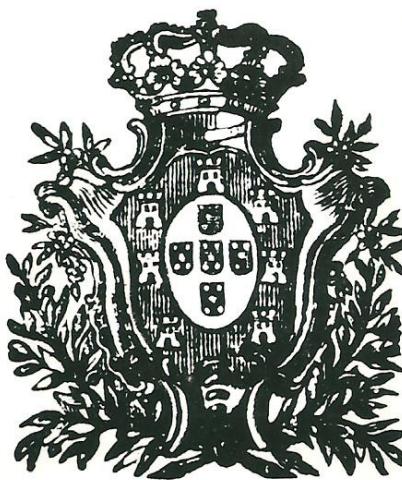
Das obrigações da Junta

O Provedor, e Deputados desta Junta devem ter sempre a mais viva lembrança do objecto, para que Sua Magestade foi servido crear, com a incomparavel honra da sua Nomeação, os lugares, que estão occupando, e empregar-se com toda a diligencia, e cuidado no Bem-commum do commercio, não só procurando, que se conservem as graças, e mercês, com que o mesmo Senhor, tem já favorecido o trato mercantil destes Reinos, e suas Conquistas, mas tambem propondo a Sua Magestade os meios mais accomodados para augmento, e dilatação do mesmo commercio, comprehendendo nesta denominação, assim a mercancia em grosso, como as vendas pelo miudo, e ainda as Artes fabrís, que constituem os Elementos da felicidade do Reino, e as mãos, e braços do corpo Politico. E sendo o segredo, que se faz tão necessario no manejo do commercio de qualquer particular muito mais indispensavel em huma Junta, em que está a administração do commercio geral de todo o Reino, e dos seus Dominios: Foi Sua Magestade servido ordenar, que dos papeis da Secretaria de mesma Junta se não possam pedir, nem dar certidões, sendo pertencentes á sua interior economia, sem especial Resolução do mesmo Senhor: E que o Provedor, Deputados, e mais Officiaes da mesma Junta sejaõ ligados com a obrigação de inviolavel segredo a respeito do que nella passar, debaixo da pena de privação de seus Officios, e de inhabilidade para entrarem em outros.

1 A observancia da Real Pragmatica de seis de Maio de mil setecentos quarenta e nove na parte em que se dirige ao fim de adiantar o commercio

ANEXO D – Fonte: AULA DO COMMERCIO – Marcos Carneiro de Mendonça, 1982.

ESTATUTOS
D A
AULA DO COMMERCIO
O R D E N A D O S
P O R
ELREI NOSSO SENHOR
NO CAPITULO DEZESEIS DOS ESTATUTOS
DA JUNTA DO COMMERCIO
destes Reinos, e seus Dominios, e Alvará
de sua confirmação.



L I S B O A :
Na Offic. de ANTONIO RODRIGUES GALHARDO,
Impressor da Serenissima Casa do Infantado.
ANNO M. DCC. XCV.

ANEXO F – Propaganda da Escola em 1943 – Jornal *O Movimento*.

O MOVIMENTO

Exames de admissão á Escola Técnica de Comércio "Fernando Costa"

Na 2.a quinzena de Fevereiro realizar-se-ão os exames de admissão, em 2.a época, á Escola Técnica de Comércio «Dr. Fernando Costa», de Pirassununga.

Chamamos a atenção dos interessados para as vantagens da nova legislação que facultá aos alunos das escolas de comércio receberem DIPLOMA DE GINÁSIO, assim como primazia no preenchimento de cargos públicos.

O Curso Comercial é, hoje, o mais útil, quer para rapazes, quer para moças.

Os interessados, para maiores esclarecimentos, devem se dirigir á sede da Escola, sita á rua Duque de Caxias n. 185, das 9 ás 10 horas.

Por Ter e Por Não Ter

ANEXO G – Propaganda da Escola na Revista *Pirassununga* 73 - Edição Comemorativa do Sesquicentenário de Pirassununga.

Associação de Ensino de Pirassununga

entidade mantenedora da

Escola Técnica de Comércio e Ginásio «Dr. Fernando Costa»

FUNDADA EM 12 DE JULHO DE 1943

De Utilidade Pública Municipal — Lei N.º 1.118, de 4-5-72

Curso Ginásial Secundário 1.º Grau—Autorizado de Acôrdio com a Port. Minist. n.º 185, de 17-3-1950. Curso Técnico de Contabilidade (Escritório Modelo) Área Terciária - Autorizada de acôrdio com o Processo n.º 86.655/43. Escola de Dactilografia - Núcleo de Ensino Profissional Livre, registrada no Dpto. de Ensino Técnico sob o n.º 2.788-D de 7-8-70 - Sob Inspeção Estadual.

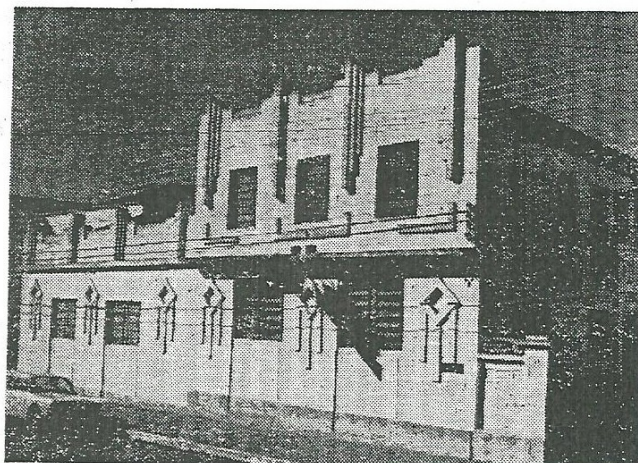
R. Duque da Caxias, 183/185 — Caixa Postal 25—Tel. 23-33—13.630 Pirassununga—ESP

Se alguém pudesse cantar em prosa e versos a simpatia de seu povo e sua gente amiga e ordeira, escreveria livros e páginas inteiras para dizer ao viajor que passa, toda simpatia que envolve o ardor e entusiasmo de seus habitantes.

Se o passado pudesse voltar ao presente, abraçaria num fraterno encontro, o «Peixe Roncador» e o roncar dos aviões que cortam os céus e o espaço azul de seu teto acolhedor.

Se a velha imagem do Bom Jesus dos Aflitos abrisse os lábios para transmitir uma mensagem do passado, diria ao presente, num sorriso largo e agrado, um obrigado sincero pelas conquistas alcançadas ao longo dos 150 anos bem vividos de progresso e vitórias.

Se o velho lampião de gás pudesse erguer sua luz, chegaria às ruas iluminadas por lâmpadas multicores e diria, num sorriso largo, uma mensagem de agradecimento pela beleza das noites claras oferecidas aos homens do **SESQUICENTENÁRIO**.



Mas, como o passado já não é o presente, se ergue sorridente e feliz para dizer ao futuro, uma mensagem de fé e esperança na busca de dias áureos, de sol mais brilhante, de progresso e conquistas. Enquanto nós, que lutamos por tão grande missão, erguemos nossas vozes para dizer:

Felicidades e prosperidade, **CIDADE SIMPATIA**.

PARABÉNS PIRASSUNUNGA NO SEU SESQUICENTENÁRIO DE FUNDAÇÃO.

ANEXO H – Modelo de Histórico Escolar – Curso Técnico em Contabilidade

ASSOCIAÇÃO DE ENSINO DE PIRASSUNUNGA
Escola Técnica de Comércio "Dr. Fernando Costa"
Autorizada de acordo com o Proc. N.º 80 262/62 – Inspeção Estadual

HISTÓRICO ESCOLAR – CURSO TÉCNICO EM CONTABILIDADE

Nome do Aluno _____
 Data de nascimento _____ Localidade _____ Estado _____
 Nome do pai _____
 Nome da mãe _____

CURSO ANTERIOR AO TÉCNICO
 Matriculou-se na PRIMEIRA SÉRIE do curso com _____ de curso
 concluído em 19____ na ESCOLA _____
 com sede em _____ Estado _____

Primeira Série - em 19____ - Escola _____

Localidade		Estado											
FREQUÊNCIA		DISCIPLINAS	APROVEITAMENTO								Nota Global		
Aulas dadas	FALTAS Limite Dadas		Média anual Exerc.	PROVAS		FINAL 1ª EP.	FINAL 2ª ÉPOCA						
			1.a P.	2.a P.	Prova	Nota	P. E.	P. O.	NOTA				
25% da totalidade no conjunto das disciplinas		C. GERAL	Português										
			Inglês										
			Matemática										
			Cienc. Fis. Biol.										
			Hist. Admôniet.										
30% da totalidade no conjunto das práticas educativas		C. TÉCNICA	Ed. M. Cívica										
			Cont. G. Aplicada										
			El. Econ.										
			PRÁT. EDUCATIVAS										

Segunda Série - em 19____ - Escola _____

Localidade		Estado											
FREQUÊNCIA		DISCIPLINAS	APROVEITAMENTO								Nota Global		
Aulas dadas	FALTAS Limite Dadas		Média anual Exerc.	PROVAS		FINAL 1ª EP.	FINAL 2ª ÉPOCA						
			1.a P.	2.a P.	Prova	Nota	P. E.	P. O.	NOTA				
25% da totalidade no conjunto das disciplinas		C. GERAL	Português										
			Inglês										
			Matemática										
			Ed. M. Cívica										
30% da totalidade no conjunto das práticas educativas		C. TÉCNICA	Cont. Comere.										
			Cont. Bancária										
			Org. Téc. Com.										
			Dir. Urual										
			PRÁT. EDUCATIVAS										

Terceira Série - em 19____ - Escola _____

Localidade		Estado											
FREQUÊNCIA		DISCIPLINAS	APROVEITAMENTO								Nota Global		
Aulas dadas	FALTAS Limite Dadas		Média anual Exerc.	PROVAS		FINAL 1ª EP.	FINAL 2ª ÉPOCA						
			1.a P.	2.a P.	Prova	Nota	P. E.	P. O.	NOTA				
25% da totalidade no conjunto das disciplinas		C. GERAL	Português										
			Ed. M. Cívica										
			Geografia										
30% da totalidade no conjunto das práticas educativas		C. TÉCNICA	Cont. Ind. Agric.										
			Téc. Org. Cont. Púb.										
			Leg. Aplicada										
			E. An. Bal.										
			Estatística										
			PRÁT. EDUCATIVAS										

VISTO

OBSERVAÇÕES:

Jl. FO / Pirassununga, _____ de _____ de 19____

Inspeitor de Ensino Comercial

Secretário

Diretor

ANEXO I – Modelo de Histórico Escolar – Curso Comercial Básico

Escola Técnica de Comércio «Dr. Fernando Costa» – Pirassununga

HISTÓRICO ESCOLAR – CURSO COMERCIAL BÁSICO

Nome do aluno		
Localidade		Estado
Nome da pai		
Nome do mãe		
Data de nascimento		

Exames de admissão feito em 19____ na

ESCOLA			
LOCAL		ESTADO	
PORTUGUÊS (Esc)	(Oral)	(Final)	
MATEMÁTICA (Esc)	(Oral)	(Final)	
GEOGRAFIA (Esc)	(Oral)	(Final)	
HIST. BRASIL (Esc)	(Oral)	(Final)	
			MÉDIA GERAL

PRIMEIRA SÉRIE - EM 19____ - ESCOLA _____

LOCALIDADE		ESTADO										
FREQÜÊNCIA		A P R O V E I T A M E N T O								MÉDIA		
Aulas dadas	FALTAS (Limite/Dadas)	DISCIPLINAS		Média anual Exerce	PROVAS		Final 1.ª Ép.		Final 2.ª Época		NOTA GERAL	
		Português	Francês		1.ª P.	2.ª P.	Prova	Nota	P. E.	P. O.	Nota	
25% da totalidade no conjunto das disciplinas		C. Geral	Matemática									
30% da totalidade no conjunto das práticas educativas		C. Espec. Cultura	Geogr. Geral									
		C. Espec. Cultura	Hist. Geral									
		C. Espec. Cultura	Desenho									
		C. Espec. Cultura	Prát. Educativas									

SEGUNDA SÉRIE - EM 19____ - ESCOLA _____

LOCALIDADE		ESTADO										
FREQÜÊNCIA		A P R O V E I T A M E N T O								MÉDIA		
Aulas dadas	FALTAS (Limite/Dadas)	DISCIPLINAS		Média anual Exerce	PROVAS		Final 1.ª Ép.		Final 2.ª Época		NOTA GERAL	
		Português	Francês		1.ª P.	2.ª P.	Prova	Nota	P. E.	P. O.	Nota	
25% da totalidade no conjunto das disciplinas		C. Geral	Matemática									
30% da totalidade no conjunto das práticas educativas		C. Espec. Cultura	Geogr. Geral									
		C. Espec. Cultura	Hist. Geral									
		C. Espec. Cultura	Caligrafia									
		C. Espec. Cultura	Prát. Educativas									

TERCEIRA SÉRIE - EM 19____ - ESCOLA _____

LOCALIDADE		ESTADO										
FREQÜÊNCIA		A P R O V E I T A M E N T O								MÉDIA		
Aulas dadas	FALTAS (Limite/Dadas)	DISCIPLINAS		Média anual Exerce	PROVAS		Final 1.ª Ép.		Final 2.ª Época		NOTA GERAL	
		Português	Francês		1.ª P.	2.ª P.	Prova	Nota	P. E.	P. O.	Nota	
25% da totalidade no conjunto das disciplinas		C. Geral	Inglês									
30% da totalidade no conjunto das práticas educativas		C. Espec. Cultura	Matemática									
		C. Espec. Cultura	Geogr. Brasil									
		C. Espec. Cultura	Hist. Brasil									
		C. Espec. Cultura	Datilografia									
		C. Espec. Cultura	Prát. Educativas									

QUARTA SÉRIE - EM 19____ - ESCOLA _____

LOCALIDADE		ESTADO										
FREQÜÊNCIA		A P R O V E I T A M E N T O								MÉDIA		
Aulas dadas	FALTAS (Limite/Dadas)	DISCIPLINAS		Média anual Exerce	PROVAS		Final 1.ª Ép.		Final 2.ª Época		NOTA GERAL	
		Português	Francês		1.ª P.	2.ª P.	Prova	Nota	P. E.	P. O.	Nota	
25% da totalidade no conjunto das disciplinas		C. Geral	Inglês									
30% da totalidade no conjunto das práticas educativas		C. Espec. Cultura	Matemática									
		C. Espec. Cultura	Clénc. Natur.									
		C. Espec. Cultura	Econ. Domést.									
		C. Espec. Cultura	Estenografia									
		C. Espec. Cultura	Fr. Esc. / Gr. Esc.									
		C. Espec. Cultura	Prát. Educativas									

VISTO : _____ de Pirassununga, _____ de 19____

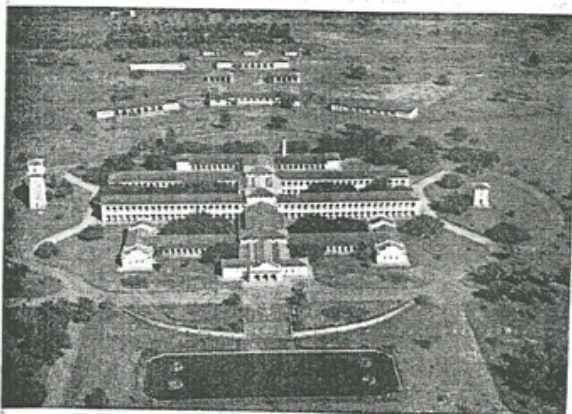
Inspeção de Ensino Comercial

Secretário

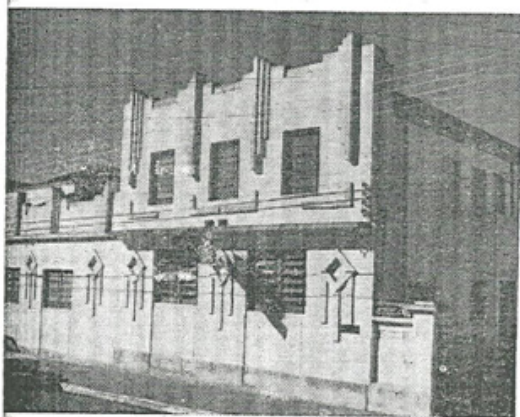
Diretor

Mod. DEC n. 10 - Formato 32 cm. x 23 cm.

ANEXO J – Participação na reportagem da Revista *Pirassununga* 73 – O Ensino Corimbatá.



Instalações da extinta E. P. A., hoje Instituto de Zootecnia e Indústrias Pecuárias «Fernando Costa», ocupando uma área de 964 alqueires.



Prédio da Escola Técnica de Comércio e Ginásio «Dr. Fernando Costa», onde também funciona, provisoriamente, a 2.ª Unidade Ginásial.

2. INSTITUTO DE ZOOTECNIA E INDÚSTRIAS PECUÁRIAS «FERNANDO COSTA»

O IZIP é órgão anexo à Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo e foi criado pela Lei n.º 4489, de 24 de dezembro de 1957. Funciona nas dependências da extinta Escola Prática de Agricultura, mantendo um Departamento de Cursos Médios, destinado à formação de agrotécnicos e um Departamento de Produção Animal, onde funciona o 7.º semestre, destinado à formação de médicos-veterinários – zootecnistas.

As instalações da extinta EPA, inauguradas em 1944, pelo saudoso Dr. Fernando Costa, então Interventor do Estado de São Paulo e idealizador das Escolas Práticas de Agricultura, numa área de 964 alqueires, deram lugar às instalações para bovinicultura, suinicultura, avicultura, usina-piloto de laticínios, matadouro-escola e diversos laboratórios para ensaios, experiências e pesquisas.

O número de alunos regularmente matriculados em 1973, nos cursos de Laticínios e Pecuária, é de 134 e seu diretor, é o Dr. Noé Masotti.

3. ASSOCIAÇÃO DE ENSINO DE PIRASSUNUNGA – ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO GINÁSIO «DR. FERNANDO COSTA»

No ano de 1943, alguns comerciantes desta cidade, sentindo a necessidade e o anseio dos jovens, que trabalhavam diariamente no comércio local, pela fundação de uma escola noturna, idealizaram e fundaram, através de subscrição pública, a Associação de Ensino de Pirassununga, precisamente a 12 de julho de 1943, com a finalidade de manter uma Escola de Comércio.

Constituída a Associação de Ensino, com fins educacionais e sem finalidade lucrativa, de imediato se criou a Escola Técnica de Comércio. Em virtude do apoio do eminente homem público, Dr. Fernando Costa e em reconhecimento a este, a escola foi denominada Escola Técnica de Comércio «Dr. Fernando Costa», com os cursos: Comercial Básico e Técnico de Contabilidade. A escola recém-criada foi autorizada pela Diretoria do Ensino Comercial, funcionando inicialmente nos porões da Escola Normal, hoje Instituto de Educação Estadual «Pirassununga». Depois de alguns meses de funcionamento a Escola de Comércio se transferiu para o prédio da Avenida Prudente de Moraes, onde hoje funciona o Dispensário de Tuberculose, passando a seguir para o prédio próprio, adquirido pela Associação de Ensino.

Em 1950, a Associação de Ensino transformou o Curso Comercial Básico em Ginásio Secundário de 1.º ciclo, continuando com o Técnico de Contabilidade.

Hoje, decorridas três décadas, a Escola Técnica de Comércio possui os cursos: Ginásial, Técnico de Contabilidade, Secretariado e de Assistente de Administração, além de um Escritório Modelo para a prática de contabilidade, uma bem montada Escola de Dactilografia, a Biblioteca «Castro Alves», o Centro Cívico «Guilherme de Almeida» e o Grêmio Estudantil «IX de Julho».

Hoje, a Associação de Ensino de Pirassununga, com 628 alunos, tem como seu presidente o Professor Antônio Fernando Villas Boas Cunha e como Diretor da Escola de Comércio o Professor Henrique Ferreira dos Reis.

ANEXO K – Apresentação de Chapa Eleitoral na campanha de eleição de Diretoria em 1984.

ASSOCIAÇÃO DE ENSINO DE PIRASSUNUNGA
Escola Técnica de Comércio e Ginásio «DR. FERNANDO COSTA»

Eleições de 13/12/84

CHAPA «PROF. OSWALDO ROBERTO DO VALLE»

Diretoria:

Presidente : Antonio Fernando Villas Bôas Cunha
Vice-Presidente: Benedicto Teixeira
1.º Secretário : Maria Lúcia Domênico dos Santos
2.º Secretário : Jorge Devitte
1.º Tesoureiro : Creusa dos Santos Adani
2.º Tesoureiro : Carlos Celso Gonçalves

Conselho Consultivo:

Membros Efetivos:

Amadeu Augusto
Mathilde Gruninger
Antonio Veneroso
Odete Wegmuller Barbutto
Cleudecyr Zanoni do Valle

Membros Suplentes:

Farid Elmor
Daniel Caetano do Carmo
Romildo Godoi
Jayme Antonio Montanheiro
Israel Foguel

04/05

ASSOCIAÇÃO DE ENSINO DE PIRASSUNUNGA
ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO E GINÁSIO «DR. FERNANDO COSTA»

FUNDADA EM 12 DE JULHO DE 1943

De utilidade Pública Municipal - Lei N.º 1.118 de 4-5-72

C. G. C. 54-847-629/0001-09

Rua Duque de Caxias, 1735 - Cx. Postal, 25 - Fones: 61-2333 - 61-2266 - Pirassununga - 13.630 - SP.

Pirassununga, 1º de dezembro de 1.984.

Prezado/a Associado/a da A.E.P.

Encerrado o prazo de inscrição de Chapas que concorrerão à eleição de nossa entidade que se verificará no próximo dia 13, quinta-feira, permita-nos vir a sua / presença a fim de esclarecer os motivos que nos levaram a apresentar novamente nossa candidatura.

Primeiramente, gostaríamos de dizer / que na Escola Técnica de Comércio e Ginásio "Dr. Fernando Costa" iniciamos nossas funções docentes em agosto de 1.960, ali permanecendo até fevereiro de 1.968 quando passamos a trabalhar no então Instituto de Educação Estadual "Pirassununga" no período noturno. Durante o tempo em que trabalhamos na Escola Técnica de Comércio aprendemos a admirar as atividades dos Diretores da A. E. P. e pudemos avaliar a difícil tarefa da mantenedora de uma escola particular. Compromissos com o Corpo Docente, Administrativo e Discente eram examinados em longas reuniões da Diretoria, não tendo seus componentes remuneração alguma. Assim é que tivemos a oportunidade de conhecer o trabalho de Diogenyr Pereira, Ernesto Vick, Henrique Ferreira dos Reis, David Grisi e tantos outros.

Por proposta do Prof. Arlindo de Paula Gonçalves, associado da A. E. P., fomos indicados para participar da entidade na qualidade de sócio-quotista e não hesitamos em sacrificar parte de nosso salário para adquirir as ações que nos foram oferecidas. Dizia então o Prof. Arlindo que a entidade precisava de sócios mais jovens.

Creia, prezado/a associado/a, que nos sentimos imensamente felizes tanto pela aquisição das ações como pelo elogio do colega e amigo; porém, mais felizes ficamos

02/05

ASSOCIAÇÃO DE ENSINO DE PIRASSUNUNGA
ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO E GINÁSIO «DR. FERNANDO COSTA»

FUNDADA EM 12 DE JULHO DE 1945

De utilidade Pública Municipal - Lei N.º 1.118 de 4-6-72

C. G. C. 54-847-629/0001-09

Rua Duque de Caxias, 1735 - Cx. Postal, 25 - Fones: 61-2333 - 61-2266 - Pirassununga - 13.630 - SP.

quando pudemos conquistar os cargos de: Vice-Presidente (1968/1969), Presidente (1970/1974) e, novamente Presidente (1980/84). A duração do mandato então de dois anos foi, por deliberação de Assembléia Geral, ampliada para cinco anos. Foi uma providência que julgamos oportuna visto que pudemos em nosso primeiro período de Presidente, com o apoio da Diretoria:

- proceder a reformas e construção de salas de aulas;
- adquirir móveis novos para a Secretaria e Tesouraria;
- instalar a Secretaria em melhores condições e com mais segurança;
- adquirir anualmente cem cadeiras universitárias e substituir as antigas carteiras desconfortáveis;
- contratar os serviços de um Assessor Técnico em Educação para a elaboração do processo que possibilitaria a instalação de nossos Cursos Supletivos de 1º e 2º graus.

Transmitindo o cargo de Presidente em janeiro de 1975 passamos a integrar o Conselho Consultivo da entidade. Assim, estávamos constantemente informados pelo Presidente, Prof. Benedicto Teixeira, sobre as dificuldades que então enfrentava com seus colegas de Diretoria. Sempre que éramos convocados comparecíamos às reuniões e tomávamos parte das discussões visando sempre à continuidade da obra educativa que é o objetivo principal da entidade.

Aproxima-se o ano de 1980 e, de acordo com disposições estatutárias, o Presidente convoca os senhores associados para a assembléia que elegeria a nova Diretoria em dezembro de 1979. Atendendo a pedidos de colegas nossos e do Diretor de Ensino, Prof. José Luiz Franco de Oliveira, aceitamos em apresentar a Chapa "Prof. Henrique Ferreira dos Reis" naquela oportunidade. Para surpresa nossa fomos então cientificados pelo Presidente de que não havia outra Chapa concorrente. Realizada a assembléia, fomos então convidados a tomar posse em 20/01/1980. Sa

03/05

ASSOCIAÇÃO DE ENSINO DE PIRASSUNUNGA
ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO E GINÁSIO «DR. FERNANDO COSTA»

FUNDADA EM 12 DE JULHO DE 1943

De utilidade Pública Municipal - Lei N.º 1.118 de 4-5-72

C. G. C. 54-847-629/0001-09

Rua Duque de Caxias, 1735 - Cx. Postal, 25 - Fones: 61-2333 - 61-2266 - Pirassununga - 13.630 - SP.

bíamos então que novos e pesados encargos assumiríamos, porém, não esmorecemos.

Procuramos nesse novo período de Presidente, com o apoio sempre manifestado pelos companheiros de Diretoria, agir com justiça, lealdade e dedicação. Assim é que:

- saldamos a última parcela da dívida assumida pela Diretoria anterior quando da compra do imóvel / de propriedade do Sr. Iôneo Perondi;
- adquirimos móveis novos para a Secretaria do Curso Mac-Poli, preparatório para os exames vestibu-lares;
- instalamos a sala da entidade, até então inexistente há quarenta anos;
- compramos mais cento e vinte cadeiras universitárias para o auditório da escola;
- filiamos a entidade ao Serviço de Proteção ao Crédito da Associação Comercial e Industrial de nossa cidade, por sugestão de nosso Tesoureiro, Prof. Oswaldo Roberto do Valle;
- compramos máquinas de escrever novas para a Escola de Datilografia, como também, mesinhas e um armário de aço para a guarda do material usado pelos alunos;
- contratamos os serviços do Escritório Currículo de propriedade do Sr. Henrique da Silva Cabrera, Técnico em Assuntos Educacionais em São Paulo, para assistência e assessoramento na interpretação de legislação estadual e federal;
- procuramos cumprir todos os reajustes semestrais de salários dos professores e funcionários, mesmo / quando este compromisso implicava em "deficit" para a entidade, como a previsão orçamentária elaborada para o corrente semestre;
- estabelecemos um adicional por tempo de serviço pago aos professores e funcionários da escola desde 1º de julho de 1980;

04/05

ASSOCIAÇÃO DE ENSINO DE PIRASSUNUNGA
ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO E GINÁSIO «DR. FERNANDO COSTA»

FUNDADA EM 12 DE JULHO DE 1943
 De utilidade Pública Municipal - Lei N.º 1.118 de 4-5-72
 C. G. C. 54-847-629/0001-09

Rua Duque de Caxias, 1735 - Cx. Postal, 25 - Fones: 61-2333 - 61-2286 - Pirassununga - 13.630 - SP.

- estabelecemos um prêmio semestral, em dinheiro, bastante significativo ao professor e ao funcionário que não registre nenhuma falta em seu prontuário no decorrer / do semestre;

- estamos com nossos pagamentos em dia; conseguimos efetuar o pagamento dos professores e funcionários no primeiro dia útil do mês subsequente ao do vencimento. Se isto é possível, é porque temos nossas reservas financeiras.

Estamos no final de mandato; porém, julgamos ser nosso dever apresentar nova Chapa à consideração do/a prezado/a associado/a visto que, por deliberação de Assembléia Geral, vendemos o imóvel de propriedade da entidade localizado na Avenida Prudente de Moraes com o objetivo de reformar as instalações da escola. (Reportagem no jornal em anexo)

Pela reportagem e pelas fotos que possuímos da parte mais antiga da escola, é fácil verificar que / se torna difícil uma simples reforma. A Diretoria julgou então necessária e urgente a demolição do prédio e a construção de / modernas e seguras instalações. Para tanto, estamos aguardando a aprovação do projeto pelas autoridades da Divisão de Saúde / de Campinas e conseqüente liberação da Prefeitura Municipal.

Sabemos que muito trabalho nos aguarda mas, temos a certeza de que tudo será feito para que possamos atingir a finalidade maior da Associação de Ensino de Pirassununga: manter a tradicional Escola Técnica de Comércio "Dr. / Fernando Costa".

"Os resultados financeiros da entidade deverão ser inteiramente empregados em benefício e melhoria / do ensino" (artigo 2º dos Estatutos Sociais)

Com vistas sempre voltadas a esse objetivo é que procuramos administrar e é assim que pretendemos continuar, se contarmos com seu apoio, prezado/a associado/a.

Prof. Antonio Fernando Villas Bôas Cunha

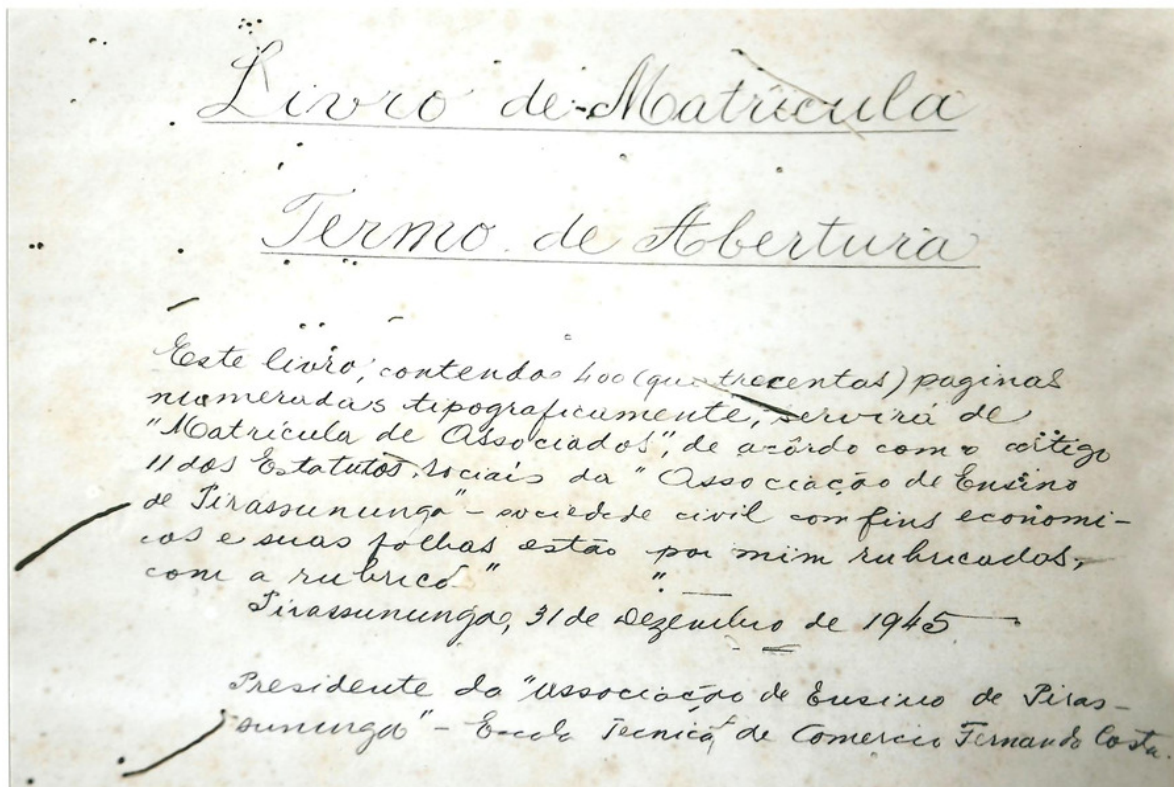
-:- Presidente da A. E. P. -:-

05/05

ANEXO L – Placa com os nomes dos formandos da Primeira Turma do Curso Técnico em Contabilidade.



ANEXO M – Termo de Abertura do Livro nº 1 de Inscrição de Sócios.



ANEXO O – Fachada do Prédio Atual em 13/08/2013.



ANEXO P a – Salão Nobre – Local de realização de cerimônia de mais de 1.000 formandos em Ensino Comercial.



ANEXO P b – Salão Nobre – Local de realização de cerimônia de mais de 1.000 formandos em Ensino Comercial.



REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Manuel Maurício de. *Pequena história da formação social brasileira*. 3. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *História da educação*. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Moderna, 1996.

BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. *Os males do presente e as esperanças futuras*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Capítulo VI – O Estado Português no Brasil: Sistema Administrativo e Fiscal. In: NIZZA DA SILVA, Maria Beatriz (Coord.). *Nova História da Expansão Portuguesa: O Império Luso-Brasileiro 1750-1822*. Direção de Joel Serrão e A. H. Oliveira Marques. Lisboa: Editorial Estampa, 1986.

BERVIAN, Pedro A.; CERVO, Amado L. *Metodologia Científica*. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

BIELINSKI, Alba Carneiro. *Educação profissional no século XIX: Curso Comercial do Liceu de Artes e Ofícios: um estudo de caso*. Disponível em: <<http://www.senac.br/BTS/263/boltec263e.htm>>. Acesso em: 5 mar. 2012.

CAMPANHOLE, Adriano; LOBO CAMPANHOLE, Hilton. *Todas as Constituições do Brasil*. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1978.

CARVALHO, Manoel Marques de. Situação Atual e Tendências do Ensino Técnico Comercial no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, RBEP-INEP, n. 99, v. XLIX, p. 72-98, jul./set. 1965.

CARVALHO, Laerte Ramos de. *As reformas pombalinas da instrução pública*. São Paulo: Saraiva, Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.

CARVALHO, Rômulo de. *História do Ensino – Portugal: Desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime Salazar-Caetano*. Lisboa, Portugal: Serviço de Educação e Bolsas Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

DIAS, Reinaldo. *Introdução à Sociologia*. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

DICIONÁRIO de Economia. Consultoria de Paulo Sandroni. São Paulo: Editora Abril Cultura, 1985. (Coleção Os Economistas).

DURKEIM, Émile. *Da divisão do trabalho social*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 3. ed. rev. São Paulo: Globo, 2001.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 11. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

FERREIRA, Delson. *Manual de sociologia: dos clássicos à sociedade da informação*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

FOGUEL, Israel. *A história do nosso teatro*. 2. ed. Pirassununga: Editora Pirassununga Ltda, 1983.

_____. *O Ensino em Pirassununga 1981*. Pirassununga, SP: Prefeitura Municipal de Pirassununga SP; jornal *O Movimento*, 1981.

_____. *Palco de Emoções*. Pirassununga: Editora Pirassununga Ltda., 1985.

FORTINI, Archymedes. *Subsídios para a história do ensino comercial em Porto Alegre*. Porto Alegre: Editora da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Rio Grande do Sul, 1953.

FRANCO DE OLIVEIRA, José Luiz. *Associação de Ensino de Pirassununga: ETC e Ginásio Dr. Fernando Costa 1943 a 1993*. Pirassununga, 1993. (datilografado, páginas numeradas e rubricadas, encadernado em capa dura).

FRANCISCO FILHO, Geraldo. *A educação brasileira no contexto histórico*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2001.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 27. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1998.

GATTI JÚNIOR, Décio. A História das Instituições Educacionais: Inovações Paradigmáticas e Temáticas. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; GATTI JÚNIOR, Décio (Orgs.). *Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa*. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2002. (Coleção Memória da Educação).

GODOY, Manuel Pereira de. *Contribuição à História Natural e Geral de Pirassununga* Pirassununga: Prefeitura Municipal de Pirassununga, 1975. v. II.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. *História da educação brasileira: leituras*. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira TOMO I A Época Colonial – 1º Volume Do Descobrimento à Expansão Territorial – Livro Terceiro: O Advento do Homem Branco - Capítulo I As Primeiras Expedições – Capítulo III A Instituição do Governo-Geral*. 5. ed. São Paulo; Rio de Janeiro: DIFEL/Difusão Editorial S.A., 1976.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Elaborado no Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

LAHMEYER LOBO, Eulália Maria. *Processo Administrativo Ibero-Americano* (aspectos socioeconômicos – período colonial). Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1962.

LIMA RODRIGUES, Lúcia Maria; ROCHA GOMES, Delfina Rosa; CRAIG, Russel. Aula do Comércio: Primeiro estabelecimento de ensino técnico profissional oficialmente criado no mundo? In: *Revista de Contabilidade e Comércio da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas*, p. 46-54, jan. 2003. Acesso em: <www.infocontab.com.pt/historia/download/TOC34_46_54.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2013.

LOPES, Américo. *Actos do governo provisório dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro: Jacyntho, 1931.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. *Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. A construção de um objeto do conhecimento histórico. Do arquivo ao texto – a investigação em história das instituições educativas. In: *Educação Unisinos*, 11(2), p. 69-74, maio/ago. 2007.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. Contributo para a história das instituições – entre memória e o arquivo. In: FERNANDES, Rogério; MAGALHÃES, Justino (Orgs.). *Para a história do ensino liceal em Portugal. Actas dos colóquios do I Centenário da Reforma de Jaime Moniz (1884-1895)*. Braga: Seção de História da Educação da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, 1999.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. *Tecendo nexos: história das instituições educativas*. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

MAGELA NETO, Othílio. *Quinhentos Anos de História do Ensino Técnico no Brasil, de 1500 ao Ano 2000*. Belo Horizonte: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, 2002.

MARCÍLIO, Maria Luisa. *História da escola em São Paulo e no Brasil*. São Paulo: imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Instituto Fernand Braudel, 2005.

MARTINS, José do Prado. *Administração escolar: uma abordagem crítica do processo administrativo em educação*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MAXWEEL, Kenneth; NIZZA DA SILVA, Maria Beatriz. Capítulo VIII – A política. In: NIZZA DA SILVA, Maria Beatriz (Coord.). *Nova História da Expansão Portuguesa: O Império Luso-Brasileiro 1750-1822*. Direcção de Joel Serrão e A. H. Oliveira Marques. Lisboa: Editorial Estampa, 1986.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *Aula do Commercio*. Transcrição e reprodução fac-similar de documentos do Arquivo do Cosme Velho, anot. e coment. por Marcos Carneiro de Mendonça. Rio de Janeiro, Biblioteca Reprográfica Xerox do Brasil, 1982.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *Raízes da Formação Administrativa do Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Conselho Federal de Cultura, 1972. t. I (Regimentos I a XVI).

MIRANDA NETTO, Antonio Garcia de et al. *Dicionário de Ciências Sociais* (Coord. Geral Benedicto Silva). 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1987.

NAGLE, Jorge. Capítulo VII *A Educação na Primeira República*. Coleção História Geral da Civilização Brasileira – sob a direção de Boris Fausto com relação ao período republicano. TOMO III O Brasil Republicano – 2º Volume Sociedade e Instituições (1889-1930) – Livro Primeiro – Movimentos Sociais e Sociedade. 2. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: DIFEL/Difusão Editorial S.A, 1978.

NASCIMENTO, Maria I. Moura et al. (Orgs.). *Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica*. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; SP: Uniso; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007.

NASCIMENTO, Osvaldo Vieira do. *Cem anos de ensino profissional no Brasil*. Curitiba: Ibpeex, 2007.

NASCIMENTO, Terezinha Aparecida Quaiotti Ribeiro do et al. *Memórias da educação: Campinas (1850-1960)*. Campinas: Editora da Unicamp, Centro de Memória, 1999. (Coleção Campiniana, n. 20).

NISKIER, Arnaldo. *Educação brasileira: 500 anos de história, 1500-2000*. São Paulo: Melhoramentos, 1989.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. *Instituições escolares: por que e como pesquisar*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2009.

NÓVOA, António (Coord.). *As Organizações em Análise*. Lisboa: Publicações Dom Quixote; Instituto de Inovação Educacional, 1995.

_____. *As Organizações em Análise*. Lisboa: Publicações Dom Quixote; Instituto de Inovação Educacional, 1995.

_____. *A imprensa de educação e ensino: Repertório analítico (Séculos XIX-XX)*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1993.

PELEIAS, Ivam Ricardo; BACCI, João. Pequena cronologia do desenvolvimento contábil no Brasil: Os primeiros pensadores, a padronização contábil e os congressos brasileiros de contabilidade. *Revista Administração On Line*, São Paulo, FECAP, v. 5, n. 3, p. 39-54, jul./ago./set. 2004.

PELEIAS, Ivam Ricardo; SEGRETI, João Bosco; SILVA, Glauco Peres da; Chiroto, Amanda Russo. *Evolução do Ensino da Contabilidade no Brasil: uma análise histórica*.

Revista de Contabilidade e Finanças da USP, São Paulo, Edição 30 anos de Doutorado, p. 19-32, jun. 2007.

PILETTI, Nelson. *História da Educação no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Ática, 2002. (Série Educação).

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004

_____. *História econômica do Brasil*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

RAMOS, Duílio. *História da Civilização Brasileira*. 6. ed. São Paulo: Saraiva Livreiros Editores, 1969.

RODRIGUES, Alberto Almada. Fundamentos Históricos e Legais da Resolução do CFC nº 560/83. *Revista Brasileira de Contabilidade*, Rio de Janeiro, RBC, n. 69, p. 26-31, abr./jun. 1989.

_____. Cronologia e Síntese da Evolução do Pensamento e do Ensino Comercial, Contábil, Atuarial, Administrativo e Econômico no Brasil: séculos XVIII e XIX, períodos Brasil-Colônia, Brasil-Reino Unido. *Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, CRCRS, n. 41, p. 3-11, jan./mar. 1985.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil (1930/1973)*. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1984.

SÁ, Antônio Lopes de. *A evolução da contabilidade*. São Paulo: IOB Thomson, 2006.

_____. *História geral da contabilidade no Brasil*. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2008.

SALGADO, Clóvis. Discurso de abertura no II Congresso Brasileiro de Ensino Comercial. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos RBEP-INEP*, v. XXVIII, n. 68, p. 151-159, out./dez. 1957.

SANTOS, Jailson Alves dos. A Trajetória do Educação Profissional: da Colônia à Primeira República: Da gênese da discriminação do trabalho manual à concretização do ensino profissional. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

SAVIANI, Dermeval. Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura et al. (Orgs.). *Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica*. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba, SP: UNISO; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007. (Coleção Memória da Educação).

SILVA, Antonio Carlos Ribeiro da; SARDINHA MARTINS, Wilson Thomé. *História do pensamento contábil*. 2. tir. Curitiba: Juruá, 2007.

SILVA, Geraldo Bastos. *A Educação Secundária* (Perspectiva histórica e teoria). São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, 1969.

VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Dicionário do Brasil colonial* (1500-1808). Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

VIANNA, Helio. *História do Brasil: período colonial, monarquia e república*. 12. ed. São Paulo: Edições Melhoramentos; Editora da Universidade de São Paulo, 1975.

VIEIRA, Carlos Eduardo. Jornal diário como fonte e como tema para a pesquisa em História da Educação: um estudo da relação imprensa, intelectuais e modernidade nos anos de 1920. In: OLIVEIRA, M. A. T. de (Org.). *Cinco estudos em História e Historiografia da Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

VIEIRA, Cesar Romero A. *Protestantismo e individualização: convicção e responsabilidade na esfera religiosa*. 2000. 264f. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – Faculdade de Filosofia e Ciências da Religião, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2000.

VIEIRA, Francisco de Assis (Org.). *Lei Orgânica do Ensino Secundário e Legislação Complementar*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura (Serviço de documentação), 1957, p. 325. (“Documentos” com direção de José Simeão Leal, v. 1, Legislação do Ensino Comercial).

WEREBE, Maria José Garcia. *Grandezas de Misérias do Ensino no Brasil: corpo e alma do Brasil*. 4. ed. São Paulo, SP: Difusão Europeia do Livro, 1970.

PERIÓDICOS

JORNAL O MOVIMENTO

JORNAL O POPULAR

PIRASSUNUNGA 73. Edição comemorativa do Sesquicentenário de Pirassununga.

PIRASSUNUNGA 175 anos *Áureo Recanto Brasileiro*. Revista comemorativa do aniversário de fundação 1823-1998. Pirassununga: Editora Pirassununga Ltda.; *Jornal O Movimento*, 1998.

REVISTA “ACIP”. Edição comemorativa do Sesquicentenário de Pirassununga. Pirassununga SP. Publicação única com toda responsabilidade de Alvarino Bessa: primeiro presidente da Associação Comercial e Industrial de Pirassununga.

Ficha Catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNIMEP
Bibliotecária: Luciene Cristina Correa Ferreira CRB-8/ 8235

G633e **Gomes Junior, Antonio Carlos.**

O ensino comercial no Brasil: Escola Técnica de Comércio Dr. Fernando Costa./ Antonio Carlos Gomes Junior. – Piracicaba, SP: [s.n.], 2013.
135 f.; il.

Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Ciências Humanas / Programa de Pós-Graduação em Educação - Universidade Metodista de Piracicaba. 2013.
Orientador: Dr. Cesar Romero Amaral Vieira.

Inclui Bibliografia

1. Ensino Profissional. 2. Ensino Profissional Comercial. 3. Escola Técnica de Comércio Dr. Fernando Costa. I. Vieira, Cesar Romero Amaral. II. Universidade Metodista de Piracicaba. III Título.

CDU 37